



Maria Julieta Weber Cordova

Brasil Pinheiro Machado

Um estudo de
História Intelectual



O livro decorre de pesquisa de pós-doutorado realizado na Universidade Federal do Paraná, em que se buscou traçar um estudo a partir da trajetória intelectual do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), consultando-se, como fonte referencial, os seus manuscritos acervados no fundo de arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDPH, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em pesquisa de doutorado já se havia investigado sobre Brasil Pinheiro Machado, compreendendo o discurso do intelectual enquanto autorizado e legítimo, problematizando-se a respeito da produção de um discurso regional autorizado sobre a formação social e histórica paranaense. Entretanto, ao se consultar o fundo de arquivo do intelectual, cuja documentação consiste, essencialmente, em materiais de estudo, como cadernos de anotações e rascunhos, não somente se ampliou o estudo da tese mas redimensionou-se o objeto de estudo. Algumas perguntas foram se delineando no decorrer da investigação: como seria possível perceber a produção do intelectual, compreendendo-o como leitor e mediador cultural? Como tratar dos registros de suas memórias enquanto indícios de sociabilidades ao longo de seu itinerário como estudante, professor e político? Qual a sua percepção sobre o conhecimento histórico, tomando como cerne de análise as suas sugestões ao estudo da História? E, por fim, como seria o embate teórico-metodológico entre História e Ciências Sociais em seus registros sobre a “interpretação do Brasil”? O estudo, enquanto exploratório, circunscreve-se ao objeto de pesquisa delineado a partir de alguns pressupostos da história intelectual pelo viés teórico da história cultural, bem como da perspectiva do método indiciário, porém, buscou-se evidenciar a riqueza ainda a ser pesquisada no fundo de arquivo consultado, tendo em conta outros recortes, outras abordagens teóricas, ou mesmo outras perguntas de pesquisa a serem investigadas.



Brasil Pinheiro Machado



Diretores da Série

Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves

Departamento de História, UEPG

Profa Dra. Valeria Floriano Machado

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação-UFPR

Comitê Editorial Científico

Prof. Dr. Cezar Karpinski

Departamento de Ciência da Informação/UFSC

Prof. Dr. Charles Monteiro

Departamento de História, PUC-RS

Prof. Dr. Cláudio DeNipoti

Departamento de História, UEL

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior

Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, UFPR

Profa. Dra. Daniela Casoni Moscato

SEED PR

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat

Departamento de História, UEPG

Prof. Dr. Fabio Nigra

Departamento de História, Universidad de Buenos Aires

Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vazquez

Departamento de História, UEPG

Prof. Dr. José Damião Rodrigues

Centro de História, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer

Departamento de História, UNIOESTE

Profa. Dra. Patrícia Camera Varella

Departamentos de Artes, UEPG.

Prof. Dr. Robson Laverdi

Departamento de História, UEPG

Profa. Dra. Rosângela Wosiack Zulian

Departamento de História, UEPG

Brasil Pinheiro Machado

Um estudo de história intelectual

Maria Julieta Weber Cordova



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Revisão: Ubirajara Araújo Moreira

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série História, Cultura e Identidades – 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CORDOVA, Maria Julieta Weber

Brasil Pinheiro Machado: um estudo de história intelectual [recurso eletrônico] / Maria Julieta Weber Cordova -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

133 p.

ISBN - 978-85-5696-583-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Intelectualidade; 3. Brasil; 4. Estudo; 5. Sociologia; I. Título II. Série

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação - Helena Isabel Mueller	9
Introdução	13
1.....	21
O intelectual como leitor e mediador cultural: notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado	
1.1 O intelectual enquanto leitor e mediador cultural	22
1.2 Notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado	32
2.....	43
Brasil Pinheiro Machado e suas sugestões ao estudo da história	
3.....	61
História, ciências sociais e a “história sociológica”: o debate em torno das interpretações do Brasil	
Algumas considerações.....	85
Referências	89
Apêndice 1.....	95
Sugestões ao estudo da história	
Apêndice 2	121
Quadro demonstrativo	

Apresentação

Helena Isabel Mueller

A pesquisa desenvolvida no Fundo de Arquivo de Brasil Pinheiro Machado do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEPG por Maria Julieta Weber pode ser identificada como uma revisitação aos estudos anteriores da autora que vem discutindo intelectuais paranaenses sob a perspectiva da história intelectual, desde sua tese de doutorado, quando discutiu a importância de três intelectuais fundadores da Faculdade de Filosofia da Ciência e Letras do Paraná. Revisitação, pois um trabalho historiográfico está sempre aberto a novas abordagens através de outras discussões e do surgimento de documentação que instigue novas reflexões. Nas palavras da autora, “A escolha de se partir desse fio condutor de análise não pretendeu estabelecer uma linha de coerência e nitidez cristalina do pensamento do intelectual, mas justamente perceber elementos, indícios, pistas que pudessem elucidar sobre os temas de interesse do historiador e de seus esquemas de percepção e apreciação” (p.8).

Mais que o intelectual paranaense que foi, Brasil Pinheiro Machado pode ser reconhecido como intelectual dos Campos Gerais. Não só por ter nascido em Ponta Grossa, mas como podemos perceber em seus escritos, esta identidade impregna seus diversos cadernos manuscritos. Neles nos conta de sua trajetória desde a ida para São Paulo estudar, juntamente com seus irmãos, no Liceu dos Padres Salesianos logo após a morte de seu pai, passando pelos estudos universitários no Rio de Janeiro e a volta a Ponta Grossa. Como era esperado por seu núcleo familiar, ingressa na política acompanhando eleições, seguindo de perto as lideranças paranaenses que foram gestadas na região; concomitantemente se

torna professor do Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa. Estão dados os caminhos que Pinheiro Machado irá seguir: Prefeito de Ponta Grossa, Interventor e militância no PSD. Juntamente com outros intelectuais funda a Faculdade de Filosofia, assume a cátedra de História do Brasil, período em que luta pela federalização da Universidade. Nos anos de 1960, desiludido com a política se dedica unicamente às atividades acadêmicas no Departamento de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFPR.

Quando Brasil Pinheiro Machado faleceu, em 1997, sua documentação ficou sob a guarda de sua filha Maria Celia Paoli. Por um tempo, que podemos creditar ao luto, esse arquivo ficou guardado, como que aguardando ser vivificado. Em nenhum momento a família se recusou a disponibilizar essa documentação a pesquisadores; apenas circunstâncias que pertencem à intimidade dos familiares fizeram com que os documentos não fossem disponibilizados ao público. Em 2012 eles me foram entregues e, com a autorização familiar os foram doados ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde estão para livre acesso de pesquisadores.

O estudo, feito através da exaustiva leitura dos cadernos de apontamentos que compõem o fundo de arquivo, possibilita acompanhar a diversificação de interesses de Pinheiro Machado, suas múltiplas leituras que o levaram a novos caminhos de investigação, seja em termos do objeto de pesquisa propriamente dito, seja a busca de novas abordagens teórico-metodológicas. Sua curiosidade se expressa na diversidade dos autores lidos e cuidadosamente anotados em cadernos manuscritos.

Uma constante para a qual Maria Julieta chama atenção é o fato de que Brasil Pinheiro Machado persegue sistematicamente a construção de um método para o estudo da história. Nesse caminho amplia sua relação acadêmica com a sociologia – uma velha amiga – com a antropologia e com a economia para tornar

possível libertar a escrita da história do historicismo, ou melhor, como ele dizia da “inutilidade da erudição histórica”.

No decorrer de seu livro Julieta salienta pontos que considera importantes nos cadernos de leitura de Pinheiro Machado, qual seja sua preocupação com a escrita da história no Brasil, buscando a companhia de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, entre outros autores brasileiros, para além de Max Weber, Malinowski, Karl Marx, a quem contestava, e muitos outros. É como se a autora nos pegasse pelas mãos indicando o que seria possível encontrar em pesquisas a serem desenvolvidas. Sem dúvida trata-se de um trabalho precioso para atuais e futuros pesquisadores. Muito obrigada Maria Julieta!

Introdução

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. (CERTEAU, 2011, p. 46).

Este livro decorre de pesquisa de pós-doutorado¹ em que se buscou traçar um estudo, na perspectiva da história intelectual, a respeito da trajetória do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), consultando-se, como fonte referencial, os seus manuscritos acervados no fundo de arquivo² do Centro de Documentação e Pesquisa em História³ - CDPH, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Em pesquisa de doutorado (CORDOVA, 2009) já se havia investigado sobre Brasil Pinheiro Machado, compreendendo o discurso do intelectual enquanto autorizado e legítimo, pois mediado por lutas e capitais simbólicos e pelo que Pierre Bourdieu conceituou por linguagem autorizada. Por meio da análise discursiva⁴ e tomando como referência os meios discursivos e as instâncias de enunciação, a tese foi pautada pelo viés do discurso

¹ Pós-Doutorado em História, realizado em 2017, na Universidade Federal do Paraná.

² Segundo o **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**, do Arquivo Nacional, “arquivo” corresponde ao “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. E “fundo” consiste no “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência”. (2005, p. 27; 97).

³ A documentação foi doada pela família de Brasil Pinheiro Machado e, por intermédio da Profa. Helena Isabel Mueller (UEPG), cedida ao Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDPH, do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁴ Na análise de discurso francesa, os conceitos de “lugar” e “cena” estão intrinsecamente ligados à própria formulação de instâncias de enunciação, levando-se em conta o contexto e a posição social dos falantes.

institucional, tendo em conta a posição social privilegiada e os instrumentos legítimos de expressão, pois, conforme assinalou Bourdieu (1996, p. 87):

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional [...].

A partir desses pressupostos, problematizou-se a respeito da produção de um discurso regional autorizado sobre a formação social e histórica paranaense. Ainda que Brasil Pinheiro Machado não tivesse escrito em abundância, suas argumentações historiográficas constituíram-se como diretriz teórico-metodológica no estudo regional paranaense. Mas se o intelectual representou uma fala autorizada, ocupando uma posição social privilegiada, pertencendo a uma família tradicional paranaense (OLIVEIRA, 2001), com forte destaque no campo político e acadêmico, na tese evidenciaram-se, ao longo de sua trajetória, alguns aspectos de seu pensamento que acabaram por apresentar indicadores que, de certa forma, contrastariam com a própria posição social ocupada. Exemplo disso foi a aproximação de Brasil Pinheiro Machado com o Movimento Antropofágico e sua colaboração na **Revista Joaquim**, publicada em Curitiba, enquanto demonstrativo de um viés irônico e avesso a idealizações de cunho regional⁵. Idealizações sustentadas por uma intelectualidade que se

⁵ “Sua ligação ao Grupo Antropofágico demonstra que suas ironias, com relação às questões interioranas, revelam a postura do autor de forma avessa ao caráter provinciano, passível de requintes mitificadores, inerentes aos processos de identificação. Vale lembrar que as ideias sobre antropofagia disseminam-se a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, para se firmar com mais ênfase enquanto movimento em 1928, tendo como um dos objetivos centrais o questionamento à identidade brasileira [...] Brasil colaborou em trabalhos de cunho literário na revista **Joaquim**. A referida revista teve seu primeiro número, com tiragem de mil exemplares, em abril de 1946, publicando até o número 21 em dezembro de 1948. Situada em Curitiba, na Rua Emiliano Pernet, número 476, tinha sob direção Dalton Trevisan, Antonio F. Wagner e Erasmo Pilotto, dentre outros intelectuais colaboradores. Intitulava-se um “Manifesto para não ser lido” em que “Os versos são

valia de argumentos positivistas de coesão social no estabelecimento de critérios de identidade regional paranaense ao discutir questões referentes à formação social e histórica no Paraná. E a escrita dos **Instantaneos Paranaenses**⁶ é representativa dessa postura irônica e avessa ao provincianismo:

A questão da identidade regional foi motivo de muitas discussões no meio intelectual e artístico paranaense, especialmente na primeira metade do século XX. Representativo destes embates foi um artigo publicado na revista **A Ordem** (RJ), em fevereiro de 1930, de Brasil Pinheiro Machado, intitulado “Instantaneos Paranaenses”, argumentando, dentre outras questões, sobre o “Lugar do Paraná”. Compreendeu-se que as argumentações formuladas por Brasil no referido artigo são reveladoras tanto das condições de produção da escrita da história do Paraná, naquele contexto, como da trajetória intelectual do enunciador deste discurso. No mesmo ano de 1930, em abril, Bento Munhoz da Rocha Netto demarcaria um contraponto discursivo a partir dos argumentos formulados por Brasil, publicando, na mesma revista **A Ordem**, e também na revista do **Círculo de Estudos Bandeirantes** (PR), artigo sobre “A Significação do Paraná”.⁷ (CORDOVA, 2018, p. 343).

experiências e é preciso ter vivido muito para escrever um só verso”. Dentre os autores nacionais que colaboraram com a revista **Joaquim**, citem-se: Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Wilson Martins, Temístocles Linhares, Antonio Candido, Paulo Mendes Campos e José Paulo Paes; dentre os ilustradores, Poty Lazzarotto e Guido Viaro. A revista contava especialmente com a tradução de textos de autores como John Dewey, Franz Kafka e André Gide. Brasil Pinheiro Machado consta como colaborador nas traduções de Jean-Paul Sartre, Virginia Woolf e M. Merleau-Ponty. ‘Em homenagem a todos os joaquins do Brasil’, a produção literária da revista **Joaquim** alcançou o reconhecimento de autores de renome.” (CORDOVA, 2016, p. 147-148).

⁶ Optou-se por manter a grafia original de Brasil Pinheiro Machado, nos seus títulos e citações.

⁷ “Os meios de divulgação são também significativos de lutas e capitais simbólicos que envolviam os intelectuais em questão. A revista **A Ordem**, fundada em 1921, do Centro Dom Vital, fundado em 1922, teve como primeiros diretores Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. A revista do **Círculo de Estudos Bandeirantes**, órgão fundado em Curitiba, em 1929, teve como principal idealizador o Padre Luiz Gonzaga Miele; Bento Munhoz da Rocha Netto foi sócio fundador e presidente de 1939 a 1943. Ambas as revistas foram concebidas, fundamentalmente, por intelectuais ligados ao catolicismo enquanto um espaço de fortalecimento do pensamento católico no Brasil na primeira metade do século XX.” (CORDOVA, 2018, p. 346).

A citação decorre de publicação de artigo⁸ em que se apresentaram resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado, apontando-se, pelo registro de certas lembranças, indícios de sociabilidades que foram se constituindo na vida do intelectual, desde o período de sua infância, de seu tempo de estudante no colégio interno - no secundário, e na faculdade, assim como sua aproximação com os modernistas e católicos no Rio de Janeiro e São Paulo, pois:

Em seus cadernos manuscritos, em algumas anotações, Brasil recorda de sua amizade com Augusto Frederico Schmidt (que se tornaria poeta identificado com o movimento modernista e editor), desde seus tempos de estudante secundário em São Paulo, o qual irá prefaciar seu livro **4 Poemas**, publicado, também em 1928, pelas Oficinas Graphics do Diário dos Campos, de Ponta Grossa (PR). Brasil, ao lembrar de Schmidt, referenciou também o que chamou por “nosso antigo mestre Alceu Amoroso Lima, nosso querido Tristão de Ataíde” [...], demonstrando uma estreita relação de Brasil com o grupo católico do Centro Dom Vital. Nesse ponto, é possível notar que o conceito de ordem foi sendo paulatinamente percebido em sua juventude, em meio à junção com os próprios princípios do catolicismo, e, perguntando-se: “Havia os partidários da ordem a qualquer preço. Mas que era a ordem de 1922 a 1930?” [...]. (CORDOVA, 2018, p. 358).

Ainda no referido artigo foram abordadas algumas de suas experiências políticas vivenciadas em Curitiba e Rio de Janeiro, quando de seu mandato como deputado federal, conforme suas anotações, especialmente em dois dos cadernos manuscritos do fundo de arquivo consultado, intitulados como **Jornal I**, escrito entre 1946 e 1949, e **Jornal II**, redigido entre 1949 e 1950. Nesses dois cadernos manuscritos, escreve sobre alguns pontos de sua

⁸ Artigo publicado em 2018, no livro **A práxis dos intelectuais**, que traz o resultado de estudos e debates do Grupo de Pesquisa História Intelectual, História dos Intelectuais e Historiografia, fundado em 2003 por Helenice Rodrigues da Silva e Renato Lopes Leite (Organizador), na Universidade Federal do Paraná.

infância e adolescência, como o período em que fez o primário em Ponta Grossa “[...] na escola de ‘seu’ Becker (um argentino de ascendência rumaica, casado com uma senhora da velha estirpe guarapuavana)”; e do secundário:

Fui aluno dos padres salesianos, nas enormes arcadas do colegio Lyceu Sagrado Coração de Jesus, em S. Paulo, desde princípios de 1918 até o fim do ano de 1923. Foram seis anos de clausura, dos quais não me lembro com saudade. Naqueles paredões, fora da vida real, dentro duma vida fictícia, passava os anos inteiros longe da família, de fevereiro a novembro, com umas férias curtas em junho. Apenas 3 meses no ano, ia para junto da família, em Ponta-Grossa. (MACHADO, 1946-49).

Brasil Pinheiro Machado formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, mas suas produções foram permeadas, essencialmente, pela sua vivência como pesquisador e professor de História. Desenvolveu estudos sobre a **Problemática da Cidade Colonial Brasileira**, cujo artigo, publicado na revista **História: Questões e Debates** (1985), indicava que não bastaria ao historiador buscar “explicações conceituais” apenas pelo viés do capitalismo central, mas nos possíveis arranjos decorrentes de capitalismo periféricos, como seria o caso da cidade colonial brasileira. Anteriormente, em um de seus estudos referenciais, o **Esboço de uma Sinopse de História Regional** (1951)⁹, lançava o que seriam os fundamentos para uma investigação de história regional. O direcionamento da análise sustentava-se pela ideia de expansão do território paranaense a partir de pressupostos históricos nacionais, tendo o conceito de “comunidade” como núcleo das indagações.

Outros estudos de cunho regional de Brasil Pinheiro Machado, também considerados referenciais na historiografia

⁹ **Esboço de uma Sinopse de História Regional** foi publicado originalmente em 1951 pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Em 1987, foi publicado pela **Revista História: Questões e Debates** e em 2001 a Imprensa Oficial do Paraná publica o referido artigo, compondo uma das partes do livro intitulado **Poemas seguidos de dois ensaios**.

paranaense, foram as obras **Campos Gerais - Estruturas Agrárias** (1968) e **História do Paraná** (1969), publicadas em conjunto com Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. Estudos que apontam para questões concernentes à formação histórica da estrutura agrária da região dos Campos Gerais e sobre a ocupação do Paraná tradicional e do Paraná moderno, e que Brasil Pinheiro Machado denominou por três tipos de migração ou três tipos de colonização mantidas por um mesmo poder administrativo. Citem-se também dois artigos publicados no **Boletim** do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, enquanto estudos anteriores às obras referidas: **Contribuição ao estudo da história agrária no Paraná** (1963) e **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno** (1968).

Entretanto, no presente estudo, ao se consultar o fundo de arquivo do intelectual, cuja documentação consiste, essencialmente, em materiais de estudo, como cadernos de anotações e rascunhos, não somente se ampliou o estudo da tese mas redimensionou-se o objeto de estudo, abrindo novas possibilidades de apreensão de sua trajetória intelectual. Na perspectiva da história intelectual, segundo Dosse (2004), é possível ir além de alternativas que recorrem às análises internalistas das obras e seus sistemas de pensamento, ou externalistas, a partir de análises estruturais das redes de sociabilidades. Nessa direção, utilizou-se de algumas possibilidades do método indiciário, ou seja, apercebendo-se do sentido das características individuais de seu itinerário e, por conseguinte, de suas diferenciadas formas de escrita. Assim, a própria leitura dos cadernos de anotações e rascunhos de Brasil Pinheiro Machado tomaria o sentido venatório, numa busca por pistas e vestígios na consulta às fontes documentais. No decorrer da pesquisa, tratou-se de apreender elementos que pudessem elucidar os princípios da história intelectual pelo viés teórico da história cultural, bem como da utilização do método indiciário, ou seja, redimensionando o

próprio foco epistemológico do objeto em questão, de forma a justificar, portanto, o presente estudo.

Dentre a documentação investigada, foram selecionados fragmentos de estudos, possibilitando, por certo, aproximações e relações com o que havia sido trabalhado na pesquisa de doutorado. Entretanto, muitas outras possibilidades de interpretação foram sendo contempladas ao se lidar diretamente com as fontes manuscritas. Assim, conforme já comentado, o encaminhamento da pesquisa documental apontou para uma problematização na perspectiva de uma abordagem teórica da história intelectual, direcionando-se, de forma especial, às inquietações do intelectual no que se refere ao estudo histórico. Durante os anos de 1972 a 1976, Brasil Pinheiro Machado esboçou 23 sugestões ao estudo da história, revelando um momento de síntese e amadurecimento das questões estudadas ao longo de sua vida (Apêndice 1).

A escolha de se partir desse fio condutor de análise não pretendeu estabelecer uma linha de coerência e nitidez cristalina do pensamento do intelectual, mas justamente perceber elementos, indícios, pistas que pudessem elucidar sobre os temas de interesse do historiador e de seus esquemas de percepção e apreciação. E, nesse sentido, como foram se constituindo suas argumentações a partir de seu material de estudo, vestígios que podem revelar tanto aspectos de suas escolhas teóricas como o traçado de sua trajetória intelectual.

Em torno dessa questão central buscou-se trazer outras específicas sobre o que parece ser um dos eixos nas anotações do intelectual, ou seja, a recorrência ao estudo do conhecimento na história. Assim, tratou-se da articulação dessa abordagem com a temática do estudo regional enquanto ponto fundamental em suas pesquisas, demarcado, inclusive, por alguns momentos de suas anotações em que se intitulava “professor de história regional”. Destaque-se, também, dentre seus temas de interesse, o estudo da cultura brasileira e a referência a alguns de seus intérpretes mais

referenciados, questões pontuadas em seus esboços de pesquisa e em suas publicações, trazendo argumentos e contrapontos entre o que compreendia por “cultura brasileira” e a própria percepção desse conceito nas questões de cunho regional.

Algumas perguntas foram se delineando no decorrer da investigação: como seria possível perceber a produção do intelectual, compreendendo-o como leitor e mediador cultural? Como tratar dos registros de suas memórias enquanto indícios de sociabilidades ao longo de seu itinerário como estudante, professor e político? Qual a sua percepção sobre o conhecimento histórico, tomando como cerne de análise as suas sugestões ao estudo da história? E, por fim, como seria o embate teórico-metodológico entre história e ciências sociais em seus registros sobre a “interpretação do Brasil”? Enfim, buscando elucidar alguns desses pontos elencados, optou-se por dividir o livro em três partes: 1) O intelectual como leitor e mediador cultural: notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado; 2) Brasil Pinheiro Machado e suas sugestões ao estudo da história; 3) História, ciências sociais e a “história sociológica”: o debate em torno das interpretações do Brasil.

O intelectual como leitor e mediador cultural: notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado

Brasil Pinheiro Machado iniciou suas atividades docentes no ensino superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1939, aposentando-se, em 1977, como professor catedrático de História do Brasil, na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Atuou como professor de História do Brasil e História Universal no Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa - PR, no ano de 1930, exercendo também a direção do Ginásio:

Brasil nasceu em 12 de dezembro de 1907, no interior do Paraná, na cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, onde cursou somente o primário, no Colégio Becker e Silva. O secundário, fez no Liceu dos Padres Salesianos, no estado de São Paulo. Diplomou-se como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Retornou a Ponta Grossa para dar início a sua vida docente, ministrando aulas de História do Brasil e História Universal no Ginásio Regente Feijó no ano de 1930, exercendo também a direção do ginásio. Foi nomeado prefeito de Ponta Grossa pelo interventor Manoel Ribas, em 1931. Tinha então vinte e quatro anos. Posteriormente, em 1934, foi eleito deputado estadual aos vinte e sete anos, pelo Partido Social Democrático - PSD, reassumindo a docência somente em 1937 e, em 1938, a direção do ginásio. Em 1939 deixou de atuar no Colégio. Passou a morar em Curitiba, onde exerceu as funções tanto de professor, gestor universitário e político. Foi professor catedrático de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná, integrando, a partir de 1972, o

quadro de docentes no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná. Brasil exerceu as funções de diretor da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em períodos consecutivos de 1939 a 1951 e, posteriormente, de 1968 a 1971, sem contar o tempo em que atuou como vice-diretor. Quando foi nomeado, em 1946, interventor federal do Paraná, tinha trinta e nove anos. Ou seja, Brasil iniciou com vinte e quatro anos sua carreira de gestor, que se intensificou ao longo de sua vida, chegando a ser nomeado para cargos de extrema confiança como o de procurador-geral da Justiça, chefe do Ministério Público e presidente do Tribunal de Contas do Paraná. (CORDOVA, 2016, p. 145-146).

Mas ainda que o intelectual representasse uma fala autorizada, ocupando uma posição social privilegiada e atuando no campo político como prefeito de Ponta Grossa, interventor do Paraná, diretor e vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, dentre outros cargos de confiança no estado do Paraná, sinaliza-se, pelas suas anotações e por meio de sua atuação política e acadêmica, algumas questões que ora levam ao estranhamento, ora esclarecem a posição social ocupada. O presente estudo, ao perspectivar a história intelectual, não buscou pela coerência do pensamento e da trajetória de Brasil Pinheiro Machado, mas perceber, em suas argumentações, vestígios reveladores de suas escolhas teóricas, seus temas de estudo, seu lugar social e o traçado de seu itinerário intelectual e político. Índícios, enfim, que podem elucidar sobre os objetos de interesse do historiador, suas apreciações e percepções e, nesse sentido, compreender o intelectual estudado enquanto leitor e mediador cultural.

1.1 O intelectual enquanto leitor e mediador cultural

Há um crescente debate sobre a história intelectual, ou daquilo que Helenice Rodrigues da Silva (2002, p. 11-13) pontua a respeito de suas “condições de possibilidades e seus espaços

possíveis”. A autora faz algumas considerações sobre as distinções entre as especificidades do contexto histórico e intelectual francês e o que se tem praticado nas universidades brasileiras, essencialmente no que se refere à “produção” e “recepção de uma obra” nos diferentes “universos intelectuais”, tendo em conta “referências culturais específicas”. Observa que a história intelectual, embora “Praticada, nesse país, há quase vinte anos, ela transformou-se em domínio de pesquisa sem que fosse previamente objeto de questionamentos (epistemológicos e metodológicos)”.

Nessa perspectiva de abordagem, a mesma autora enfatiza o estudo de François Dosse que considera que a história intelectual emerge de um pressuposto pluridisciplinar, intermediando um terreno de tensões entre a “velha história das ideias” e a “recente história cultural”, ou as “explicações internas” e as “explicações contextualistas, externas”, e entre as dimensões diacrônicas e sincrônicas:

Visando apreender as formas de pensar e de agir dos intelectuais, com base em um contexto histórico e cultural específico, a História Intelectual precisa observar essas duas escalas de análise [...] a História Intelectual deve levar em consideração, simultaneamente, a dimensão diacrônica (história) e sincrônica (“os aspectos diferentes de um mesmo conjunto em um mesmo momento de evolução”). Isto pressupõe a necessidade de integrar no campo das investigações, para além das noções de “configurações” (Elias) e de “campo” (Bourdieu), os paradigmas intelectuais, os *epistémé*, as correntes filosóficas que interferem, direta ou indiretamente, nas representações, nas visões de mundo, condicionando sistemas de percepção, de apreciação e de classificação. (SILVA, 2003, p. 19).

As “representações” e as “visões de mundo”, enfim, os “sistemas de percepção, de apreciação e de classificação”, podem ser elucidadas pelo que Silva esclarece sobre as incorporações da

historiografia francesa às vertentes sociológicas e históricas para o estudo da história intelectual:

O contexto francês, que aliás nos serve de referência, privilegia diferentes formas de elucidação. Uma primeira, sociológica, tende a enfatizar tanto uma cartografia dos intelectuais (as redes de sociabilidade, os modos de filiações, as gerações intelectuais) como o “campo” intelectual (a lógica dos lugares, dos interesses e das situações). Uma segunda, histórica, aborda, notadamente, a história política dos intelectuais, enfatizando o ritual das petições, manifestos, manifestações. Finalmente, outra vertente tende a elaborar uma hermenêutica das obras, ou melhor, uma análise do discurso intelectual. Em suma, a história intelectual francesa pretende valorizar duas versões: a discursiva (a obra em si, desincorporada de contextos) e a contextual (as configurações, os campos, as genealogias, as práticas, etc.). (SILVA, 2003, p. 16).

O estudo de pós-doutorado de Névio de Campos permite compreender as complexas interlocuções entre história intelectual e história cultural, considerando que produção e recepção são conceitos fundamentais para se pensar a própria operacionalização da história intelectual. Assim, conforme Campos (2015, p. 106), “A caracterização da história intelectual como abordagem implica na existência de variadas formas de escrita sobre os intelectuais”, dentre as quais citem-se as experiências a partir das historiografias inglesa, alemã, francesa e estadunidense. Tal condição indica, portanto, “possibilidades múltiplas para se problematizar a história intelectual no contexto do século XXI”. Ao tratar da história intelectual pela perspectiva da historiografia francesa, tomando como referência os estudos de Roger Chartier, Campos considera:

A posição de Chartier nesse debate oriundo da história social/mentalidades e história das ideias tem certa fecundidade à escrita da história intelectual, pois procura indicar em que medida a investigação dos artefatos culturais ou intelectuais precisa avançar entre os elementos reducionistas da história social/mentalidades ou da clássica história das ideias. A primeira contribuição, cuja discussão encontra-se em inúmeros

historiadores, é de que não é possível escrever a história intelectual reduzindo o pensamento aos processos de determinação do mundo social, assim como isolando as ideias das relações estabelecidas no tecido da própria sociedade. A segunda consiste na força-tarefa de desconstrução das linhas rígidas e bem demarcadas entre cultura erudita e cultura popular, o que implica em outro tipo de representação e prática da história intelectual. Por fim, aspecto decorrente do anterior que apregoa uma ampliação da ideia de produção cultural, ao postular a ideia de que os consumidores e leitores ao apropriarem-se de um artefato cultural participam ativamente de um processo de produção intelectual, resultando na ampliação do escopo de análise da história intelectual. (CAMPOS, 2015, p. 117).

Sirinelli (2014, p. 11) adverte para a fecundidade dos estudos historiográficos sobre o século XX, tendo como foco a história cultural, configurando-se como um “[...] movimento [que] se fez marchando com novas terras de pesquisa conquistadas, mas também de um inegável ganho epistemológico acionado por diversas constatações”. Nesse sentido, o próprio conceito de realidade pode ser apreendido, na medida em que se tenha em vista uma tentativa de “restituir um passado abolido”, ou mesmo de compreender o itinerário de um “sujeito agente e pensante”:

Por um lado, se o historiador tenta restituir um passado abolido e, portanto, reconstituir uma realidade desaparecida, ele sabe muito bem que esta não apenas é complexa mas, ainda por cima, nunca pode ser percebida instantaneamente em sua realidade intrínseca. Ora, a história cultural, interessando-se pelas operações de apreensão do real e, na mesma medida, pelos sentidos assumidos por esse real através dos mecanismos de percepção, que são ao mesmo tempo processos de alteração, se situa de facto no coração de qualquer tentativa historiográfica de levar em consideração o sujeito agente e pensante. (SIRINELLI, 2014, p. 11).

Ao discutir os desdobramentos historiográficos no estudo dos intelectuais em correlação com o que poderia ser

compreendido como um retorno de uma história política, Sirinelli (2003, p. 242) destaca a imprecisão decorrente do “caráter polissêmico da noção de intelectual” e o “aspecto polimorfo do meio dos intelectuais”, especialmente no tocante às “mutações” dessa palavra no contexto da sociedade francesa. E nesse sentido propõem-se duas acepções do intelectual, “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”¹. O mesmo autor (2003, 234-235) aponta, ainda, para “causas específicas que deixaram os intelectuais à margem do ateliê do historiador”, assumindo mesmo um “valor de condenação numa época em que a história, mesmo cultural, devia ser serial ou não podia aspirar a uma verdadeira dignidade científica” e que, no cerne do debate da história política e da história recente, a história intelectual sofreria também duras críticas quanto à sua “legitimidade científica”:

Foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram o interesse da corporação dos historiadores. Aqui também as causas do fenômeno são múltiplas, algumas delas, novamente, ligadas unicamente à história dos intelectuais, outras relacionadas mais amplamente à evolução do *status* da história política e da história recente. (SIRINELLI, 2003, p. 237).

De toda forma, a abordagem de um itinerário requer, como alerta Sirinelli (2003, p. 247), certas precauções ou mesmo um “preço” por parte do pesquisador, pois se os itinerários

¹ Silva (2005, p. 399) relembra: “Historicamente datado, o substantivo ‘intelectual’ faz a sua irrupção na língua francesa no decorrer do ‘caso Dreyfus’, momento em que a definição mesmo do ‘intelectual’ é objeto de uma violenta batalha. O surgimento dessa categoria social, portanto, indissociável da luta contra o poder, configura a ideia da ação como condição mesma da existência dos ‘intelectuais’. O texto de Émile Zola, *J’accuse*, publicado em 1898 no jornal *L’Aurore*, denunciando os erros judiciários e o complô do exército francês contra Dreyfus, torna-se o ponto de partida de uma definição da ‘missão’ do intelectual.”

“apresentam, com bastante frequência, sérios problemas de reconstituição, ainda mais complexas são as questões de interpretação”:

O estudo dos itinerários só pode ser um instrumento de investigação histórica se pagar por esse preço. Sob a condição, entretanto, de evitar as generalizações apressadas e as aproximações duvidosas. A nós nos parece que a extrema diversidade das situações individuais impede que se chegue a explicações globalizantes.

Dosse em **La Marcha de las Ideas** faz a proposição de que: “Para definir lo que puede ser una historia de los intelectuales por lo menos hay que entenderse sobre lo que designa la noción del intelectual”. (DOSSE, 2004, p. 19). E se a perspectiva é definir a noção de intelectual pelo viés sociocultural, há que se ter em conta que tal acepção cultural engloba tanto criadores como mediadores culturais. Compreende-se, portanto, que a noção de intelectual é polimorfa e polífona, assim como é obscuro o objeto da história dos intelectuais. Citando Menocchio, personagem de Carlo Ginzburg, Dosse (2004, p. 29) argumenta sobre a noção da acepção de intelectual ao exemplificar: “Este trabajador manual es el portador de una cosmogonía absolutamente original, construida a partir de un bricoraje intelectual personal. No es a su manera un intelectual?”. O intelectual enquanto uma construção que se inscreve em uma história social e cultural, prioriza, portanto, tanto elementos subjetivos (dimensão subjetiva da afetividade), como objetivos (reveladores de critérios de pertencimento e de redes de sociabilidades).

No que se refere à compreensão dos elementos subjetivos que remetem à noção de intelectual, direcionou-se o estudo na perspectiva do método indiciário, levando em conta as características individuais que permeiam o itinerário do intelectual. A própria leitura dos cadernos de anotações e rascunhos de Brasil Pinheiro Machado tomou o sentido venatório do método indiciário.

Ginzburg, ao referenciar o paradigma indiciário, considera essencial discutir sobre individualidade/generalidade, o que demanda um redimensionamento das discussões que tratam do lugar social das ciências humanas enquanto conhecimento científico, bem como o contexto epistemológico em que se inserem. Colocando a questão: “Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso?”, evidencia que para esse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis como “faro, golpe de vista, intuição”. (GINZBURG, 1989, p. 178-179). Esses elementos, imponderáveis justamente por serem mediados por saberes do tipo venatório pela própria decifração de pistas e vestígios, podem configurar-se pela rigorosidade científica, mas desde que se pesem diferenciadas compreensões hierárquicas do conhecimento em questão, ou, conforme Ginzburg, “de toda uma cientificidade ainda por se definir”, especialmente no que diz respeito a um paradigma que se pauta por sinais de individualidade, já que:

[...] o verdadeiro obstáculo à aplicação do paradigma galileano era a centralidade maior ou menor do elemento individual em cada disciplina. Quanto mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso [...]. Nesse ponto, abriam-se duas vias: ou sacrificar o conhecimento do elemento individual à generalização (mais ou menos rigorosa, mais ou menos formulável em linguagem matemática), ou procurar elaborar, talvez às apalpadelas, um paradigma diferente, fundado no conhecimento científico (mas de toda uma cientificidade ainda por se definir) do individual. A primeira via foi percorrida pelas ciências naturais, e só muito tempo depois pelas ciências humanas. (GINZBURG, 1989, p. 163).

Ginzburg, ao buscar demonstrar como “emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas”, desde final do século XIX, um modelo ou um paradigma “amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente”, analisa as raízes e as contraposições epistemológicas do paradigma indiciário. E nesse

sentido a ênfase no estudo das “minúsculas particularidades” não descarta o estudo das totalidades, mas se constitui, inclusive, em um instrumento para decifrá-las:

Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada [...]. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la. (GINZBURG, 1989, p. 177).

Para Marc Bloch a escolha do historiador estaria intrinsecamente relacionada à delimitação de suas ferramentas: “Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas”. (BLOCH, 2001, p. 52). Daí decorre o que Bloch evidencia como “indiscutíveis particularidades da observação histórica”:

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser [segundo François Simiand,], um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparelhadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos [...]. (BLOCH, 2001, p. 73).

Bloch enfatiza que uma ciência não pode ser definida “apenas por seu objeto”, mas necessariamente “pela natureza própria de seus métodos”, discutindo, portanto, o caráter específico da história como conhecimento. E nesse sentido aponta para a essência do que seriam os “fatos humanos”:

Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética da linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática.

Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande *finesse* da linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir. (BLOCH, 2001, p. 54-55).

À luz dessas considerações de ordem teórica e metodológica é que a proposta de pesquisa, a partir das notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado, teve como elemento norteador do objeto de investigação o que Ginzburg identifica por “individualidade” e “indícios”, assim como a abertura de possibilidades de investigação, tendo em conta o que Bloch conceitua por “vestígios” na documentação a ser pesquisada.

Certeau, ao se referir à operação historiográfica, atenta para a questão da “particularidade do lugar de onde falo” enquanto “marca indelével” do “fazer história” e que “[..] não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação.” (CERTEAU, 2011, p. 46).

Compreender os elementos dessa particularidade apontada por Certeau e sua relação com os produtos e os lugares de produção foi o desafio proposto para a leitura das fontes elencadas para o presente estudo. Considerou-se que a busca pelo método parte também do princípio do que Certeau (2011, p. 15) indica quando refere que, para compreender, é preciso “encontrar na informação histórica o que a tornará pensável”, permitindo “levantar uma série de indícios até então inobservados”.

O lugar de fala do intelectual remete ao estudo de indícios da observação de suas particularidades, o que possibilita compreendê-lo a partir de seus “esquemas de percepção e de apreciação”, seja como leitor e mediador cultural. É necessário, portanto, compreender o que Chartier (2002, p. 52-53) pondera: “Ler, olhar ou escutar são, de fato, atitudes intelectuais”, mas para isso é

fundamental considerar que o “consumo’ cultural ou intelectual seja ele mesmo tomado como uma produção”.

Da mesma forma, Chartier pondera que: “o que os leitores fazem de suas leituras é uma questão decisiva diante da qual tanto as análises temáticas da produção impressa quanto aquelas da difusão social das diferentes categorias de obras permanecem impotentes”. Ou seja, nas palavras do próprio Chartier (2002, p. 44): “os modos como um indivíduo ou um grupo apropria-se de um motivo intelectual ou de uma forma cultural são mais importantes do que a distribuição estatística desse motivo ou dessa forma”. É nessa direção que o autor considera que: “todo uso ou toda apropriação de um produto ou de uma ideia é um ‘trabalho’ intelectual”.

Ao tomar contato com a documentação de Brasil Pinheiro Machado no fundo de arquivo do CDPH/UEPG, foi possível pensá-lo como leitor e, por isso mesmo, produtor, mas fundamentalmente mediador cultural, tendo em conta os seus destinatários e a “produção dos significados” de suas leituras. Trazendo mais um pouco de Chartier, pode-se compreender a relação do leitor/expectador no estudo da história intelectual, especialmente naquilo que pode ser transgredido ou inventado em torno das “liberdades” ou “limites da interpretação”:

De um lado, cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção - uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção. De outro lado, deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular.

A grande questão, quando nos interessamos pela história da produção dos significados, é compreender como as limitações são sempre transgredidas pela invenção ou, pelo contrário, como as

liberdades da interpretação são sempre limitadas [...].
(CHARTIER, 1999, p. 19).

Se cada leitor “produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe”, tomar contato com as notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado foi adentrar num universo “singular” e “silencioso”, demarcado por “códigos próprios”, aberto à percepção dos sentidos no que se refere às suas leituras e apropriações culturais, seja pelas curiosidades que o moviam, seus temas preferidos e preteridos, suas angústias e vivências no meio acadêmico e político, suas expectativas de projetos e pesquisas. As notas de leitura do intelectual, fundamentalmente demarcadas pelo estudo da história, mas apresentando recorrentemente relações com estudos em outras áreas, propiciaram perceber tanto lacunas quanto amadurecimentos de seus objetos de estudo, trazendo indícios possíveis de serem interpretados acerca de seu itinerário. Foi com esse intento que se elaborou, a seguir, uma síntese sobre as notas de leitura do intelectual, pensando em possibilidades variadas de pesquisas geradas pela consulta ao fundo de arquivo consultado, e perspectivando, enfim, vestígios para o estudo da história intelectual.

1.2 Notas de leitura de Brasil Pinheiro Machado

Buscando redimensionar o estudo para uma abordagem teórica na perspectiva da história intelectual e trazendo aproximações com o método indiciário, delineou-se um levantamento da documentação consultada, que consistiu em 24 cadernos manuscritos, 6 apostilas manuscritas e datilografadas, crônicas, textos manuscritos, blocos de anotações com diversas referências teóricas, correspondência enviada e recebida, recortes de jornais, revistas, material impresso e datilografado de outros autores, poesias e publicações impressas do próprio autor. O mesmo caderno ou apostila foi, muitas vezes, utilizado por Brasil

Pinheiro Machado em datas diferenciadas por vários anos ou décadas, ora dando continuidade à temática abordada, ora aproveitando os espaços em branco entre as anotações de estudos. Dessa forma, considerando o que foi datado ou não pelo intelectual, compreende-se que o material consultado poderá servir de base para outras investigações que contemplem o estudo dos intelectuais ou da história intelectual, enquanto uma expressiva fonte de pesquisa da cultura escrita.

Brasil Pinheiro Machado, em seus apontamentos de estudo, sistematicamente datava e recorrentemente intitulara os assuntos tratados, referenciando, em grande parte de suas anotações, a bibliografia consultada. Em algumas de suas notas não consta a data; porém, foi possível estimar o período em que foram escritas por comporem o mesmo material que fora datado. Pensando em orientar o leitor sobre a materialidade das fontes citadas e das possibilidades de pesquisa a partir do fundo de arquivo consultado, esboçou-se uma narrativa em forma de síntese, buscando permear a descrição das fontes (Apêndice 2) e a temporalidade da escrita pelas anotações do intelectual, com o objetivo de elucidar sobre as leituras realizadas, temas e autores consultados ao longo de sua vida. Optou-se, portanto, seguir uma ordem cronológica, pensando mais na facilidade do leitor em localizar-se temporalmente do que necessariamente na busca de uma lógica linear, pois o itinerário em questão aponta para diferenciadas experiências de leitura e de vida do intelectual, enredadas por diferenciados contextos vivenciados.

Dentre o material consultado, as primeiras anotações registradas foram duas cartas, curtas, em formato de bilhete, datadas de 1918, de Brasil Pinheiro Machado destinadas ao seu pai e sua mãe, tendo por referência o período de afastamento familiar em que esteve em regime de internato em São Paulo, no curso secundário, a partir dos 10 anos de idade. A primeira missiva, datada de 21 de março de 1918, foi endereçada a sua mãe, e a segunda, de 24 de março do mesmo ano, a seu pai, ambas

redigidas com papel timbrado do Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus, de São Paulo, conforme segue:

Querida mãe

Desejo em primeiro logar esteja gosando perfeita saudi e felicidade.

Hontem recebi a sua carta, dizendo que recebeu só uma carta de Theodoro e nenhuma minha; eu ja escrevi muitas cartas e recebi só uma da senhora, e nenhuma de papae; e tambem a senhora disse que o Uniforme civil estavão fazendo na casa Almeida & Irmão, eu vou dizer ao Joaquim ir ver se esta prompta porque eu estou precisando de uma roupa para sahida. Ja escrevi em muitas cartas dizendo que aqui no collegio tem duas companhias que é a de São Luiz de Gonzaga e a de São Jose eu estou quer[endo entra]r numa d'ellas e se a senhora deixar eu entrar me escreva; e tambem já escrevi para à senhora fazer favor de dizer a papae que ja arranquei aquelle dente que era para mim arrancar ahi.

E diga a vovo que me escreva que logo escreverei a ella.

No dia 31 (na Paschoa) nos temos sahida e concerteza o Joaquim vem t[...].r-nos; e eu quero ver se eu posso ir la no Almeida & Irmão ver a roupa.

E diga ao Raul que me escreva.

E aceite um abraço do filho obediente.

Brasil Pinheiro Machado (MACHADO, 1918).

Querido pae

Desejo que em primeiro logar esteja gosando perfeita saude e felicidade.

Na quinta-feira passada escrevi uma carta a mamãe que deserto ella recebeu.

Eu ja escrevi muitas cartas para la e tive so uma resposta de mamãe. Do 1.º eu ainda não recebi nenhuma carta.

Ei ja arranquei aquelle dente que era para mim arrancar ahi.

Faça favor de me escrever; e diga a vóvó que me escreva que logo escreverei a ella.

Estou muito contete por saber que ahi em casa todos passãõ bem; o Theodoro recebeu uma carta sua; e eu recebi uma do Plan[B?].

E aceite um abraço do filho obediente.

Brasil Pinheiro Machado Filho (MACHADO, 1918).

Nas palavras escritas pela criança de 10 anos percebe-se a necessidade do recebimento de notícias da família, num misto de saudade e angústia que seriam vivenciadas ao longo dos seis anos de internato em São Paulo. Em anotações registradas em dois cadernos de memórias, escritos na década de 1940, assim se refere ao período em que era aluno secundarista no Lyceu Sagrado Coração de Jesus:

Fui aluno dos padres salesianos, nas enormes arcadas do colegio Lyceu Sagrado Coração de Jesus, em S. Paulo, desde princípios de 1918 até o fim do ano de 1923. Foram seis anos de clausura, dos quais não me lembro com saudade. Naqueles paredões, fora da vida real, dentro duma vida fictícia, passava os anos inteiros longe da família, de fevereiro a novembro, com umas férias curtas em junho. Apenas 3 meses no ano, ia para junto da família, em Ponta-Grossa.

Ainda me lembro quando entrei para o colégio.

Era no mês de fevereiro de 1918. Ainda ia em curso a guerra europeia, de cujos acontecimentos eu sabia pelas conversas da família, e por uma coleção de figuras sobre a guerra, que eu e meus irmãos fazíamos, recortando das revistas e jornais, as fotografias. Lembro-me, ainda, da invasão da Belgica e dos desastres da Russia czarista [...].

Embarcamos para S. Paulo, naquele fevereiro de 1918, meu pai, Joaquim, Teodoro e eu.

Eu tinha pouco mais de dez anos. (MACHADO, 1946-49).

Em outro trecho, volta a se referir a esse período de internato:

Era eu estudante de colegio interno em S. Paulo, quando em 1922 a historia dos 18 do Forte de Copacabana abalou todo o Brasil [...]. Lembro-me muito bem, como conversavamos, os meninos, andando á maneira dos padres, daqui para lá, nas imensas arcadas do colegio, conversando sobre a revolução, e me lembro bem tambem, como calava fundo em nossas almas a pregação da Ordem que confundiamos com os proprios principios do catolicismo, e como isso nos trazia a duvida e o conflito interior,

tudo mal delineado dentro de nossas consciências infantis.
(MACHADO, 1949-50).

Já seus textos manuscritos de junho de 1929 (e que apresentam reticências após a indicação dessa data, sinalizando que poderiam ter sido escritos posteriormente), com o título **Cronicas de João-ninguem**, constituem um apanhado de poesias com diversos títulos, demarcando o período em que Brasil Pinheiro Machado havia se dedicado à escrita de poemas.

Mas é a partir do decênio de 1940 que se encontram apontamentos mais densos. Escrito nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o caderno manuscrito intitulado **Sociologia/Direito/Economia** evidencia a formação jurídica de Brasil, daí certamente a busca pelos temas do direito civil e do papel do Estado frente às questões políticas, financeiras e econômicas. O intelectual também aborda questões de cunho sociológico, referindo-se aos conceitos de coação, integração, estrutura, além de vários apontamentos sobre a história econômica. História, direito, sociologia e economia constituem, portanto, áreas e temas de interesse do intelectual, já apontando algumas indicações para o que iria nortear seus estudos posteriores, de cunho regional². Dentre os autores referenciados, citem-se Bronislaw Malinowski, Joseph Schumpeter, Bertrand Nogaro, Georges Ripert, Jacques Lambert e Eugène Dupréel.

No caderno manuscrito redigido de 1959 a 1963, nominado como **Esboços/Apontamentos/Observações/Notas**, Brasil Pinheiro Machado inicia seus apontamentos com uma breve

² Conforme destacado na tese: “Segundo Brasil, a formação histórica paranaense seria caracterizada, conforme estudos de Martius, por ‘múltiplos estímulos’ de ordem nacional. A formação do Paraná estaria então delineada por ‘três grandes migrações movimentadas’, uma no século XVII e duas no século XX, produzindo três tipos de colonização, ‘contíguas e conflitantes entre si’, mantidas enquanto unidade apenas por pertencerem a um mesmo Poder Administrativo. Tais migrações demarcariam, então, o que se convencionou denominar de Paraná Tradicional e Paraná Moderno, cabendo à história regional do Paraná compor mais um dos capítulos da história regional do Brasil, ainda que com ‘individualidade distinta’. No estudo das migrações populacionais, tendo a ‘comunidade’ como núcleo central de investigação, Brasil apontou que a formação do Paraná é resultado da migração paulista, tendo em conta a história das migrações em nível.” (CORDOVA, 2016, p. 252).

introdução sobre a interpretação do Brasil por parte da intelectualidade brasileira, e a seguir escreve **Notas para a elaboração da teoria das ‘comunidades históricas’**. Nesse caderno fica evidente a preocupação do intelectual com o estudo da cultura luso-brasileira, fazendo anotações sobre o que denomina de “sociologia brasileira”, bem como pontua questões sobre a história econômica e a sociologia do conhecimento. Dentre os apontamentos, foram registradas 21 notas sobre o capitalismo, relacionando com o estudo conceitual de estrutura e sistema, citando alguns autores como Werner Sombart, François Perroux, André Marchal, John W. Baldwin, Roger Bastide, Lucien Febvre e Max Weber.

Apontamentos sobre “comunidades” e sobre a história das cidades serão elaborados em outros cadernos e apostilas, com acentuado interesse sobre a questão da formação de classes no Paraná, assim como o tema do mercantilismo e os fundamentos da história econômica. Dentre os autores referenciados para a discussão dos fundamentos da história econômica ressaltam-se Marc Bloch, Henri Pirenne, Alexander Marchant, Marcel Mauss, Gurvitch, dentre outros. É possível evidenciar a aproximação com estudos sociológicos, quando referencia o conceito de “Region”, como objeto de estudo da sociologia americana.

Em uma das apostilas manuscritas, sem data, mas arquivada juntamente com anotações de 1958 e 1959, encontram-se diversas anotações de estudo sobre o Caminho do Paraguai, Carijós, Catequese, Ordens Religiosas, Expansão Espanhola no Sul, Colônia do Sacramento, Estrada São Paulo-Rio Grande, Campos Gerais, Localidades do Paraná, Vilas do litoral catarinense, Tráfico Negreiro e comércio com a África. O intelectual também pesquisa sobre o que intitula por “Tipologia do brasileiro sulista”, explorando sobre gaúchos, fluminenses e paulistas, dentre outros temas ligados à economia, comércio, contrabando e impostos. Também sobre alimentação, população, questões fronteiriças e agrárias.

Os arquivos recorrentemente consultados por ele foram R. I. H. G. B. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); R. I. H. E. do Paraná (Revista do Instituto Histórico e Etnográfico do Paraná); R. I. H. G. S. Paulo (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo); Boletim Municipal de Curitiba. Brasil Pinheiro Machado faz fichamentos de estudos sobre a história do Brasil, que vão desde o século XVI ao XIX, referenciando nomes como Manuel da Nóbrega, Gabriel Soares, Magnus Mörner, Sebastião da Veiga Cabral, Antonio Vásquez de Espinosa, Francisco Adolfo de Varnhagen, Orivelle Derby, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, Serafim Leite, José de Almeida, José Custodio de Sá e Faria, Visconde de Carnaxide.

Em outra apostila, datilografada, do ano de 1960, referente ao período em que Brasil Pinheiro Machado foi catedrático de História do Brasil, encontra-se uma síntese da historiografia na obra de Gilberto Freyre, com o seguinte título: **História e Historiografia Brasileira - A história sociológica**, apresentando considerações sobre o método histórico e a crítica das fontes, bem como a questão “sócio-cultural” da formação brasileira a partir da obra de Freyre. Faz também outras anotações de autores que se debruçaram sobre o tema da interpretação do Brasil, como Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Francisco Weffort, Wilson Martins. Paralelamente, em outra apostila datilografada, o intelectual escreve **Notas para a problemática da história política da Primeira República**, tratando do conceito de oligarquia, discutindo também sobre imigração e colonização.

Ainda nos anos de 1960, Brasil Pinheiro Machado esboça questões em torno do que denomina de ponto de vista culturalista, ponto de vista do materialismo histórico e ponto de partida do liberalismo, bem como a continuação dos seus estudos sobre o mercantilismo. Dentre as referências debruça-se sobre o livro **Asian Drama**, de Gunnar Myrdal, economista sueco, da Escola de Estocolmo, tratando de questões relacionadas ao desemprego,

subemprego e desemprego disfarçado. Esses conceitos serão explorados também em outro caderno manuscrito em correspondência à análise da “mentalidade dos intelectuais da região”.

Nos escritos de final dos anos de 1960 e início da década de 1970, é possível perceber a continuidade de estudos de determinadas temáticas como o conceito de “comunidades históricas”³, tratando de questões referentes ao conceito de oligarquia e dos “modelos de poder” na Primeira República, bem como a respeito do impacto do desenvolvimento econômico sobre a sociedade.

Um tema bastante explorado, especialmente no ano de 1971, foi sobre a história da escravidão e sua relação com o capitalismo. Utiliza notas de um artigo de Arnold A. Sio, com o título de **Interpretation of Slavery: The Slave Status in the Americas**, publicado na revista da Universidade de Cambridge **Comparative Studies in Sociology and History**, de 1965. Cita outros estudos sobre a temática, publicados em fins de 1940 e nos anos de 1950, nos Estados Unidos da América, como as pesquisas de Frank Tannenbaum, Stanley Elkins, Kenneth Stampf, Carl Degler, Oscar e Mary F. Handlin. Em 1979, faz também apontamentos, tendo como referência principal o livro **Escravidão, Reforma e Imperialismo**, de Richard Graham, historiador brasileiro, da Universidade do Texas, abordando o tema da modernização e suas relações com a questão do desenvolvimento econômico nos EUA e na América Latina.

Recorrentemente, conceitos sociológicos são bastante explorados em suas anotações, encontrando-se apontamentos sobre a “explicação do poder”, por Parsons, a “análise da estrutura social” e “relações de papel”. Nessa seara, Brasil Pinheiro Machado analisa um artigo do sociólogo alemão Peter Weingart sobre a

³ “A ‘comunidade’ seria o núcleo das indagações do autor e, como no caso da história regional paranaense, o modelo de explicação se fundamentaria a partir de “células fundamentais”. Assim, o Paraná Tradicional se constituiria em resultado da migração paulista, considerando a história das migrações em nível nacional. Partindo desse pressuposto, a história regional delineava-se por critérios de uma “história espontânea”, tendo em conta o cotidiano específico das comunidades”. (CORDOVA, 2016, p. 159).

teoria do conflito de Ralf Dahrendorf, mencionando estudos de Marx, Weber e Mills.

Uma preocupação constante do intelectual foi a questão do método e de sua abordagem conceitual em história. Em vários momentos de suas anotações, encontram-se escritos sobre essa questão. Para tal propósito, muitas são as aproximações e os diálogos entre história, ciências sociais e economia, fazendo apontamentos, por exemplo, tanto sobre a história econômica quanto sobre a história social da Escola Francesa. Dentre tais anotações nas décadas de 1960 e 1970, ressaltam-se **O uso das ciências sociais na explicação histórica**, bem como a busca pela compreensão da historiografia na obra de Octavio Ianni. Em outro caderno, Brasil Pinheiro Machado escreve 23 sugestões ao estudo da história, entre os anos de 1972 a 1976 - e que será tratado, especificamente, no próximo item.

O intelectual, ao se remeter à área da economia, no caderno manuscrito intitulado **Economia** pesquisa também a partir de economistas brasileiros, como Carlos Lessa, Bresser Pereira e Celso Furtado. Traz, ainda, para a discussão a leitura de **História Econômica do Brasil**, de Caio Prado Jr. Ao final desse caderno há um resumo anotado de uma comunicação de Frederic Mauro na Segunda Conferência de História Econômica, realizada em Aix-en-Provence, em 1962. E logo em seguida faz apontamentos sobre desenvolvimento econômico para a aula de História Econômica do Brasil, revelando nessas notas, e em muitas outras, o estudo de temáticas enquanto preparações de leitura para as aulas que seriam ministradas. O caderno manuscrito intitulado **Notas e bibliografia de estudo** também é inteiramente dedicado ao estudo da economia, referenciando Carlos Peláez, o debate das teses de Celso Furtado, a questão da formação do capital e da política comercial.

Em um dos cadernos escritos no final de 1969 e na década de 1970, é bastante evidente a aproximação com autores estadunidenses e o aprofundamento de Brasil Pinheiro Machado sobre a teoria sociológica e os conceitos de funcionalismo e

controle social, assim como a respeito da sociologia do conhecimento, referenciando estudos de Merton, Mannheim e E. A. Ross. Para os estudos da área econômica cita, em muitos momentos, Douglas C. North, Gerald G. Meier e Jacob Viner, fazendo apontamentos sobre a crítica geral às teorias do desenvolvimento e sobre a história econômica da América Latina. Ainda na década de 1970, especialmente em dois dos cadernos, intitulados **Funcionalismo/Outros** e **Notas**, discorre sobre questões teóricas em torno do pensamento de Hegel, sobre a história comparada e a escola francesa. Escreve em três cadernos o que intitula como **A Fuga**, em que faz variadas e abundantes anotações sobre a Escola dos *Annales*.

Um dos temas bastante debatidos em muitas notas de leitura, em vários cadernos, nos anos de 1970, é o da Tradição e da Modernidade. Anotações de Reinhardt Bendix no que se refere à sociologia comparada, também sobre a perspectiva marxista e sobre o que intitula por **Tipos ideais não são generalizações**. Ao tratar de teorias econômicas, esboça quatro temáticas de pesquisa, que seriam: 1.º Tema “O desenvolvimento econômico”; 2.º Tema “Modernização”; 3.º Tema “Sociedade dual”; 4.º Tema “O capitalismo como sistema”.

Em outro caderno volta ao tema da Tradição e Modernidade, ainda na perspectiva do desenvolvimento econômico, aborda o conceito de “mudança social”. Faz algumas breves considerações sobre capitalismo, processo histórico e ideologia. Nessas abordagens, referencia Bendix, Raymond Williams e Pierre Peganiol, e ao trazer esta temática indica que **A modernização é uma ideologia**.

Encontram-se também anotações sobre a educação no Brasil, registrando sua preocupação com o tema, especialmente sobre o caráter político da instrução pública na Primeira República, escrevendo uma nota sobre escolas estrangeiras e outra sobre a instrução pública.

Percebe-se, portanto, que as anotações de estudo de Brasil Pinheiro Machado constantemente priorizam o viés teórico como embasamento de suas temáticas de pesquisa. Em outro caderno, redigido entre os anos de 1970 e 1980, escreve notas à leitura de Alfred Schütz e logo em seguida trata do que indica como possibilidade das ciências sociais. Assim, adentra suas **meditações para uma pesquisa**, trazendo o conceito de “tipificação” enquanto um projeto de história social da sociedade provincial do Paraná. É nessa direção que irá tratar do tema da história regional que, conforme já mencionado, foi um tema recorrentemente abordado ao longo de suas anotações, bem como o conceito de “comunidade” e sobre a formação urbana no Brasil, ou, como denomina, “história das cidades”.

Constam algumas anotações de suas lembranças e vivências ao longo de seus apontamentos. Nas décadas de 1940 e 1950, Brasil Pinheiro Machado escreve dois cadernos de memórias. E nas décadas de 1970 e 1980, encontram-se apontamentos em mais dois cadernos, especialmente no caderno intitulado **A Volta do Velho Senhor**. Nesses últimos foram registrados muitos momentos de suas vivências e de seus sentimentos e impressões desde o seu tempo de estudante até sua maturidade política e acadêmica. Os registros de suas memórias⁴ possibilitam tratar de uma série de indícios da vida do intelectual, já que escritos quando se encontrava no ápice de suas atividades políticas e iniciando sua trajetória no ensino superior, nas décadas de 1940 e 1950 e, posteriormente, quando já se encontrava vivenciando a última década de sua atuação como professor de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná.

⁴ A pesquisa de Helena Isabel Mueller (2014) sobre os cadernos de memória mencionados, investiga, de forma minuciosa e profunda, traços da biografia e dos contextos vivenciados pelo intelectual.

Brasil Pinheiro Machado e suas sugestões ao estudo da história

Enfim, o que está feito, está feito. Não interessa essa filosofia de segunda-feira. Deixa-me continuar minhas sugestões de como deveria ser estruturado o projeto de pesquisa sobre a história política do Paraná, no período chamado democrático, que vai desde a queda de Getulio Vargas e, por consequência, de Manuel Ribas, até o golpe militar de março de 1964. Antes, o regime era ditatorial, depois, o regime foi ditatorial. Eu vivi os dois períodos ditatoriais e o período democrático, mas tenho dificuldade em lembrar, e à medida que o tempo vai passando (nesse nível, vagorosamente) eu tenho a impressão que aí é que eu vou compreendendo o que aconteceu, que eu vou compreendendo o significado do que aconteceu. Daí certas conclusões muito vagas: quando a gente vive os acontecimentos a gente não os compreende (esse a gente sou eu). É como se, se a gente é parte desses acontecimentos, a gente é também acontecimento. Só mais tarde, quando a coruja de Minerva levanta vôo, é que a gente passa a compreender o quanto a gente é tolo e o quanto a gente está perdido dentro das ondas revoltas do acontecimento [...]. (MACHADO, 1986).

De 1972 a 1976, Brasil Pinheiro Machado escreve 23 sugestões ao estudo da história. Estudar suas sugestões foi também percorrer o caminho de suas vivências, percepções e inquietações no tocante ao método, suas implicações na pesquisa histórica e à própria história da historiografia.

Uma das referências teóricas recorrentes de Brasil, ao longo de suas anotações, é Hegel. As sugestões de número 1 e 2 apontam

para o pensamento de Hegel, colocando em discussão a relação passado/presente:

A historia tem por objeto as coisas que já morreram. Hegel: quando a coruja de Minerva levanta vôo, tudo já está morto ao redor. O juízo do historiador só será possível quando um contexto for encerrado definitivamente? Sem duvida, só então o juízo pode ser definitivo. Como poderia haver a historia das coisas vivas? Será que quando conseguimos ligar um contexto passado às preocupações do presente do historiador? Mas então o contexto encerrado se colocaria apenas como o antecedente do problema vivo? (MACHADO, 1972-76).

A essas inquietações, enfatiza e pergunta “Será que o caminho para unir as coisas mortas da historia às coisas vivas do presente – será a ênfase no ‘processo histórico’”? Mas “Que é o ‘processo histórico?’” Na sugestão de número 5, assim pontua: “A historia tem por objeto muito mais os processos do que as estruturas”. A busca pela compreensão da história remete a uma crítica à erudição histórica e à “verdade histórica”. Assim se refere na sugestão de número 2:

Talvez pelos mesmos fundamentos pelos quais Hegel transformou a Historia da Filosofia, de um problema de erudição histórica num problema filosofico - seja possível transformar a historia da historia (historiografia) num problema histórico, isto é, de um problema de erudição num problema histórico. (MACHADO, 1972-76).

Brasil Pinheiro Machado recorre também, conforme já mencionado, às teorias sociológicas e econômicas. Nessa direção, busca por explicações e o conceito de estrutura estaria diretamente ligado a essas inquietações quanto ao método na história, conforme fica evidenciado na sugestão de número 6:

A metodologia de certa historia seria a de “descrever e explicar os fenomenos historicos por meio de estruturas objetivamente constituídas”

Assim, vou estudar o período x da historia. Primeiro, levanto objetivamente as estruturas significativas, objetivamente; depois estudarei as ações humanas dentro dessas estruturas. (MACHADO, 1972-76, grifo do autor).

Assim como o conceito de estrutura, a questão da “mudança” na história é ponto de questionamentos pelo intelectual. Na sugestão de número 6 rascunha uma pergunta “E a mudança, que é o substrato da história?”. E na sugestão de número 7 relaciona transformação, estrutura e processo histórico:

A “essência” da Historia é a transformação das “coisas”. Das instituições, das estruturas, das personalidades, das concepções do mundo, das ideias, das crenças etc. O historiador pode se preocupar, e tem se preocupado com a descrição dessas “coisas”: instituições, estruturas etc. Mas a essência da Historia não é a captação dessas “coisas”, por si mesmas, num momento estatico do tempo. Seria, ao contrario, a captação do processo pelo qual essas “coisas” estão em contínua mudança. O processo seria captado pelos mecanismos atravez dos quais o processo se manifesta. Então: o tema fundamental da historiografia é a “teoria do processo historico”. (MACHADO, 1972-76).

É demonstrativa a proximidade dos estudos de Brasil Pinheiro Machado com as ciências sociais, enquanto princípio para se compreender os “fenômenos históricos”. Assim como o conceito de estrutura, vários outros conceitos sociológicos estão em seus apontamentos e em suas sugestões ao estudo histórico. Na sugestão de número 10, aborda “o funcionamento da sociedade dual”, bem como na sugestão de número 12 questiona sobre a história da Primeira República a partir da ideia de sistema, criticando o que entendia por uma indefinição das classes sociais neste contexto:

Que grupos fizeram demandas ao sistema?

Quando fizeram? isto é, em que fase da evolução social e economica da Republica?

Quando esses grupos apareceram e em que circunstâncias apareceram?

Essa problemática deslocaria o acento das “classes sociais”, que são indefinidas na Primeira Republica, para os grupos, as condições dos surgimentos dos grupos, a natureza do Estado etc. (MACHADO, 1972-76).

É nesse sentido que na sugestão de número 8 ele trata da relação entre a teoria da ação e a história: “A historia, mesmo, é constituída pelas ações dos homens. Uma teoria da ação resolveria o problema teorico da historia?”.

E se história para o intelectual seria pautada a partir das ações, aponta também para a concretude dessas ações, ou seja, aquilo que ele denomina de “desenvolvimento histórico concreto”. É a partir desses preceitos que Brasil Pinheiro Machado indica dois níveis para a compreensão da história brasileira, conforme sua sugestão de número 3: o regional e o nacional. Enquanto o nível regional seria constituído estruturalmente por meio de uma relação direta com o sujeito ou agente histórico, já o nível nacional corresponderia a uma abstração e não a uma realidade total:

Quando Capistrano, criticando a Historia Geral de Varnhagen, achava que naquele momento em que Varnhagen morria, ninguém mais poderia escrever uma “historia geral” do Brasil - ele estaria compreendendo que naquele momento, na década de 1870 a 1880, a realidade predominante era o nível regional, o que tornava difícil a compreensão de uma “historia geral”. Quando aparece na realidade histórica do acontecimento, o “nível nacional”? Por hipotese, quando o agente historico entra em interação com outros, sem ser atravez da estrutura do grupo regional a que pertence. Mas esse momento é compreensível somente por abstração. Resolver-se-á o problema com a aplicação da tipologia da Gemeinschaft e Gesellschaft, ou da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica? (MACHADO, 1972-76).

O estudo regional, enquanto um dos temas mais referenciados nos apontamentos e nas publicações de Brasil,

permeia seu entendimento sobre a própria cultura brasileira. Vale ressaltar que a busca pela metodologia de estudo por meio da “aplicação da tipologia” esteve presente em várias de suas anotações consultadas, especialmente a partir de Max Weber e Alfred Schütz.

Fica também bastante evidente a necessidade de se compreender a história pela noção de “desenvolvimento histórico”, conforme a sugestão de número 2: “Será, então, a historiografia apenas um aspeto do desenvolvimento histórico?”. Certamente a aproximação com a área da economia trouxe essa inquietação em compreender o processo histórico por meio de aspectos que se inter-relacionassem com questões ligadas ao desenvolvimento. Os estudos sobre a Primeira República, o mercado e o desenvolvimento entrelaçam-se em muitas das argumentações de Brasil, como na sugestão de número 9, que aponta para a compreensão processual do mercado, e a sugestão de número 18, em que discorre sobre os processos de desenvolvimento, exemplificando, a partir do seguinte ponto: “Para dar um sentido exato às palavras, o sentido de “desenvolvimento” (pelo menos aqui) é aquele do desenvolver da semente. A semente se desenvolve, segundo sua espécie [...]”.

O foco sobre o que denomina de “realidade concreta” parte da postura de que “A desmitificação de cada coisa é um resultado da análise dessa coisa”, conforme a sugestão de número 17. E nessa direção escreve na sugestão de número 18, tratando da história como estudo da prática dos homens, mas ponderando que o elemento mediatizador da consciência do historiador não poderia ser desconsiderado em análises que priorizassem aspectos de reconstrução histórica antes mesmo da construção do objeto:

A Historia, como pratica, ou como estudo da pratica dos homens ou das sociedades (isto é, no seu aspecto nuclear de trabalho intelectual e não no sentido de filosofia ou de ciência ou de teoria ou de “conversa”) é a reconstrução da realidade concreta e todo o debate teorico que não se enquadre no trabalho intelectual da

reconstrução histórica duma realidade temporal - é estéril. É “conversa”. Outro Fulano afirma que a História é ciência da realidade, isto é, que o objeto da História (objeto único que a justifica e a legitima) é a realidade. Ou, mais especificamente, uma realidade temporal. Mas, esse objeto não se dá imediatamente ao historiador. Ele tem que ser reconstruído no seu enquadramento temporal, para só então, ser construído. Note bem: primeiro, a reconstrução e, depois, a construção do objeto. O problema: qual é o elemento mediatizador entre a consciência do historiador e a realidade, no processo de reconstrução e da construção da realidade? (MACHADO, 1972-76).

Na sugestão de número 19, aborda a necessidade de um projeto de pesquisa sobre a história da Primeira República, sugerindo o tema: “O Estado Liberal Brasileiro - Sociedade e Poder Político”. Para Brasil Pinheiro Machado, esse projeto tratava de “construir uma história concreta das ações sociais de tipo liberal”, mas não de buscar uma definição conceitual sobre o Estado, nem tampouco uma “antologia ordenada do pensamento liberal no Brasil” a partir de uma história das ideias, já que:

[...] as manifestações de pensamento escrito dos intelectuais e dos políticos, isto é, as suas ideias, foram pronunciadas dentro de um determinado contexto temporal, de maneira que, para o historiador, essas manifestações de pensamento e ideias devem ser entendidas como tendo nascido de situações sociais objetivas problemáticas e devem ser analisadas pelo historiador como reveladoras dessas situações. (MACHADO, 1972-76).

Assim é que a sugestão de número 20 continua a tratar do “projeto e a história”. Já no início, escreve que “queria fugir do perigo da reificação da ideia de Estado” justificando a ênfase dada ao estudo do Estado pela “necessidade de explicar o funcionamento do Estado Liberal no Brasil”, tendo em conta sua “realidade histórica concreta”. Tal sugestão para o estudo histórico tem como foco o pensamento liberal no Brasil. Para exemplificar a questão, recorre à seguinte ilustração:

As meditações que eu já registrei neste caderno, referem-se a uma imagem construída por Paul Claudel há muitos anos e que eu li, também há muitos anos, embora não me recorde onde. Nem me lembro a que proposito o poeta usava a imagem. Vou repeti-la agora, somente com os traços que ficaram na minha memória. Dizia ele que ha dois caminhos pelos quais as coisas adquirem sua forma. Um é o da semente. Outro é o da estatuaria. O desenvolver da semente, que germina e forma a planta, traz já a sua forma (e eu acrescento aqui, a forma segundo sua especie). O artista, com seus instrumentos de escultor, ataca o marmore de fóra e não de dentro, como o caso da semente, e dá ao marmore a forma que tem em sua cabeça, e não a que está na especie do bloco de pedra. Meditando, depois, sobre essa imagem que eu usei inumeras vezes, verifiquei que tanto da forma da arvore como a forma da estatuaria, realizam-se segundo um projeto. Na semente, o projeto de sua espécie e na estatuaria, o projeto do artista. Foi com a sedução poetica da imagem de Claudel que eu tentei encaminhar o problema da instauração do Estado liberal no Brasil. O caso foi este: andei e ando pesquisando, num trabalho que me propuz, para caracterizar o Estado liberal no Brasil, na sua realidade historica concreta. (MACHADO, 1972-76).

A ideia de projeto remete, portanto, à abordagem do que Brasil Pinheiro Machado pondera enquanto superação da tradição. Assim exemplifica:

Suponhamos que não tivesse havido interferencia da “ideologia liberal” no movimento historico da Independencia do Brasil. Suponhamos que o projeto da Independencia tivesse sido simplesmente o da separação do Brasil em relação a Portugal. Que aconteceria? D. Pedro teria sido proclamado rei ou imperador e a vida politica seguiria a tradição do absolutismo português. O projeto teria sido o da instauração de um Estado novo no mundo, mas tradicional. O sistema de ação politica não se modificaria e a tradição forneceria todos os fundamentos de legitimidade. Mas não foi isso o que aconteceu. Os homens que fizeram a Independencia, fizeram-na com um projeto diferente do da tradição. (MACHADO, 1972-76).

Entretanto, ainda que indique uma idealização de um modelo de Estado liberal e na “ação política racional” com vistas aos princípios de liberdade, igualdade e justiça, evidencia o “real” na história:

[...] Pois bem, esse projeto é que é o Estado. O projeto não é uma coisa, nem pode ser reificado. Ele estabeleceu finalidades do sistema de ação política. Criou, mesmo, pela aceitação de todos, o proprio sistema de ação, destinado a concretizar as finalidades da ação política. Como os homens daí em diante manejeram a maquina do poder politico do Estado - essa é a parte real da historia, pela qual o projeto foi executado. (MACHADO, 1972-76).

E respondendo à ilustração feita a partir de Paul Claudel, acrescenta um comentário sobre o “ideal”: “A semente e o escultor modelaram a coisa com sua ação racional para a consecução da forma que pretendiam, segundo o projeto. Se conseguiram a forma ideal ou não - isso é que deve ser explicado pelo historiador. (MACHADO, 1972-76).

Bastante esclarecedor do pensamento de Brasil Pinheiro Machado sobre a questão do Estado é o apontamento final da sugestão de número 20:

Tempos depois, estudando a obra de Alfred Schütz, quando analisa a teoria da ação racional de Max Weber, encontrei as seguintes constatações: que “a análise da ação mostra que sempre ela é realizada de acordo com um plano mais ou menos implicitamente preconcebido. Ou, para usar um termo de Heidegger, uma ação tem sempre “a natureza de um projeto”. Mas o projeto de uma ação se realiza, em principio, independentemente de toda a ação real. Todo o projeto de ação é antes uma “fantasia” da ação, isto é, uma fantasia da atividade espontanea, mas não é a própria atividade. É um quadro previo de carater intuitivo que pode incluir a crença, ou não incluir, e se a inclui, pode tratar-se de uma crença positiva ou negativa, ou dotada de qualquer grau de certeza. O que os fenomenologistas da linha de Alfred Schütz acrescentaram á teoria da ação de

Weber, é que a ação racional é unitaria e quem lhe dá a unidade é o projeto. (MACHADO, 1972-76).

Ou seja, o estudo do Estado liberal, especialmente na Primeira República, é ponto de interesse do intelectual. Apoiando-se especialmente em Max Weber e Alfred Schütz, procura explicar o Estado por meio da teoria da ação, mas a ação racional levaria em conta a unidade, ou seja, o “projeto”, um “quadro prévio”, não necessariamente o que havia sido idealizado, cabendo ao historiador e à pesquisa em história a compreensão destes “processos”.

É pela discussão sobre “processo” que a sugestão de número 21 traz ao debate a Escola dos *Annales*, expondo claramente uma crítica às teorias de cunho marxista no que se refere ao estudo do capitalismo e à questão da temporalidade no estudo histórico:

Alertemos aqui para uma questão muito importante. O capitalismo é compreendido por muitos modos. Não é obrigatoriamente o sistema, cujo processo foi traçado por Marx. Realidade histórica reificada ou simples categoria da história moderna, o capitalismo ocupa na “escola francesa” o tema não articulado, cujo processo de desenvolvimento é procurado pela pesquisa histórica, no nível da realidade histórica e não no nível da teoria abstrata. Frédéric Mauro, um dos membros da “escola” mais conhecido entre nós no Brasil, in “Teoria Económica e História Económica”, coloca este problema: “O historiador se acha sempre colocado diante de um dilema: ou explica o passado em termos do presente e, neste caso, trai o passado; ou explica em termos do passado e, assim, torna-se incompreensível aos homens do presente”. (MACHADO, 1972-76).

Interessante notar que o tema do capitalismo nas sugestões de número 21, 22 e 23 toma a direção da discussão dos *Annales*, enfatizando aspectos da história econômica. Assim, na sugestão de número 21, enquanto introdução de uma aula para o Curso de Pós-Graduação (1973), referencia frequentemente o pensamento do historiador Pierre Renouvin ao abordar questões sobre a Escola Francesa dos *Annales* e cita duas preocupações fundamentais na

historiografia, quanto à temática e à metodologia de pesquisa. Brasil Pinheiro Machado parece colocar o ponto nevrálgico de suas pesquisas em correlação com o teor dessa sugestão. Assim, enreda a análise na questão do capitalismo e em como a temática e a metodologia a partir da escola francesa trazem possibilidades de estudo para a história moderna e contemporânea. Nesse sentido, coloca duas questões cruciais: “1) A temática própria do mundo moderno e contemporâneo é o capitalismo. 2) O capitalismo é um sistema que se cumpre na história por meio de um processo próprio”. (MACHADO, 1972-76).

Sistema, processo e fenômeno seriam, portanto, conceitos que se interpenetram, distinguindo-se e/ou assemelhando-se no que acentua como “explicação” do capitalismo: “O sistema se desenvolve no nível da realidade histórica, desenvolve-se e realiza-se por meio de um determinado processo, o qual, por sua vez, vai constituindo os fenômenos, os quais tendem a reforçar o sistema”. (MACHADO, 1972-76). Ao se adotar a ideia de sistema na explicação histórica se estaria compreendendo a “realidade histórica”, mas com especial ênfase para a vertente historiográfica francesa, pois, citando o pensamento de Renouvin: “a temática da ‘escola francesa’ é a temática da história moderna e contemporânea. O quadro geral do sistema capitalista, portanto, é a tela de fundo de toda essa historiografia”. (MACHADO, 1972-76).

Pensar sobre a historiografia do capitalismo pelo “desenvolvimento” e “expansão geográfica” do capitalismo em termos de sistema e estrutura seria, assim, pauta de discussões do viés teórico da escola francesa e “não obrigatoriamente” pela perspectiva de estudo marxista. A argumentação de Brasil Pinheiro Machado, a seguir, dá mostras dessa postura, alertando para além das questões já referenciadas, sobre o estudo da “mentalidade” na busca pela explicação da realidade:

[...] A historiografia não explica o passado como passado. Explica (no caso) um sistema que se desenvolve no tempo, através de um

processo que vai criando configurações - quer esse processo tenha se desenvolvido no passado e ainda esteja se desenvolvendo no presente. Somente quando o historiador tem como finalidade de seu trabalho o estudo da mentalidade dos homens do passado, ao compreender e definir o seu mundo, é que o passado é explicado pelo passado, mas, ainda assim, em referencia às formas do pensamento presente. A historiografia não consegue ser a fotografia de uma realidade, mas um conjunto de operações logicas refutaveis, analisando essa realidade. (MACHADO, 1972-76).

Para o intelectual, o conceito de sistema estaria diretamente ligado ao estudo da “realidade”, às “estruturas enraizadas” e nessa direção suas argumentações são embasadas na perspectiva dos *Annales*, mas especialmente sob a ótica de Braudel. Aponta para uma mudança de foco da escola francesa a partir dos estudos sobre longa duração: “Substituir o estudo do movimento permanente da historia, pela captação do permanente, do inerte”, referenciaria o próprio “acento tônico da explicação histórica”, inclusive pelos “quadros mentais” enquanto “prisões de longa duração”:

Como as estruturas, a “longue durée” é formada por aparelhos de coerção. O homem vive no limite de inumeraveis coerções á sua ação. Diz Braudel: “O exemplo mais acessível parece ser o da coerção geografica. O homem é prisioneiro, durante seculos, de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, dum equilibrio lentamente construido, do qual ele não pode se livrar sem o risco de colocar tudo em duvida” (*Annales*, n. 4, 1958). Da mesma forma, há “permanencias ou sobrevivencias no imenso dominio cultural”, baseadas na “ferramenta mental” de um grupo, que é um conjunto de concepções que “comanda as artes de viver, de pensar e de crêr e que limita, por antecipação, a aventura intelectual dos espiritos mais livres” (Braudel, id-ib). Há, sobretudo, “os quadros mentais (que) são também prisões de longa duração” (id-ib). (MACHADO, 1972-76).

Finaliza a sugestão de número 21 indicando que a “longue durée” é “a propria concreteza da vida social, vivida, como diriam os fenomenologistas, ao nivel do homem e do mundo do senso

comum”, mas tendo em conta a “superação do indivíduo e do fato”. Daí a necessidade de “aceitar” esta “nova compreensão ao próprio processo histórico”, enquanto uma “mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção social”:

Diz Braudel: “Entre os diferentes tempos da história, a “longue durée” se apresenta como um personagem aborrecido, complicado, e quase sempre inédito. Admiti-lo no amago de nosso “métier” não será simplesmente um jogo, o alargamento habitual de estudos e curiosidades”. Isto é, a pesquisa das profundidades da natureza humana não será apenas mais um tema acrescentado ao campo da historiografia. É dar um novo fundamento e uma nova compreensão ao próprio processo histórico: “Para o historiador, aceitar a “longue durée” é se submeter a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção social. É familiarizar-se com o tempo lento, às vezes quase nos limites do movimento”. (MACHADO, 1972-76).

Percebe-se uma aproximação do intelectual com a fenomenologia quando indica o estudo da vida no senso comum, do que denomina de “concreteza histórica” da “vida social”. Entretanto, enfatiza o viés da ideia de “longa duração”, superando o indivíduo e o fato pelo estudo das estruturas a partir de padrões explicativos. E, nesse ponto, assevera uma aproximação de Braudel com Marx, pois “[...] Braudel, para negar a concreteza do indivíduo e do fato, está ligado à metodologia de Marx, exposta em Introdução à Crítica da Economia Política, quando, dando preeminência às estruturas conclui que o fato é resultado de muitas determinações”. (MACHADO, 1972-76).

As últimas sugestões, de número 22 e 23, escritas em novembro de 1976, dizem respeito ao tema do industrialismo, capitalismo e burguesia no Brasil. Escreve como pesquisador atento às questões teórico-metodológicas, trazendo inquietações enquanto professor e orientador de pós-graduação:

Acontece que sou orientador de alguns alunos do mestrado em história, cujas dissertações tem como objeto a história de uma indústria particular, no Paraná. São muitas dissertações, e a sua feitura consiste apenas num levantamento de dados quantitativos para organização de series. Aplicação mecânica dos canones da história serial dos franceses. (MACHADO, 1972-76).

Fica claro o encaminhamento das temáticas orientadas por Brasil Pinheiro Machado no Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Industrialismo e capitalismo constituem, portanto, temas de interesse daquele contexto, bem como a adoção metodológica francesa da história serial, apontada criticamente enquanto uma “aplicação mecânica” dos “cânones” franceses. Em outro momento assim se refere:

[...] como historiador, tenho sentido insuficiencia nesse metodo para o estudo da industrialização no Brasil, principalmente porque o metodo é dificil de ser aplicado em temas de pesquisa, como as dos meus alunos, que se referem ao estudo de uma industria particular, num determinando tempo, tudo geralmente sobre a influencia da “escola francesa”, tipo historia quantitativa ou historia serial. (MACHADO, 1972-76).

Percebe-se a preocupação do intelectual em compreender que, ainda que a história serial seja apontada naquele momento como uma escolha recorrente ao encaminhamento metodológico das pesquisas históricas, acabava por não corresponder às problemáticas que se situavam no estudo do particular, “num determinado tempo”.

O entendimento do capitalismo e do industrialismo perpassava pela inquietação de como tal objeto poderia ser pesquisado pelo historiador, levando em conta o que coloca como “processo histórico do desenvolvimento industrial” elegendo a “categoria do capitalismo como categoria imprescindível”. Entretanto, é justamente nesse ponto que Brasil Pinheiro Machado indica duas vertentes teóricas como caminhos possíveis de se

aplicar um método de estudo, seja pela ótica do materialismo histórico, seja pela perspectiva econômica neoclássica:

Na literatura social do Brasil, a história da industrialização, feita por economistas, sociólogos e, mesmo, por historiadores, a abordagem, expressa ou implicitamente, consiste em seguir a linha da transformação capitalista do Brasil contemporâneo. Noutras palavras, os estudos sobre a industrialização do Brasil tem como orientação o estudo da implantação do modo de produção capitalista na economia e na sociedade brasileiras. Quer seus autores sigam uma linha de fundo materialista-histórico, ou uma linha de análise econômica neoclássica, o pressuposto que está na profundidade não falada do pensamento dos autores é o de que o capitalismo é a modernidade para a qual tende o desenvolvimento econômico brasileiro, apoiado na evolução industrial. (MACHADO, 1972-76).

Brasil Pinheiro Machado toma por base o pensamento do economista Colle: “para explicar o sentido de industrialismo começa por mostrar como a indústria surge numa sociedade originária”. Assim exemplifica, na delimitação do que seria o campo de pesquisa da história e do que seria tomado de empréstimo da antropologia:

Podemos considerar a indústria ou, as atividades industriais, como as agrícolas e as comerciais, como modos “inatos” da luta que as sociedades desenvolvem contra a natureza, para sua sobrevivência. Aqui isto está só como um longínquo ponto de partida, sem consequências, apenas como um referencial. Afinal, esse tema pertence à antropologia, na caracterização do humano no homem e, apesar da “escola francesa”, não pertence à história. O que pertence à história, seja qual o método que se adote, é a determinação das formas de atividade industrial, num certo grupo humano, num determinado lugar e num determinado tempo. Usando linguagem hegeliana, poderíamos dizer que o mediador entre o homem e sua atividade industrial é o instrumental, isto é, a técnica que possa desenvolver. A técnica ou a tecnologia, constitui também o limite da atividade industrial. A atividade industrial, num certo nível de técnica, constitui o

artezanato. A atividade artesanal é atividade industrial, considerando-se como indústria a atividade de transformação de objetos da natureza, pelo trabalho técnico em outro objeto de uso. (MACHADO, 1972-76).

Diferenciando antropologia e história, salienta a “técnica ou a tecnologia”, como “atividade de transformação” e que “a manufatura e a indústria moderna não são necessariamente consequências do desenvolvimento do ‘modo de produção capitalista’”. O que o leva a concluir que “a realidade histórica é o industrialismo, e que o capitalismo e socialismo são simples categorias”:

Podemos, assim, escoimar o conceito de industrialismo dos conceitos perturbadores de sua identidade que são os conceitos ideológicos de capitalismo, socialismo, escravismo etc. Assim escoimado, purificado, podemos definir o industrialismo como um conjunto de técnicas e tecnologias de produção econômica. (MACHADO, 1972-76).

Fica clara a crítica aos supostos direcionamentos ideológicos sobre o estudo do capitalismo, tratando do conceito de “realidade histórica” com forte direcionamento para o estudo de tipos ideais, bem como tratando de elementos que remetem à teoria geral dos sistemas. E assim se coloca no caso desse estudo em um contexto brasileiro:

Suponhamos, que eu vá estudar a história da industrialização brasileira na passagem (contínua ou descontínua) do artesanato para a manufatura. Devo deixar de lado (pôr entre parentesis) qualquer aplicação de mecanismos capitalistas, socialistas ou escravistas. Devo, sim, fazer o levantamento das técnicas e tecnologias que se aplicaram, sucessivamente no tempo, na atividade industrial de tal ou tal setor industrial. (MACHADO, 1972-76).

A busca pelo método na história e a discussão de modelos teóricos para sua análise toma corpo na própria discussão do tema de interesse de Brasil, ou seja, o “modelo teórico de Estado liberal-

democratico” e o poder político na Primeira República, tendo em conta a “realidade histórica” brasileira. Nesse ponto é possível compreender seu pensamento ao enfatizar o que “pertence á historia, seja qual o método que se adote”, é a determinação das formas de atividade industrial, num certo grupo humano, num determinado lugar e num determinado tempo:

[...] não se está procurando um principio causal. Não é isso. O que se quer, e que explicará tudo - são os limites reais da possibilidade da industrialização num momento dado. O metodo, pois, consiste em partir de um modelo teorico: esse modelo puramente logico consiste no estabelecimento do desenvolvimento de um sistema de tecnologia, sem consideração á realidade social. (MACHADO, 1972-76).

Brasil Pinheiro Machado aponta para um contraponto teórico e metodológico entre a história nova e o marxismo, assim como a proximidade da história com as ciências sociais.

Na última sugestão, de número 23, discorre sobre o conceito de burguesia, mas sintetiza seus interesses de pesquisa, focalizando o estudo agrário:

Noutro local, compendiando o trabalho dos classicos historiadores sociais do Brasil, verificava eu que o objeto desses estudos era a classe agraria na historia de sua dominação social da sociedade brasileira. E julgando que esse tema já estava perempto, sugeria eu que o tema que se abria ao trabalho dos historiadores atuais era o da “revolução burguesa no Brasil”. Uma revolução burguesa, - teria havido no Brasil? Em todo o caso - pensava eu - as origens e as formas do tradicionalismo brasileiro estavam já bem resolvidos no trabalho historiografico dos nossos classicos. O estímulo que me fez seguir para essa orientação foi o trabalho dos sociologos brasileiros atuais, que tem como tema “urgente”, isto é, que tem como “urgencias” a análise da implantação do capitalismo no Brasil. (MACHADO, 1972-76).

A diferenciação entre os termos “burguesia” e “nobreza”, já apontadas no artigo **Problemática da cidade colonial**, publicado

em 1985, passa, portanto, pelo próprio entendimento teórico de Brasil. Argumentando que a cidade colonial brasileira assentou-se, fundamentalmente, como garantia do latifúndio, compreende o conceito de burguesia enquanto "uma "extrapolação" e conclui que: "[...] Não houve, pois, um capitalismo organizado na Colônia, mas apenas uma ação do capitalismo europeu sobre a Colônia, daquele tipo que Max Weber chamou de 'capitalismo flibusteiro, a face anversa da ética protestante'". (MACHADO, 1985, p. 15-16).

Em suas anotações, as críticas à incerteza do termo "burguesia" condiz com as incertezas do que denomina de tema "urgente" e um certo amparo no estudo historiográfico dos "clássicos" no que se refere, especialmente, ao processo histórico do capitalismo no Brasil. Citando Weber postula que não se configura numa "etapa da evolução humana. Nas sociedades não europeias, o capitalismo não é uma forma imanente da sociedade". Suas argumentações tomam a forma de questionamentos sobre o conceito de burguesia e sobre a análise marxista da "realidade histórica" brasileira:

Primeiro, uma pergunta imaginativa: se a sociedade brasileira tivesse sido uma sociedade completamente isolada de outras sociedades, sua economia poderia evoluir para a organização capitalista?

Segundo: os sociólogos e historiadores que estudam as transformações capitalistas na economia e na sociedade brasileiras referem-se sempre a uma burguesia. Então a pergunta fundamental para o historiador responder: qual é o referente empírico desses conceitos de burguesia e de burguês?

Enfatizo essa pergunta, porque ela é muito importante. Pois que, às vezes, parece que o referente empírico usado inconscientemente pelo sociólogo, é a burguesia europeia de certa época.

Essa pergunta encerra um grande problema, temo que fundamental. Se o capitalismo, no plano da história, isto é, na sua forma real, é explicado pela praxis da burguesia, a forma do capitalismo brasileiro (se é que ha) deveria ser explicada pela praxis da burguesia brasileira. Houve ou ha uma burguesia brasileira?

As origens e a formação da burguesia brasileira são uma investigação básica, segundo penso, para a história social de nossa época. Os sociólogos brasileiros, interessados na análise do capitalismo brasileiro, esqueceram disso. Saltaram por cima desse tópico e se encaminharam para a história e “metamorfose” do proletariado brasileiro e do campesinato brasileiro. (MACHADO, 1972-76, grifo do autor).

As respostas a essas perguntas respaldam-se na argumentação do intelectual sobre os dois métodos apontados, ou seja, o método que visa o estudo das estruturas, a partir de Marx, e o método da história serial, a partir de Braudel:

Um deles é o método histórico-estrutural, cuja origem está na Introdução à Crítica da Economia Política de Marx, e que parte das estruturas abstratas para as relações entre as partes e a consequente determinação das partes, no nosso caso, a burguesia. O outro método seria a da história serial que visa, de princípio, estudar a realidade social em si mesma e por ela mesma, no nosso caso, o que se entenderia por burguesia, no Brasil. (MACHADO, 1972-76).

Por certo que as inquietações teóricas de Brasil Pinheiro Machado no que diz respeito ao “referente empírico da noção de burguesia e burguês” podem ser mais aprofundadas em estudos específicos, compreendendo sobre sua própria trajetória intelectual, suas escolhas teóricas e relações de sociabilidades - seja no âmbito familiar e de formação escolar, seja no âmbito político e acadêmico, assim como sobre as circulações e apropriações historiográficas atinentes ao Departamento de História da UFPR durante sua vivência como professor e pesquisador. No próximo item procurou-se focalizar o estudo a partir da relação compreendida entre história e ciências sociais, bem como sobre as críticas do intelectual à perspectiva marxista.

História, ciências sociais e a “história sociológica”: o debate em torno das interpretações do Brasil

Interessado em pesquisa sobre o poder político na Primeira República, posso sugerir o momento em que o patriotismo nacionalista se impõe no Brasil [...]. A consciência nacionalista patriótica, formada pela escola primária da Primeira República, sacralizou a unidade nacional e reafirmou a auto-estima e a identidade nacional, remotamente ameaçada pelos nacionalismos europeus. De qualquer forma, a acentuada superioridade dos povos do norte da Europa, brancos e protestantes, durante todo o período da escalada do capitalismo mundial, é uma das significativas imagens que compõe a temática da época. Não era apenas uma superioridade ao nível dos acontecimentos mas reafirmada nas teorias científicas e na produção literária e artística que, refletidas na inteligência dos povos “inferiores”, sem possibilidades de refutação, criavam nestes a moral de ressentimento. Os escritores brasileiros que, na época, interpretam o Brasil, adotam um pensamento de auto-crítica e visam, conscientemente ou não, uma justificação da inferioridade. (MACHADO, 1976).

Dentre os temas de interesse do intelectual e ressaltando a correlação entre história e ciências sociais em seus manuscritos, é elucidativo trazer ao debate algumas referências do pensamento social brasileiro, como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, dentre outros, em seus registros sobre a “interpretação do Brasil”, traçando extensões desse debate nas suas anotações sobre os estudos regionais.

Em 1960, em uma apostila datilografada, com o título **História da historiografia brasileira: a história sociológica**, destinada à “Cadeira de História do Brasil” para o curso de Geografia e História da UFPR, encontra-se um levantamento da “historiografia na obra de Gilberto Freyre”. Tratando com especial destaque a questão da cultura ou do “sistema sócio-cultural na formação brasileira”, Brasil Pinheiro Machado debruça-se sobre o que coloca como “três livros fundamentais escritos no espaço de 25 anos”: **Casa Grande e Senzala** (1934), **Sobrados e Mucambos** (1936) e **Ordem e Progresso** (1959).

[...] José Honório Rodrigues (“Teoria da História do Brasil” – 2a. ed. – 1957) observou que o processo da historiografia brasileira, e o da história do Brasil, é um processo de incorporação e de dilatação. Da incorporação do regional no nacional e de dilatação do nacional sobre o regional. À preocupação dos primeiros historiadores sobre a história quase que inteiramente litorânea, quase que inteiramente militar, política e administrativa, sucedia a incorporação à historiografia de setores desprezados, ou desconhecidos, como o sertão, os caminhos de penetração, a função dos caminhos históricos sobre os quais se fez a colonização, as bases econômicas da expansão, os aspectos sociais da adaptação dos europeus no continente americano. À medida que a história do Brasil se dilatava sobre os setores que iam se incorporando, a historiografia fugia ao método da crônica histórica, que se esgotava na enumeração de fatos, feitos e acontecimentos, e se voltava decididamente para a história da formação do povo brasileiro, pela caracterização do econômico, do social, do ideológico, do institucional, e da localização do Brasil, como nação, no quadro geral da civilização ocidental.

Faltava, apenas, para um rumo mais seguro, o conceito de cultura, que a antropologia trouxe depois, e de que a historiografia nacional se apropriou, como ponto central dos estudos históricos.

A obra de Gilberto Freyre se situa nesse quadro evolutivo da historiografia brasileira, a ela incorporando um setor novo: o sistema sócio-cultural da formação brasileira. (MACHADO, 1960, grifo do autor).

Em 1959, Brasil Pinheiro Machado já havia registrado uma nota de **Introdução sobre interpretação do Brasil**:

Todas as obras historicas ou sociais, ou historico-sociais, de interpretação do Brasil, são antes tentativas de justificação do atrazo do nosso povo. Esses autores querem estar bem com a consciencia, ou encontrando um bode expiatorio em que possam descarregar toda a culpa das nossas frustrações (o colonizador, o português, o catolicismo iberico, o tropico inabitável), ou sublinhando o que conseguimos fazer, ou fazendo a apologia do nosso modo de vida ou do nosso sistema de ação, como o mais humano, o mais nobre. Sinal desse tipico complexo de inferioridade é o vigor com que nossos catolicos defendem a escolastica e o tomismo, com que desprezam a ciencia e a tecnica, com que querem (no Brasil!) marcar um “limite á tecnica” na ação dos homens. (MACHADO, 1959).

Em outra anotação de 1960, atenta para o que denomina **Sobre a cultura luso-brasileira (Reflexões sobre uma sociologia brasileira)**, apontando para a necessidade de aprofundar os estudos nessa temática, mas a partir da delimitação de critérios metodológicos:

Sempre falamos em cultura luso-brasileira, quando queremos designar o fundo comum da herança cultural que, desde os seculos coloniais, vem se transmitindo de geração em geração, e que caracteriza aquilo que noutras éras recebia o nome de “carater nacional”, “alma nacional” ou outros. Essas expressões, cujo conteúdo é apenas pressentido mas nunca explicitado, se confundem, ou foram substituidas pela expressão “cultura luso-brasileira”.

Representa a substituição de expressões, uma substituição de approach. O approach psicologico revelado em “alma ou carater nacional”, é substituído pelo approach antropologico ínsito na expressão “cultura luso-brasileira”.

Que eu saiba ninguém anda tentou definir ou, ao menos, descrever o que seja a “cultura luso-brasileira. Ou a cultura de um povo, qualquer que ele seja. As descrições, quando são

tentadas, são construções impressionistas, apoiadas em conceitos da psicologia do indivíduo ocidental.

Tudo isso foi improficuo, literário, sem base de realidade.

A questão da definição de “cultura luso-brasileira” tem que ser enfrentada com os métodos antropológico e etnográfico, porque se trata de definir uma determinada cultura. (MACHADO, 1959).

Como se pode notar, reiteradamente, uma das preocupações centrais do intelectual refere-se à questão da procura do método na história e das abordagens investigativas daí decorrentes, aproximando, nesses escritos, a análise para as áreas da sociologia, antropologia e etnografia. Em 1966, escreve sobre **O uso das ciências sociais na explicação histórica**, sugerindo que o trabalho do historiador demanda interação com outras ciências no tratamento metodológico ou do que propõe como um “problema de explicação”, mediatizando assim os “valores pessoais” ou “racionalizações valorativas do autor” dos “instrumentos objetivos” ou “objetividade científica”.

Quando um historiador encontra um problema de explicação, durante o seu trabalho de pesquisa para a reconstituição de uma época, período, fato, ou que seja - ele deve contar com um quadro de referência e com métodos objetivos que o simples trabalho histórico não fornece.

Que acontece com o historiador que não dispõe nem de um quadro de referência lógico nem de um processo objetivo para analisar o acontecimento histórico?

Ele usa os seus valores pessoais, as suas tendências a racionalizações e justificações. Trabalhos feitos sobre essa base, isto é, sobre a base das racionalizações valorativas do autor, são trabalhos cujo mérito é o traço de “genio” que por acaso o autor possuía, ou é o moralismo burguês ou proletário, conforme a orientação pessoal do autor.

Daí que, nos trabalhos históricos construídos nessa base do personalismo, a crítica histórica que se pode fazer é, também, na apreciação do autor e não da obra. Estuda o crítico o “mundo” do autor, estuda a obra histórica como manifestação da personalidade do autor. O objeto possível a que a crítica pode ser

dirigida é, afinal, o autor e não a obra. Porque o autor, na feitura de seu trabalho, não dispunha de instrumentos objetivos com que analisar o quadro histórico.

As várias ciências sociais já chegaram a um ponto de objetividade científica no preparo de instrumentos de análise social, política, econômica etc.

São instrumentos de análise e não princípios de doutrina.

Quando o historiador é “engagé” numa doutrina, ele tem a tendência de forçar os fatos, selecionar os fatos e, mesmo, distorce-los, para a aplicação na explicação da situação histórica.

Os instrumentos de análise criados pela ciência econômica, pela sociologia, pela antropologia, e talvez por outras ciências - são, primeiro, testados pelo historiador que os aplica; a aplicação dos instrumentos é que os testa, e esse teste é julgado pelo resultado obtido.

Deveríamos, aqui, mostrar alguns exemplos em trabalhos já realizados, mas deixaremos para outra vez. (MACHADO, 1966).

Em outro caderno, anotado como **Aula**, sem data, mas juntamente com outras anotações de 1960, discorre sobre o **Ponto de vista culturalista**. Assim registra:

Os homens tem diferentes heranças sociais: línguas diferentes, hábitos diferentes, ideias e crenças diferentes; eles podem ser incorporados em diferentes organizações sociais e padrões culturais.

Esta herança social é o conceito chave da antropologia cultural.

A cultura compreende, então, os artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores herdados.

Para poder viver, o homem altera continuamente o meio natural em que vive. Em todos os pontos de contacto com o mundo externo, ele cria um meio artificial e secundário, construindo casas, ou abrigos, preparando sua alimentação com armas ou outros implementos, fazendo estradas e usando meios de transporte. Defesa, alimentação, movimento no espaço, todas as necessidades espirituais e fisiológicas são providas por meio de artefatos, mesmo nos mais primitivos grupos humanos.

Esse equipamento material dos homens - seus artefatos, construções, habilidade de navegar, seus implementos e armas, as cerimônias litúrgicas de sua magia ou religião são, cada uma e

todas juntas, os aspectos mais tangíveis da cultura. Definem o nível de uma cultura e constituem a sua efetividade.

O equipamento material de uma cultura não é, porém, uma força por si mesmo. Na produção, são necessários o conhecimento, a administração e o uso dos artefatos, implementos, armas e construções, é essencialmente ligado com a disciplina mental e moral, cuja fonte primeira são as regras religiosas, jurídicas e éticas.

O emprego e a posse dos bens implica, também, em uma apreciação de seu valor. A manipulação dos implementos e o consumo dos bens requer, também, cooperação. O trabalho comum e fruição comum de seus resultados são sempre baseados num determinado tipo de organização social. (MACHADO, 1960).

Apoia-se, também, no conceito de cultura a partir de Malinowski:

Assim, a cultura material requer um complemento menos simples, menos facilmente catalogado ou analisado, e que consiste num conjunto de conhecimento intelectual do sistema de valores morais, espirituais e econômicos, da organização social e da linguagem. (Malinowski)

É nossa cultura que incessantemente modela nosso comportamento, que determina a forma de expressão de nossos impulsos.

- Embora não tendo realidade sensorial, a cultura tem uma história, uma longa história.

A cultura não é estática.

Transformações culturais e transformações sociais. Como se transforma? Evolução orgânica, acumulação, novas funções. - Invenção, contacto.

Cultura-base: A transplantação de traços culturais e o reajustamento geral da cultura-base a esse traço: aculturação. (MACHADO, 1960).

Na sequência, em outro registro como **Aula**, discorre sobre **O ponto de vista do materialismo histórico**:

Pretende o “materialismo histórico” ser a ciência das leis gerais que regem a evolução da sociedade, o que quer dizer que tem como objeto o processo histórico.

O seu ponto de partida é a hipótese que as causas das transformações sociais e das revoluções políticas devem ser procuradas no modo de produção de cada época particular.

A aparição e o desenvolvimento dos processos sociais não são determinados por nexos causais externos, mas por nexos internos e necessários, isto é, não estão sujeitos a causas, mas provêm do próprio desenvolvimento interno, ou mais claramente, o desenvolvimento e transformação do processo social são causados por fatores sociais exclusivamente. (MACHADO, 1960).

Apresenta “Os princípios positivos sobre os quais se assenta o materialismo histórico” entendendo-os como “método de interpretação histórico-social”, a partir do que argumenta com as seguintes hipóteses:

- a) Cada cultura existente é um todo estruturalmente interrelacionado; conseqüentemente, cada aspecto particular - as práticas legais, educacionais, religiosas, artísticas etc - não pode ser compreendida por si mesma, mas só dentro do sistema social a que aqueles aspectos pertencem.
- b) Cada cultura existente não é apenas um todo interrelacionado, mas um todo interrelacionado em constante transformação.
- c) Tanto a transformação do todo interrelacionado, como o tipo de cultura de uma sociedade num determinado tempo, são causados pelo modo de produção econômica. O modo de produção econômica em uma sociedade, determina a estrutura econômica da sociedade, que quer dizer: o conjunto total das relações sociais da produção. Relações de produção, não significa os meios mecânicos ou a organização técnica das fábricas ou da produção, mas quer dizer as relações sociais dentro das quais os homens se encontram quando participam da vida econômica da sociedade.
- d) O modo de produção é constituído, em primeiro lugar, pela força da produção, que se pode definir como sendo o trabalho do homem no uso dos instrumentos de produção. Sendo a

produção de bens materiais, uma produção social (isto é, não feita por indivíduos isolados), a produção desses bens cria entre todos os indivíduos duma sociedade uma rede de vínculos e relações, que é o que se denomina de relações de produção.

(No marxismo ortodoxo, as relações de produção são relações materiais, independentes da vontade de cada indivíduo, pois que os homens nascem dentro de uma sociedade em que as relações de produção já estão estabelecidas.

Para correntes marxistas dissidentes, as relações de produção não são relações materiais, mas são relações psíquicas, espirituais, culturais, porque identificam a sociedade com a consciência social e não com as condições materiais da vida)

- e) As relações de produção são expressas formalmente nas relações de propriedade dos meios de produção.
- f) O conjunto das relações de produção constitui a infra-estrutura da sociedade.
- g) A infra-estrutura duma sociedade determina as instituições e as ideologias dominantes dessa sociedade. As ideias e as instituições duma sociedade se denominam super-estrutura e são, para o marxismo, modos de justificação ou de conservação do sistema de relações de produção existente.
- h) As relações de produção criam as classes sociais, que se definem em face das relações de propriedade dos meios de produção, e que, por isso, são sempre antagônicas. (MACHADO, 1960).

Evidencia-se a preocupação de Brasil Pinheiro Machado com o estudo das questões econômicas na teoria marxista e sua relação com o “processo histórico”. Pode-se detectar com mais clareza tal preocupação num de seus escritos de 1976, em que versa sobre algumas **Notas e apontamentos para a crítica de ‘A Revolução Burguesa no Brasil’, de Florestan Fernandes**. De início, assim se refere:

Na dedicatória do livro a seus discípulos, o Autor diz que juntamente com estes, tentou “a aventura comum de vincular a investigação sociológica á transformação da sociedade brasileira.

Daí podermos dizer que a orientação de toda a “turma” é a análise das transformações da sociedade brasileira.

Compreendido isso, o problema que se segue para o leitor da “turma” é saber quais os critérios ideológicos usados nessas análises e quais os instrumentos da própria análise.

A primeira tarefa do leitor, portanto, é uma crítica da crítica. (MACHADO, 1976).

Citando Florestan Fernandes (ou, como Brasil Pinheiro Machado se refere, o “Autor”, ou ainda “A.”) foi possível perceber um posicionamento crítico na busca por compreender o marxismo, tanto na perspectiva teórica do pensamento social (ou do que Brasil Pinheiro Machado aponta como “juízo social no meio intelectual brasileiro”) como pela temática específica do capitalismo. E nesse sentido expõe, na continuidade da mesma página, doravante não mais se referindo à “turma”, mas ao “grupo de sociólogos formados por Florestan Fernandes”:

[...] que realmente vinculou a investigação social às transformações da sociedade brasileira, criou uma corrente de pensamento e de juízo social no meio intelectual brasileiro, corrente vigorosa que promoveu revisões no pensamento tradicional e marcou o rumo dominante dos estudos sociais no Brasil, por muito tempo. E o instrumento desse pensamento foi a história. A “sociologia histórica e, às vezes mais no sentido da “história sociológica” - marca profundamente a orientação ou o método através do qual se liga a investigação social às transformações da sociedade brasileira. (MACHADO, 1976).

Nesse ponto, assinala um relevante embate entre a história e a sociologia no meio intelectual brasileiro:

A avançada dos sociólogos brasileiros sobre o campo dos historiadores causou uma desorganização do pensamento historicista que tranquilamente dominava este campo. A reação dos historiadores, então complexados com a súbita compreensão da inutilidade da erudição histórica deveria ser a construção da “história social do Brasil”. Faltava-lhes, porém, uma base teórica

e os quadros de referencia necesarios. Na falta disso, o que aconteceu foi o engajamento do historiador brasileiro, liderado pelo historiador da nova geração, aos problemas ideológicos que surgiam no debate internacional da crise da historia. Da longa e irritante crise da historia e do conhecimento historico. O historiador da nova geração a que me refiro, é o historiador universitário. (MACHADO, 1976).

Ao se referir ao historiador universitário discute sobre o trabalho historiográfico, preocupando-se com a pesquisa empírica, que estaria rivalizando de certa forma com o trabalho dos sociólogos, já que estes, conforme Brasil, ainda que “usando da história” acabariam por ter “o cuidado quase supersticioso de avisarem que nada tem a ver com a historia”. Daí compreender:

[...] que a História é uma ciência que procura justificação. O entregar-se pura e simplesmente a um gigantesco trabalho de pesquisa empirica e ao prazer estafante de aplicar novos metodos sofisticados, não justifica a ciência historica para os historiadores não burocratizados. (MACHADO, 1976).

Em sua leitura da obra de Florestan Fernandes aponta para a “estrategia de investigação” na “localização historica do capitalismo no Brasil” e sobre o “que deve ser entendido como ‘revolução burguesa’”, sublinhando os seguintes trechos do livro **A Revolução Burguesa no Brasil**:

Sobre isso diz o A.: “Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações economicas, tecnologicas, sociais, psicoculturais e politicas ...” (p. 203)¹.

Mas, essas transformações se efetuam pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. É o que pensa o A., quando assim completa a frase acima: “...que só se realizam quando o

¹ Brasil Pinheiro Machado faz referência à edição de 1975 do livro **A Revolução Burguesa no Brasil**, de Florestan Fernandes, publicado no Rio de Janeiro pela Editora Zahar.

desenvolvimento do capitalismo atinge o clímax de sua evolução industrial". (p. 203). (MACHADO, 1976, grifos do autor).

O ponto crucial da argumentação de Brasil Pinheiro Machado está justamente na questão do "clímax" referenciado ou do que coloca como "realização histórica de sistema teoricamente concebido" e do que entenderia como "dificuldade muito grande de se perceber o momento da gênese das formas capitalistas no Brasil".

Procurou compreender para mim mesmo, o sentido de tudo isso. O capitalismo, nessas afirmações do A., está sendo visionado como um fenômeno histórico, que seria a realização histórica de um sistema teoricamente concebido. Nesse sentido, então, o observador teria necessidade de pesquisar uma origem e de acompanhar, no plano das formações históricas, o desenvolver de seu processo.

Há uma dificuldade muito grande de se perceber o momento da gênese das formas capitalistas no Brasil. E isso porque o capitalismo não se inicia no Brasil por uma ruptura com a situação anterior, mas por transformações lentas. Por isso mesmo, sugere o A. (p. 21), "a 'Revolução Burguesa' não constitui um episódio histórico". Grifei a palavra episódio, porque ela está entendida no texto do A. com o sentido que a escola francesa de história dá à palavra "événement". (MACHADO, 1976, grifos do autor).

A referência à escola francesa dos *Annales*² evidencia-se nas argumentações do sentido da palavra *événement* e no entendimento das transformações lentas, estruturais. Assim reforça:

É que a Revolução Burguesa no Brasil é uma história não de episódios, mas de transformações estruturais. É o que pensa o A.: a Revolução Burguesa, na sua conceituação geral, é "um fenômeno estrutural" (p. 21) que, no plano histórico da realidade

² Em outros cadernos manuscritos, escritos no decorrer do ano de 1976, Brasil Pinheiro Machado discorre mais detidamente sobre a Escola dos *Annales*, intitulado tais anotações como **A fuga 1, 2 e 3**.

“se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições circunstâncias...” (p. 21). (MACHADO, 1976, grifos do autor).

O que Brasil Pinheiro Machado considera em seguida sobre o livro de Florestan Fernandes é que “o interesse do autor não são as condições históricas em abstrato da possibilidade da Revolução Burguesa”, aprofundando a análise a partir de uma série de questionamentos. Primeiramente assevera que a “explicação causal é sempre arbitrária” no tocante às questões históricas e sociais, mencionando o positivismo como uma “necessidade” ancorada no “senso comum”.

Não se procura uma causa da Revolução Burguesa no Brasil. Isso seria impossível. Nessa matéria histórica e social, a explicação causal é sempre arbitrária. Para preencher essa necessidade que nosso espírito positivista - com toda a consciência do mundo do senso comum - que é a causa, procura-se descrever um ambiente espiritual que constitui as condições em que uma Revolução pode surgir. (MACHADO, 1976).

A partir dessa premissa, abre para a pergunta: “Houve no Brasil uma Revolução Burguesa?” (já esboçada em suas sugestões ao estudo da história). Dessa indagação, percebe-se o direcionamento que Brasil Pinheiro Machado quer dar às suas meditações:

Suponhamos que houve. Nesse caso a pergunta preliminar seria esta, a ser respondida pelos historiadores por meio de suas pesquisas de arquivo:

Em que consistiu essa Revolução?

Suponhamos que saibamos concretamente as mudanças sociais e as configurações sociais que se vão processando no tempo e que constituem a Revolução Burguesa no Brasil.

Essa Revolução Burguesa encontrou as “condições e as circunstâncias”, dentro das quais poderia se processar, encontrou - pergunta-se, - essas condições já preparadas? Ou foi a

emergência de uma burguesia local que revolucionariamente criou as condições da Revolução?

A resposta a essas perguntas - se forem possíveis - dependem de um encaminhamento aparentemente distante da própria pergunta.

Ou seja, dependeria, em primeiro lugar, de uma conscientização, por parte do historiador, do mecanismo e do processo da expansão do Capitalismo, desde os seus pontos de origem geografica e social da Europa, para as áreas e os povos de outros continentes. (MACHADO, 1976).

Fica manifesto o embate do intelectual com a ideia de uma revolução burguesa no Brasil, enfatizando o que demonstra como uma certa imprecisão de suas “condições e circunstancias”, questionando o papel do historiador em suas ferramentas de pesquisa documental para as perguntas possíveis no encaminhamento de estudos que tomem como pressuposto os conceito de “revolução” e de “burguesia” brasileira. É neste ponto que sustenta a necessidade de se ponderar as especificidades históricas concernentes aos aspectos geográficos e sociais que o historiador se propõe a estudar, contemplando, inclusive, a questão do “local” como ponto de referência na análise, revelando suas aproximações com a história regional.

Finaliza a nota tecendo as seguintes questões:

Burguesia, nas suas formas de ação, é elemento constitutivo do Capitalismo Moderno.

Como as populações brasileiras entraram em contato com o Capitalismo em expansão?

Teria sido, mesmo, sob a forma de colonia e de colonizados? E essa forma de colonia e de colonizado teria tido, mesmo, como instrumento fundamental, uma determinada forma de comercio internacional?

Essa determinada forma de comercio internacional, o comercio colonial, teria se institucionalizado?

Penso que teríamos de nos dirigir para um estudo das instituições do comercio externo do Brasil, nas suas varias epocas de transformação.

Analisadas essas instituições, deveríamos procurar, dentro de grupos sociais constitutivos da estrutura da sociedade brasileira, aqueles comprometidos pelos padrões institucionais. (MACHADO, 1976, grifo do autor).

Os vários questionamentos formulados pelo intelectual traduzem as dúvidas quanto ao método a ser empregado no estudo dos processos que permeiam o entendimento da formação de uma burguesia no Brasil, mas também estabelece um contraponto à concepção marxista a partir de Florestan Fernandes. A recorrência ao estudo das instituições na sociedade brasileira pode também ser percebido em outros momentos nas anotações de Brasil.

Ainda em 1976, Brasil Pinheiro Machado faz anotações sobre as perspectivas metodológicas com base nas ciências sociais, apoiando-se no conceito de “tipologia” a partir de Max Weber e Alfred Schütz, conforme suas **Notas á leitura de Alfred Schütz**:

O ponto de partida da vida do individuo pode ser a da colocação do individuo numa situação cotidiana, como está dito por Schütz, nesta frase:

“Em qualquer momento de sua vida, o homem se encontra em uma situação biograficamente determinada, ou seja, em um meio físico e sociocultural que ele define, e dentro do qual ele ocupa uma posição, não só em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de seu status e de seu papel dentro do sistema social, mas também uma posição moral e ideologica” (El Problema de la “Realidad Social” - Amorrortu editores - B. Aires - p. 40)

Da “definição da situação”, o homem escolhe um projeto de ação, entre vários possíveis de serem escolhidos. (MACHADO, 1976).

As anotações a partir da obra de Schütz, citada em seus manuscritos, giram em torno dos elementos referenciados como “situação biograficamente determinada”, “meio físico e sociocultural” e “definição da situação”, destacando que, para Schütz, para além da conceituação, a questão da ação e do agir propriamente dito é fundamental na análise. Nessa direção, seria

“dentro da ‘situação’ que o homem se torna conhecedor. E assim escreve sobre a tipificação:

Schütz chama de “acervo de conhecimentos á mão”, o conjunto de todos os conhecimentos previos. Isto é, o individuo dispõe, em qualquer momento de sua vida de tipificações do mundo de sentido comum.

O conhecimento que o individuo recebe de seus antecessores não é um conhecimento direto, mas um sistema de tipificações, como se fosse um instrumento de classificações e de reconhecimento dos objetos que se apresentam no mundo do sentido comum [...]. A tipicidade é um horizonte aberto. Como penetramos no horizonte aberto da tipicidade? A tipicidade (a atividade de tipificação) incluída na situação biograficamente determinada, inclui possibilidade de atividades praticas ou teorias futuras [...] O que significa que os objetos são interpretados pelas ações que os individuos praticam. De onde poderíamos dizer que o mundo do sentido comum é um mundo de ação. De ação ou conduta, se adotarmos uma diferença que se pretende dar entre esses dois conceitos. Em todo o caso, o mundo de sentido comum é um mundo da praxis. (MACHADO, 1976).

Em uma extensa apostila manuscrita, datada de 1959 (somente em suas páginas iniciais), com o título de **Assuntos para pesquisas universitárias**, dentre uma série de registros como o Caminho do Paraguai, a Expansão Espanhola no Sul, Ordens Religiosas, Catequese, Estrada São Paulo-Rio Grande, encontram-se alguns itens sobre a **Tipologia do brasileiro sulista**, juntamente com os seguintes subtítulos “Gaúchos”, “Paulistas”, “Fluminenses”, “Rio Grande”, “Comportamento econômico do Rio Grande”, “A fronteira”, dentre outros.

No artigo **Problemática da cidade colonial brasileira**, publicado em 1985, Brasil, tendo por referência Max Weber, analisa a formação das cidades a partir de um “processo de tipificação”. Observa que na análise histórica weberiana:

A cidade aparece, então, como sendo não um produto unificado, mas um conjunto de elementos, traços, aspectos que, embora não

essenciais para uma definição geral, são denotativos de diferenças, por serem essenciais num tipo e não em outros. O interesse de Weber é o de construir o tipo-ideal da cidade ocidental, para procurar as suas relações causais com o capitalismo. (MACHADO, 1985, p. 4).

Em outra apostila datilografada, de 1976, traça um estudo sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda em **Raízes do Brasil - Uma re-leitura**³. Situa o estudo de Holanda na época⁴ de sua publicação, tratando com afincos dos conceitos de “burguesia” e “capitalismo. Cita a introdução da obra escrita por Antonio Candido como “um estudo lúcido” sobre a geração de intelectuais no Brasil a partir de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, elaborando o seguinte questionamento:

Realmente, o instrumento de explicação do Brasil era a história. Duvido que tenha deixado de ser nos dias de hoje [...] No caso dos três escritores citados, o Brasil é explicado pela história, mas a história é visionada pelo ângulo de um de seus elementos, componente das situações históricas e persistente através das épocas. Esse elemento, poderíamos dizer, é metodologicamente tomado como a variável independente. Em Casa Grande e Senzala, essa variável é o patriarcado com sua relação fundamental, senhor-escravo. Em Formação do Brasil Contemporâneo, é o imperialismo e a relação metrópole-colônia. Gilberto Freyre usa os métodos da antropologia cultural. Caio Prado Junior, os métodos decorrentes do materialismo histórico. E Sergio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil? (MACHADO, 1976, grifo do autor).

É nesse ponto que irá observar que a “intimidade com o pensamento alemão é visível” na obra de Holanda em questão, com especial foco para Max Weber, especialmente tendo em conta que

³ **Raízes do Brasil: uma releitura** foi publicado em Curitiba, em 1976, pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal do Paraná, no volume 1, número 2, páginas 169-193, conforme a tese de MARCHETTE (2013) sobre a trajetória de Brasil Pinheiro Machado.

⁴ Ao tratar do termo “época”, Brasil Pinheiro Machado refere-se ao autor Hans Freyer na obra **Teoria da Época Atual**, publicado em 1965, pela Zahar, no Rio de Janeiro.

foi escrita na Alemanha durante o tempo em que o autor lá havia residido. Ressalta que a primeira edição continha uma frase que seria suprimida em edições posteriores: “um estudo compreensivo da sociedade brasileira”, mas que, justamente nesta perspectiva

[...] o projeto de Raízes do Brasil repousa sobre as categorias elaboradas por Weber para a compreensão do capitalismo. As principais são: uma ética religiosa em função da racionalidade capitalista; a burocracia patrimonialista e o Estado Liberal; a tipologia da cidade brasileira em função de um tipo de burguesia. (MACHADO, 1976, grifo do autor).

Brasil Pinheiro Machado faz uma extensa análise sobre a relação conceitual de capitalismo e burguesia, citando o historiador econômico R. H. Tawney enquanto precursor no debate crítico do marxismo:

Foi no decorrer das três primeiras décadas deste século que a palavra capitalismo foi incorporada ao vocabulário da ciência não marxista, o que significa o reconhecimento do fenômeno pela ciência “burguesa”. A elaboração de seu conceito tem origem na crítica ao marxismo. R. H. Tawney, que foi parte importante no processo que deu ao termo capitalismo uma conceituação diferente da dos marxistas, diz que “Marx abriu o debate”. (MACHADO, 1976).

Entretanto, atenta que: “O acidentado processo de reconhecimento da realidade do capitalismo pela ciência ‘burguesa’ não significava uma adesão ao conceito marxista”. De toda forma, ao abordar a apropriação de conceitos weberianos em **Raízes do Brasil**, o intelectual assevera que “A crítica ao conceito marxista de capitalismo é feita principalmente por Weber”. E, nessa direção, uma “geração de pensadores alemães” irá legitimar “a noção de capitalismo como racionalidade”, dentre os quais Weber foi um dos principais articuladores. E em **Raízes do Brasil** Holanda teria recorrido a esses princípios teórico-metodológicos: “A coluna vertebral de seu livro é a procura das origens do tradicionalismo da

sociedade brasileira, primeiro, e depois, das condições e das circunstâncias da passagem do tradicionalismo para a racionalidade capitalista”. (MACHADO, 1976). Brasil Pinheiro Machado ainda situa o que seria uma tendência das sociedades ocidentais em se desenvolverem “a partir da tradição para a racionalidade organizadora da economia e da vida social”, pois dependendo de suas “condições históricas”

[...] efetivamente a racionalidade pôde se desenvolver, criando o espírito capitalista. Noutras, também ocidentais, o possível desenvolvimento da racionalidade social teria sido perturbado também por circunstâncias históricas. Nestas, o capitalismo não deixou de aparecer como forma de organização social, mas sua operacionalidade foi enformada por um tipo de ética que conduzia ao espírito do capitalismo. Conduzia a um outro tipo de capitalismo, o “capitalismo flibusteiro”, definido por uma diferente concepção das relações entre o homem e a riqueza. (MACHADO, 1976).

Argumenta que é justamente nessa projeção que Holanda “transfere toda essa problemática para a sociedade brasileira”, compreendendo o capitalismo como flibusteiro, ou o anverso do espírito capitalista. Daí asseverar que: “O caminho seguido em Raízes do Brasil não parte da conceituação e da história do capitalismo, mas da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira em conflito com a racionalidade capitalista, que lhe é exterior”. (MACHADO, 1976, grifo do autor).

Mais adiante, assim se refere ao capitalismo flibusteiro no período escravista no Brasil:

O capital das empresas do tráfico de escravos, tornado ocioso pela extinção do tráfico, foi reaplicado na estrutura interna da economia brasileira [...]. A especulação frenética que daí surgiu, onde se procurava o enriquecimento pelo jogo, caracteriza bem o “capitalismo flibusteiro”, que está bem expresso nesta observação

de Joaquim Nabuco⁵: “a época era caracterizada pela ânsia de enriquecer de repente, por um golpe da audácia”. Não era a ética do trabalhador, era a ética do aventureiro, segundo a tipologia construída por Sergio Buarque de Holanda. (MACHADO, 1976).

Dentre os variados pontos analisados de **Raízes do Brasil**, percebe-se a recorrência à temática da formação das cidades desde o período colonial e sua relação de dependência com o latifúndio no tocante à própria formação do Estado liberal no Brasil e suas interfaces com os valores éticos e religiosos abordados por Holanda, perpassando por relações específicas de solidariedade, personalismo, coesão social e racionalidade capitalista.

No caso específico da sociedade histórica brasileira, o poder coercitivo unificador da sociedade não foi o Estado. O Estado é tardio no Brasil. Houve uma fração da sociedade que pela incontrastável dominação sobre a sociedade total, fundou e manteve a solidariedade em sociedade global. O Estado só apareceria mais tarde, como uma superação dialética desse poder social. Que entidade era essa, que assim detinha o poder social? A resposta a essa pergunta que o leitor está fazendo, exigiu de Sergio Buarque, mais uma construção histórica, que vai desembocar no tipo-ideal central do livro: o “homem cordial”, como um tipo ético, e não psicológico. (MACHADO, 1976).

A análise de Brasil Pinheiro Machado acaba por caminhar na perspectiva fenomenológica de Hegel⁶, conforme já tratado em

⁵ Brasil referencia **Um Estadista do Império - Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época**, escrito por Joaquim Nabuco, Topografia Garnier, Paris, 1897, Tomo primeiro, página 251,

⁶ Entre abril a junho de 1970, Brasil faz algumas anotações sobre o idealismo alemão, em caderno manuscrito, citando Hegel, Kant e Schelling. Para Hegel, em **Apontamentos para o estudo de Hegel e Lições sobre a filosofia da história** destaca a Fenomenologia do Espírito e o “problema do conhecimento” em seus três momentos: a consciência, a consciência de si e a razão e discorre sobre “A história filosófica”. Em um dos trechos anota: “[...] a humanidade não tem, em Hegel, uma continuidade evolutiva, assim desde as origens até o presente. Os movimentos da realização da razão se completa em indivíduos concretos (individualidade histórica) (a cidade grega, o direito romano, etc)”. Em outro trecho: “[...] uma fenomenologia da consciência encontra diante de si, e de antemão, duas séries de fenômenos: uma individual e outra histórica. E ambas são séries de uma e da mesma experiência. Frente a esta tese, é de importância secundária o se saber como o homem se apodera, ao longo de sua vida, da experiência histórica da consciência. Se para isso necessita de uma ciência da

suas sugestões ao estudo da história, entendendo o “homem real” em sua “vida cotidiana”, em suas “individualidades”. Daí sugerir: “Em Raízes do Brasil aquela individualidade histórica está construída com dados da realidade experiencial e forma um todo significativo”. (MACHADO, 1976, grifo do autor).

Observa ainda que “A individualidade histórica não surge de repente nas investigações de Sergio Buarque, já estava destacada na tradição da historiografia social do Brasil”. Cita também o livro de Antonil **Cultura e Opulência do Brasil**, publicado em 1711, como um “modelo” de referência aos historiadores e pensadores sociais no Brasil no que concerne aos estudos que contemplam “as relações estruturais da sociedade brasileira”.

Da estrutura esboçada por Antonil, os historiadores sociais mais modernos escolheram o rumo que exercia, do alto, a dominação, para suas análises de explicação, colocando todos os demais grupos entre parêntesis (no sentido husserliano). Aquele grupo é a família senhorial, latifundiária e escravocrata.

Nesse método, foi Oliveira Viana que conferiu ao grupo dominante o seu documento de identidade, quando traçou o perfil do “clã rural”, “clã senhorial”, “clã eleitoral”, assentado no poder do latifúndio, e, com tudo isso, esboçou a teoria da “função simplificadora do grande domínio rural”, como o processo de unificação da dominação social nas mãos da casta agrária. (MACHADO, 1976).

Outras notas de leitura sobre Oliveira Viana, em forma de apostila, sem data, constam no fundo de arquivo de Brasil Pinheiro Machado. Em suas anotações ao que intitula como **A historiografia de Oliveira Viana**, argumenta: “Classificado como sociólogo, Oliveira Viana é, não obstante, um historiador típico do que aqui estamos denominando de história sociológica”. Faz um estudo em torno de três livros do autor, “fundamentais para a

história é problema seu [...] A investigação histórica é apenas, o modo pelo qual o historiador persegue a experiência vivente da humanidade e se apropria dela (É, portanto, mais uma atividade filosófica do que uma técnica histórica). (MACHADO, 1970, grifo do autor).

apreciação de seu método de pesquisa e de interpretação da história da formação social e política do povo brasileiro”: **Populações Meridionais do Brasil** (1918/1952); **Evolução do Povo Brasileiro** (1922); **Instituições Políticas Brasileiras** (1949).

Dentre os pontos destacados, pondera que os “tipos específicos” regionais levariam a uma compreensão da “realidade histórica individualizada”, mas ainda que “as populações das diferentes áreas brasileiras [...] tenham histórias diferenciadas”, acabam por se ambientarem pelas “mesmas instituições” e o “mesmo comportamento político”. Ao reforçar que a marca do pensamento de Oliveira Vianna é o estudo do “sistema brasileiro da propriedade territorial”, vinculado à instituição familiar e por extensão à instituição política, econômica e militar, aponta para a questão da posse da terra e do latifúndio e da “solidariedade parental” entre os “homens bons” como ponto central de análise: “A posse da terra é, na história brasileira, o elemento de classificação social. O prestígio, a ascendência das classes tem como critério o latifúndio”. (MACHADO, s/d). E se “a natureza das culturas exigia grandes extensões de terra”:

O regime de trabalho escravo completa o quadro sobre que se apoia toda a estrutura social.

O latifúndio anula todas as outras formas de propriedade durante o período colonial [...]. O latifúndio, como historicamente se organizou no Brasil, não dá possibilidades ao desenvolvimento das vilas e cidades coloniais. Estas não têm função de mercado, porque os latifúndios têm uma economia fechada, autárquica. Não compra nem vende nada às cidades. Produz tudo, ou quase tudo que precisa, alimentação, serviços artesanais, suas próprias roupas. Por esse motivo não se desenvolvem nas cidades nem classe comercial nem industrial, nem corporações urbanas. (MACHADO, s/d).

Inexistindo uma classe comercial ou industrial, ou mesmo corporações urbanas, tendo em conta o poderio latifundiário e que “a velha organização social da grande família latifundiária do

periodo colonial, sobrevive no periodo monarquico, apenas recoberta por um sistema legal e constitucional, que só funcionava com os chefes locais”, Brasil Pinheiro Machado assevera que não existiria, por conseguinte, a possibilidade de formação do trabalhador livre assalariado ou do proletariado até fins do século XIX:

Se as relações entre os poderosos latifúndios rurais e as cidades, são regidas pelo fato da auto-suficiencia economica daqueles, as relações entre as classes são condicionadas pelo fato da escravidão. Até 1888 pode-se afirmar que não havia, no Brasil rural, lugar para o trabalhador livre assalariado. A economia latifundiaria não precisava dele. As cidades e vilas, sem industrias e com um comercio rudimentar, poucas oportunidades lhes ofereciam. Daí a impossibilidade da existência de um proletariado. (MACHADO, s/d).

Nesse ponto, pode-se perceber que não somente o conceito de burguesia é posto em xeque nas anotações de estudo de Brasil mas o próprio conceito de proletariado. O intelectual estuda a formação histórica brasileira por meio do pensamento de autores como Viana, Holanda, Freyre, que estão publicando suas obras desde a primeira metade do século XX, sendo contemporâneos de seu contexto enquanto leitor. Certamente que as críticas às obras e ao pensamento dos autores supracitados serão decorrentes de outros contextos ou mesmo outras gerações de intelectuais, alertando para o caráter conservador, racista ou mesmo inovador para a compreensão histórica do Brasil e suas possíveis interpretações. Isto posto, é importante esclarecer que não se pretendeu realizar considerações do que se produziu a *posteriori* do contexto de leitura de Brasil, ainda que seja fecundo em outro momento, mas em compreender os traços de suas leituras e suas possíveis apropriações.

Como se pode notar, Brasil Pinheiro Machado está reiteradamente tratando de aspectos metodológicos para o estudo histórico e do que aponta como história sociológica, ou da relação

teórica entre história e ciências sociais. Assim, em muitos dos fragmentos de suas anotações, posiciona-se de forma cética em relação à revolução burguesa no Brasil na leitura da obra de Florestan Fernandes, tecendo críticas contundentes à teoria marxista em seus registros, como quando escreve **A historiografia na obra do sociólogo Octavio Ianni**⁷, em 1966. Percebem-se, inclusive, elementos tanto da relação teórica apontada como dos posicionamentos políticos assumidos pelo intelectual, filiado ao PSD em sua trajetória política e exercendo cargos de prestígio social no Estado a partir dessa filiação. Menciona Ianni como “um historiador inconfesso”, que trata dos “elementos de sua historiografia” a partir do “desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil”, mas ressalva que tal proposição poderia estar “invertida”:

[...] a hipótese do autor é de que as mudanças institucionais, mentais, de personalidade, de concepção de vida e do mundo são decorrência da adoção do sistema capitalista de produção, ou seja, do capitalismo industrial no Brasil.

Ha, porém, razões para que a hipótese seja invertida: as mudanças institucionais, as mudanças de mentalidade, as mudanças nas estruturas de personalidade nacional, a mudança da concepção do mundo e na vida - é que possibilitaram a transformação dos modos de produção que, numa segunda etapa, pressionaria, de volta, aquelas mudanças, forçando novos tipos de organização social, que “exigem” novos tipos de liderança etc. (MACHADO, 1966).

Nessa direção, assegura e demarca sua crítica ao marxismo:

Uma coisa é o trabalho do desenvolvimento da elaboração de uma teoria abstrata, como o marxismo, e outra coisa é a aplicação disso a uma sociedade concreta e histórica, sob a forma de análise.

⁷ Brasil tem por referência o livro **A Industrialização e o Desenvolvimento Social no Brasil**, de Octavio Ianni, publicado em 1963, pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

A teoria é um conjunto lógico, dotada de uma lógica interna poderosa e irrefutável dentro do seu próprio universo mental. A análise de uma sociedade histórica repousa sobre fatos que se coadunam e que não se coadunam com aquele universo lógico, mas que “exigem”, todos eles, uma explicação também lógica [...]. (MACHADO, 1966).

Sustenta também o que chama de “dogmatismo” enquanto uma das “moléstias senis do marxismo”: “Estamos vendo, por exemplo, a pendência entre o marxismo russo e o chinês: este acusa aquele de ‘revisionista’; aquele acusa este de ‘dogmático’. Os marxistas brasileiros são chineses intelectualmente”. Acusa o que seria uma “tentativa de subordinação da realidade histórica à abstração da doutrina” ao se tomar “como verdadeiro a priori os postulados teóricos, como se tendo realizado inteiramente no plano da realidade”. A partir dessas colocações, indica uma necessidade fundamental na obra de Ianni do contraste teórico com a “pesquisa empírica cientificamente conduzida”, sob o risco de se cair no dogmatismo. (MACHADO, grifo do autor, 1966).

Por fim, ao se tomar contato com a severidade das críticas dirigidas à teoria marxista, visualiza-se também, por certo, a perspectiva intelectual de Brasil Pinheiro Machado, enquanto produtor e mediador cultural. Seus estudos a partir de autores como Hegel, Weber, Braudel, indicadas em suas sugestões e em suas notas de leitura, suscitam observações tanto das críticas ao que o intelectual considera como “dogmatismo” marxista, mas essencialmente do que compreendia por formação social e política brasileira e suas aproximações com o estudo regional e, nessas interpretações, o que tomava como fundamental ao estudo histórico, ou seja, suas percepções teórico-metodológicas a partir de seus estudos e pesquisas, de seu contexto intelectual e político, enfim de seu cotidiano vivido.

Algumas considerações

A fim de traçar algumas argumentações da pesquisa realizada a partir da consulta ao fundo de arquivo de Brasil Pinheiro Machado, considera-se que o estudo apontou para algumas áreas de conhecimento, temas e autores estudados pelo intelectual. Ao longo do levantamento, esboçou-se uma síntese de suas notas de leitura, sendo possível pontuar questões correspondentes à área da história, mas interrelacionadas especialmente com a sociologia, a economia e o direito. Dessa forma, percebeu-se, na documentação consultada, a recorrência teórica e o estudo de autores como Hegel, Weber, Schütz, Braudel, Frederic Mauro, Parsons, Mannheim, Merton, Myrdal, dentre muitos outros autores estrangeiros. Brasil Pinheiro Machado, em algumas notas, escreve em inglês e francês, o que denota que muitos textos eram lidos na língua original. Também foi possível evidenciar a preocupação com a política e as questões de Estado, com especial destaque para o estudo do Estado liberal e da Primeira República no Brasil, bem como a recorrência a pensadores brasileiros como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, dentre outros.

Tanto as teorias estudadas, os temas e objetos escolhidos, bem como a preocupação com as questões conceituais e com o método na história, esboçado especialmente em suas sugestões ao estudo da história, indica aquilo que se havia pontuado a partir de Chartier (1999, p. 19) sobre as “liberdades” e “limites de interpretação”. Se as notas de leitura revelam “indícios” (GINZBURG, 1989) ou “particularidades” (CERTEAU, 2011) no que se refere aos esquemas de percepção e apreciação de Brasil

Pinheiro Machado, de seu “lugar” de fala, pode-se “sugerir” (BLOCH, 2001) que a própria compreensão da história, tendo como mote de estudo seu itinerário enquanto professor e político, também é um condicionante revelador das particularidades que cercam o lugar social por ele vivenciado, seja no meio político brasileiro e paranaense, seja no meio acadêmico do Departamento de História da UFPR. É, portanto, instigante interpretar que suas notas de leitura possibilitam pensá-lo como leitor e mediador cultural, e que, conforme apontou DOSSE (2007), torne-se possível apreender a noção de intelectual, seja perscrutando indícios de sociabilidades e pertencimento, seja buscando indícios de elementos de objetividade/subjectividade e, nessa direção, perspectivar a história intelectual priorizando aspectos socioculturais.

Por fim, é importante levar em conta as formulações de Chartier (2002, p. 9-13) quanto aos problemas do trabalho do historiador ao manejar documentos em arquivos que residem nas “relações entre as categorias manipuladas pelos atores e as noções empregadas no trabalho de análise”. Compreendeu-se que os documentos não podem ser “considerados somente pelas informações que fornecem”, mas que abrem possibilidades de “serem estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas”.

O presente estudo, enquanto exploratório, circunscreve-se ao objeto de pesquisa delineado a partir de alguns pressupostos da história intelectual, bem como da perspectiva do método indiciário, porém, buscou-se evidenciar a riqueza ainda a ser pesquisada no fundo de arquivo consultado, tendo em conta outros recortes, outras abordagens teóricas, ou mesmo outras perguntas de pesquisa a serem formuladas e investigadas. Muitos temas poderão ser aprofundados a partir do fundo de arquivo de Brasil Pinheiro Machado e de sua obra como um todo, como, por exemplo, algumas de suas abordagens sobre o conceito de região e

comunidade histórica. Algumas de suas notas de leitura apontam para abordagens conceituais sobre a teoria social e a teoria histórica, tratando de contrapontos epistemológicos, como aqueles entre a teoria marxista, o idealismo alemão, a teoria weberiana e os *Annales*, o que poderá esclarecer ainda mais sobre as suas sugestões ao estudo da história, suas percepções como professor de História do Brasil, suas pesquisas de cunho regional, ou seja, sobre sua trajetória intelectual.

Referências

- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CAMPOS, Névio de. História Intelectual e História Cultural: um recorte em Roger Chartier. **Revista Eletrônica Documento Monumento**. Universidade Federal de Mato Grosso. Vol. 16, n.1, dez. 2015, p. 94-122.
- CORDOVA, M. J. Weber. O “Lugar” e a “Significação” do Paraná: vestígios e particularidades da história intelectual no embate entre Brasil e Bento. In: LEITE, Renato Lopes (Org.). **A práxis dos intelectuais**. Curitiba: LabHistoriaUFPR, 2018, p. 343-367.
- _____. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

- _____. **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional de formação social e histórica paranaense.** 2009. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- DOSSE, François. **La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual.** Valência: Universitat de València, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1918-1988.
- _____. **Poemas seguidos de dois ensaios.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- _____. Prefácio 2. ed. In: CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Maria Cecília. **Atlas Histórico do Paraná.** 2 ed. rev. ampl. Curitiba: Ed. do Chain, 1986.
- _____. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões e Debates.** Revista da Associação Paranaense de História - APAH, ano 6, n. 10, jun. 1985.
- _____. A historiografia de Romário Martins na sua “História do Paraná”. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS REGIONAIS, COMEMORATIVO DO I CENTENÁRIO DE ROMÁRIO MARTINS, 1974, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 1974. p. 43-49.
- _____. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná.** Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, Curitiba, n. 3, jun. 1963, p. 1-27.

- _____. Instantaneos paranaenses. Projecção brasileira. **A Ordem**: Órgão do Centro Dom Vital, Rio de Janeiro, ano X, n. 5p. 8-11. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), fev. 1930.
- _____. Instantaneos paranaenses. Projecção brasileira – A phrase de Reclus. **A Ordem**: Órgão do Centro Dom Vital, Rio de Janeiro, ano X, n. 6, p. 131-144. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), abr. 1930.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953**: do poema ao modelo historiográfico. 2013, 362 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- MUELLER, Helena Isabel. Brasil Pinheiro Machado por Brasil Pinheiro Machado: memórias biográficas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 7, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014, p. 1-11.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo**: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A significação do Paraná. **Revista A Ordem**: Órgão do Centro Dom Vital. Rio de Janeiro, ano X, n. 6, p. 107-113, abr. 1930a.
- _____. A Significação do Paraná. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, Curitiba, p. 3-12, abr. 1930b.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. **O intelectual no campo cultural francês**: do Caso Dreyfus aos tempos atuais. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 395- 413, jul. 2005.
- _____. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-25.

_____. **Fragmentos da história intelectual:** entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a história:** novos olhares sobre o século XX francês. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WESTPHALEN; Cecília Maria; BALHANA, Altiava Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná.** Curitiba, n. 7, p. 1-52, jun. 1968.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA DO FUNDO DE ARQUIVO DO CDPH/UEPG

MACHADO, Brasil Pinheiro. Cartas de Brasil Pinheiro Machado. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1918.

_____. Jornal I. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1946-49. Caderno manuscrito A.

_____. Jornal II. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1949-50. Caderno manuscrito C.

_____. Introdução sobre interpretação do Brasil. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1959. Caderno manuscrito D.

_____. Sobre a cultura luso-brasileira. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1959. Caderno manuscrito D.

_____. Ponto de vista culturalista. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1960. Caderno manuscrito E.

- _____. O ponto de vista materialista. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1960. Caderno manuscrito E.
- _____. História da historiografia brasileira: a história sociológica. Caderno n.º 2. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1960. Apostila datilografada.
- _____. O uso das ciências sociais na explicação histórica. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1966. Caderno manuscrito G.
- _____. A historiografia na obra do sociólogo Octavio Ianni. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1966. Caderno manuscrito G.
- _____. Sugestões ao estudo da História. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1972-76. Caderno manuscrito N.
- _____. Notas e apontamentos para a crítica de “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1976. Caderno manuscrito R.
- _____. Raízes do Brasil – Uma re-leitura. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1976. Apostila datilografada.
- _____. A Volta do Velho Senhor. Jornal 19. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1986. Caderno manuscrito O.
- _____. A historiografia de Oliveira Viana. **Fundo de Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa em História.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, s/d. Textos manuscritos.

Apêndice 1

Sugestões ao estudo da história

Brasil Pinheiro Machado

Janeiro – 1972 - Sugestão n.º 1

A historia tem por objeto as coisas que já morreram. Hegel: quando a coruja de Minerva levanta vôo, tudo já está morto ao redor. O juízo do historiador só será possível quando um contexto for encerrado definitivamente? Sem duvida, só então o juízo pode ser definitivo. Como poderia haver a historia das coisas vivas? Será que quando conseguimos ligar um contexto passado às preocupações do presente do historiador? Mas então o contexto encerrado se colocaria apenas como o antecedente do problema vivo?

Será que o caminho para unir as coisas mortas da historia às coisas vivas do presente – será a enfase no “processo historico”?

Que é o “processo historico”?

23-3-1972 - Sugestão n.º 2

Talvez pelos mesmos fundamentos pelos quais Hegel transformou a Historia da Filosofia, de um problema de erudição historica num problema filosofico – seja possível transformar a historia da historia (historiografia) num problema historico, isto é, de um problema de erudição num problema historico.

A historiografia (a compreensão da historia), como qualquer outra forma do entendimento humano, é fenomeno historico, e sendo fenomeno historico, é elemento integrante de um período e não a “verdade absoluta”.

Será, então, a historiografia apenas um aspecto do desenvolvimento histórico?

Sugestão n.º 3 - 23-3-1972

A história brasileira se desenvolve, acentuadamente, em dois níveis: o nível da história regional e o nível da história nacional.

A relação entre esses dois níveis precisa ser estudada no próprio desenvolvimento histórico concreto.

Sabemos que há momentos em que predomina o nível regional. Supomos que a predominância do nível regional é cronologicamente anterior, ou é o primitivo. A predominância de um nível ou de outro existirá na realidade objetiva do acontecimento histórico, ou apenas na mente do historiador?

O nível regional é constituído por certas estruturas que prendem o sujeito histórico, ou o agente histórico, dentro das malhas do “intra-grupo”, de maneira que, quando o agente histórico entra em contato, ou em interação, com o nível nacional, o faz por intermédio da estrutura do grupo regional.

Nesse caso, embora as estruturas do nível nacional não sejam constituídas apenas da interação das estruturas regionais inteiriças (ou mais ou menos), as estruturas nacionais estão num alto nível de abstração. Ou seja: nesse caso, a história nacional é apenas uma ideia, um conceito em si, e não uma realidade total.

Quando Capistrano, criticando a História Geral de Varnhagen, achava que naquele momento em que Varnhagen morria, ninguém mais poderia escrever uma “história geral” do Brasil - ele estaria compreendendo que naquele momento, na década de 1870 a 1880, a realidade predominante era o nível regional, o que tornava difícil a compreensão de uma “história geral”.

Quando aparece na realidade histórica do acontecimento, o “nível nacional”?

Por hipótese, quando o agente histórico entra em interação com outros, sem ser através da estrutura do grupo regional a que pertence. Mas esse momento é compreensível somente por abstração.

Resolver-se-á o problema com a aplicação da tipologia da Gemeinschaft e Gesellschaft, ou da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica?

25-3-72 - Sugestão n.º 4

No processo historico, o movimento partido da causa, tem antes que atravessar uma instituição ou uma estrutura de personalidade – para chegar ao efeito.

31-5-1973

É o problema da etica, expresso na “A ética protestante e o espirito do capitalismo.”

3-4-1972 - Sugestão n.º 5

A historia tem por objeto muito mais os processos do que as estruturas

13-4-1972 - Sugestão n.º 6

A metodologia de certa historia seria a de “descrever e explicar os fenomenos historicos por meio de estruturas objetivamente constituídas”

Assim, vou estudar o período x da historia. Primeiro, levanto objetivamente as estruturas significativas, objetivamente; depois estudarei as ações humanas dentro dessas estruturas.

30-5-73

E a mudança, que é o substrato da historia?

25-11-1972 - Sugestão n.º 7

Volto a uma meditação.

A “essência” da Historia é a transformação das “coisas”. Das instituições, das estruturas, das personalidades, das concepções do mundo, das ideias, das crenças etc.

O historiador pode se preocupar, e tem se preocupado com a descrição dessas “coisas”: instituições, estruturas etc.

Mas a essência da História não é a captação dessas “coisas”, por si mesmas, num momento estatico do tempo. Seria, ao contrario, a captação do processo pelo qual essas “coisas” estão em contínua mudança. O processo seria captado pelos mecanismos através dos quais o processo se manifesta.

Então: o tema fundamental da historiografia é a “teoria do processo histórico”.

15-12-1972 – Sugestão n.º 8

A história, mesmo, é constituída pelas ações dos homens. Uma teoria da ação resolveria o problema teórico da história?

O processo da ação tem sua origem num processo de tomada de decisão. A teoria da ação deve se inserir na teoria da decisão?

13-6-1973 - Sugestão n.º 9

O mercado é o instrumento usado pela sociedade capitalista para distribuir as mercadorias – diz um economista chato.

Não será o mercado, também, um instrumento primordial no processo de decisão da produção de mercadorias?

Este aspecto me interessaria muito no estudo das correntes comerciais do Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Há um “mercado de consumo” e um “mercado produtor”. Quais as suas relações? Parece que o mercado produtor é induzido pelo mercado de consumo e não ao contrario?

13-6-1973 - Sugestão n.º 10

Sobre o funcionamento da sociedade dual

A parte da sociedade “moderna” age sobre a parte da sociedade “arcaica”, destruindo as instituições da parte arcaica, mas não reorganizando-as. Essa influencia de destruição deixa seus habitantes (isto é, os habitantes da parte arcaica) sem pontos de apoio social ou econômico; deixa-os libertados da solidariedade

social institucionalizada, e, num certo sentido, “marginalizados” em relação á sociedade global.

14-7-1973 - Sugestão n.º 11

Grupos de interesse – grupos de pressão

No estudo da Primeira Republica – as manifestações dos grupos de interesse e dos grupos de pressão seriam mais significativas do que as manifestações dos partidos políticos, principalmente num quadro político como o da Primeira Republica.

Se o pesquisador pudesse descobrir e ordenar todas ou muitas das manifestações extrapartidarias feitas ao Governo durante a Primeira Republica?

Manifestações dos grupos.

28-9-1973 - Sugestão n.º 12

1º Ainda sobre a historia da Primeira Republica. Agora olhando a Primeira Republica como “sistema”. Procurando a genese da Revolução de 1930.

Qual era a capacidade responsiva do sistema em relação ás “demandas” – Relações entre os “inputs” e os “output”.

Isso tudo servindo de orientação á pesquisa.

2º Que grupos fizeram demandas ao sistema?

Quando fizeram? isto é, em que fase da evolução social e economica da Republica?

Quando esses grupos apareceram e em que circunstancias apareceram?

Essa problemática deslocaria o acento das “classes sociais”, que são indefinidas na Primeira Republica, para os grupos, as condições dos surgimentos dos grupos, a natureza do Estado etc

7-10-1973 - Sugestão n.º 13

Ditadura como instrumento de liberdade

Na marcha do povo para a liberdade, (teorias que vem da Ilustração) é preciso o poder forte (contra a liberdade de uma fase) para “educar” o povo para a liberdade.

Na politica do desenvolvimento economico é preciso o poder forte para “educar” o povo para o desenvolvimento econômico?

7-1-1974 - Sugestão n.º 14

Estou pensando numa tranquila diferença entre a geração a que eu pertencço e a geração dos meus alunos do ano de 1973.

Na minha infancia, predominavam os problemas do século XIX, embora eu tenha nascido no sec. XX. Apesar de todos os acontecimentos essenciais que aconteceram no período de minha infancia e adolescencia, os problemas de vida eram, em essencia, aqueles colocados no século XIX. A convivencia com os problemas, cria um tipo de mentalidade e sensibilidade. Não quero dizer (por ser obvio) que crie uma escala de valores. A questão é o “instrumento” – não os fins, nem mesmo os meios. A convivencia com os problemas cria uma instrumentalidade. Essa instrumentalidade é propria consciencia, a própria sensibilidade. Os problemas novos não parecem novos a quem já possuía essa instrumentalidade. Resultado: a minha geração não é impermeavel aos problemas novos. Ela é impermeavel ás novas instrumentalidades.

Quando eu fico desencantado com a capacidade de compreensão de meus alunos para os problemas que me parecem fundamentais na historia humana – estou equivocado. O que os meus alunos se negam a compreender são os meus problemas de instrumentalidade. Ainda mais no fundo: são os meus problemas tout court.

Não posso mais ser professor de historia, porque só agora estou capacitado a compreender que os problemas do homem não são os mesmos para os quais eu absorvi uma instrumentalidade propria.

Só agora (e não sei porque) estou compreendendo o conflito de gerações. E estou compreendendo que não são problemas diferentes, os de duas gerações, são instrumentalidades diferentes.

Quando eu, no exercício do meu magisterio, quero impôr minhas aulas de historia, estou tentando obrigar uma “outra” geração a compreender “meus” problemas e não a enfrentar “seus” problemas.

Para os meus problemas, a outra geração não tem interesse. Para os problemas deles, a minha geração não tem instrumentalidade.

30-3-1974 – Sugestão n.º 15

Deixando de lado, por serem apenas exercícios didaticos, as teorias do poder – os conceitos de poder para o historiador são abstraídos da realidade historica dos Estados-Nações, constitucionalmente organizados. O resto é folklore.

Quem se apossou em determinada epoca, dos mecanismos de coerção que as constituições consagram com organismos de funcionamento do poder?

Eis a questão. Questão real: quem mantem o comando das alavancas dos mecanismos que movimentam o poder nacional politico.

A isso pode-se acrescentar muita coisa para enfeitar: porque tal grupo se apossou destas alavancas? Como?

Na explicação do como e do porque estão as teorias...

4-5-1974 – Sugestão n.º 16

Nós trabalhamos com as coisas vivas tendo na consciencia a ideia de desenvolvimento. As coisas vivas se desenvolvem – não podemos dúvidar disso. A natureza de desenvolvimento é esta: as coisas se desenvolvem pelo desenvolvimento dos seus elementos internos. Isso quer dizer que (aqui, pelo menos) a palavra “desenvolvimento” tem o sentido do desenvolvimento de uma coisa viva, no sentido de sua especie.

Lembro-me de ter lido uma vez, nalgum escrito qualquer de Claudel, o uso de duas imagens cotidianas contrárias para explicar qualquer coisa de que não me lembro. Há dois caminhos pelos quais a coisa adquire a sua forma. Há a via interna, como o desenvolver da semente em árvore. Há a via externa, que é a da violência, pelo qual o mármore adquire a forma da estatua, cujo plano está na cabeça do artista.

Para dar um sentido exato às palavras, o sentido de “desenvolvimento” (pelo menos aqui) é aquele do desenvolver da semente. A semente se desenvolve, segundo sua espécie.

Daí que para estudar o desenvolvimento de uma coisa viva; para compreender o seu devenir; eu devo saber a tendência do desenvolvimento da espécie a que essa coisa viva pertence.

Esse desenvolvimento deve ser apreendido na sua dinâmica. Essa dinâmica que, forçosamente, leva a coisa viva a assumir as formas sucessivas de seu desenvolvimento (formas que podem ser apreendidas mentalmente nas suas posições estáticas) – é o processo. O processo do desenvolvimento.

Se as coisas vivas vivessem isoladas dentro de seu mundo de desenvolvimento, o processo correria o caminho de sua tendência, sem perturbações, até o fim.

Acontece que o mundo de uma coisa viva se entrelaça com o mundo de outra coisa viva. Então o processo é perturbado, desviando-se, às vezes, dos trilhos da tendência.

Essa invasão de um mundo por outro estrangula o mundo invadido. E este mundo procura se desenvolver dentro do processo do mundo invasor. Perde o rumo de sua tendência e seu desenvolvimento não encontra mais a tendência de sua espécie e vai se dissolver sem orientação dentro do processo do mundo invasor, depois de um período de dependência.

5-5-1974 – Sugestão n.º 17

A desmitificação de cada coisa é um resultado da análise dessa coisa. A análise separa todas as partes da coisa, por isso

desmancha-a. Depois vê que cada uma dessas partes não tem nada de superracional. Depois examina as relações entre as coisas e verifica que essas relações são aperfeiçoáveis, modificáveis por uma operação racional do analista. Então (pela operação de melhoramento) os homens passam a ver que a coisa não tem sacralidade e que pode ser desfeita, refeita, alterada, anulada, construída pelo analista. Então a operação de reconstrução da coisa passa a se chamar tecnica e o operador, tecnico.

3-2-1975 - Sugestão n.º 18

Dizia um escrevinhador: os debates teóricos se tornam estereis quando não podem ser enquadrados dentro da realidade concreta. A História, como prática, ou como estudo da prática dos homens ou das sociedades (isto é, no seu aspecto nuclear de trabalho intelectual e não no sentido de filosofia ou de ciência ou de teoria ou de “conversa”) é a reconstrução da realidade concreta e todo o debate teórico que não se enquadre no trabalho intelectual da reconstrução histórica dum realidade temporal – é estéril. É “conversa”.

Outro Fulano afirma que a História é ciência da realidade, isto é, que o objeto da História (objeto único que a justifica e a legitima) é a realidade. Ou, mais especificamente, uma realidade temporal.

Mas, esse objeto não se dá imediatamente ao historiador. Ele tem que ser reconstruído no seu enquadramento temporal, para só então, ser construído. Note bem: primeiro, a reconstrução e, depois, a construção do objeto. O problema: qual é o elemento mediatizador entre a consciência do historiador e a realidade, no processo de reconstrução e da construção da realidade?

5-3-1975 - Sugestão n.º 19

Trata-se de um projeto de pesquisa.

Visa um amplo trabalho de história da Primeira República. O título que imagino, sugere o campo temático a cobrir: “O Estado Liberal Brasileiro – Sociedade e Poder Político”.

Não penso uma historia das ideias. Ao contrario, isso é que deve ser evitado. Seria fácil uma antologia ordenada do pensamento liberal no Brasil. Não obstante, seria util sem duvida, mas inteiramente marginal. Util e marginal neste sentido: as manifestações de pensamento escrito dos intelectuais e dos políticos, isto é, as suas ideias, foram pronunciadas dentro de um determinado contexto temporal, de maneira que, para o historiador, essas manifestações de pensamento e ideias devem ser entendidas como tendo nascido de situações sociais objetivas problematicas e devem ser analisadas pelo historiador como reveladoras dessas situações.

Não se trata, pois, de uma historia das ideias. Trata-se, sim, de construir uma historia concreta das ações sociais de tipo liberal. Trata-se, depois, de verificar se essas ações sociais (ou, às vezes, simples aspirações á ação) se constituíram em sistema, e de como esses sistemas de ações estariam baseados em interesses dos agentes historicos. E de como esses interesses se harmonizavam ou conflitavam com a orientação do poder político existente. Ou, mesmo, com o pensamento conservador da organização social tradicional.

Como, porem, estou tentando relacionar os interesses de certos grupos com a orientação do poder político tal como ele se apresentava no momento da ação – faz-se necessária uma análise do Estado, também como ele realmente se apresentava. Não se pode partir de uma definição conceptual do Estado Liberal. A historia, aqui, tem que ser entendida como uma descrição das relações humanas. No caso, relações inter-grupais. O tipo dessas relações é que pode definir o Estado como liberal.

22-11-1975 - Sugestão n.º 20

O projeto e a historia

A compreensão me veio assim da necessidade de explicar o funcionamento do Estado Liberal no Brasil. Veio-me esta pergunta:

no plano concreto da historia, o Estado é simplesmente a ação dos que manejam a maquina do Estado?

Eu queria fugir do perigo da reificação da ideia de Estado. Se o Estado não é uma coisa que possa ser caracterizado como liberal, totalitario etc., em que se baseiam essas classificações, com que teóricos do Estado tanto disputam?

Se o Estado é simplesmente, na realidade, o sistema de ação de seus dirigentes, posso acrescentar ao sistema de ação, como integrante dele – o projeto.

A necessidade disso me veio ao examinar outras meditações que registrei neste mesmo caderno, á paginas atraz. Depois, lendo Alfred Schütz comentando a “ação racional” de Weber, tomei conhecimento de que o problema que me preocupava, já tinha sido colocado, e bem colocado.

As meditações que eu já registrei neste caderno, referem-se a uma imagem construída por Paul Claudel há muitos anos e que eu li, também há muitos anos, embora não me recorde onde. Nem me lembro a que proposito o poeta usava a imagem. Vou repeti-la agora, somente com os traços que ficaram na minha memoria. Dizia ele que ha dois caminhos pelos quais as coisas adquirem sua forma. Um é o da semente. Outro é o da estatuaria. O desenvolver da semente, que germina e forma a planta, traz já a sua forma (e eu acrescento aqui, a forma segundo sua especie). O artista, com seus instrumentos de escultor, ataca o marmore de fóra e não de dentro, como o caso da semente, e dá ao marmore a forma que tem em sua cabeça, e não a que está na especie do bloco de pedra.

Meditando, depois, sobre essa imagem que eu usei inumeras vezes, verifiquei que tanto da forma da arvore como a forma da estatua, realizam-se segundo um projeto. Na semente, o projeto de sua espécie e na estatua, o projeto do artista.

Foi com a sedução poetica da imagem de Claudel que eu tentei encaminhar o problema da instauração do Estado liberal no Brasil. O caso foi este: andei e ando pesquisando, num trabalho

que me propuz, para caracterizar o Estado liberal no Brasil, na sua realidade histórica concreta.

Há uma corrente de julgamento sobre o assunto, que pensa que o Estado liberal nunca existiu no Brasil. As invocações feitas em seu nome, por juristas, políticos, historiadores, nada mais eram do que abstrações tiradas de doutrinas abstratas que nunca se harmonizaram com a “realidade brasileira”, que era a sua realidade social, realidade essa que tinha que ser respeitada na construção das instituições políticas do país. A contraprova dessa afirmação seria o fato de nunca as instituições políticas brasileiras terem funcionado no sentido do liberalismo. O Estado liberal era apenas uma abstração, o Estado real era outro.

Faço um parêntesis aqui e volto à realidade histórica factual, para discutir o assunto. Para isso, armo conjecturas.

Suponhamos que não tivesse havido interferência da “ideologia liberal” no movimento histórico da Independência do Brasil. Suponhamos que o projeto da Independência tivesse sido simplesmente o da separação do Brasil em relação a Portugal. Que aconteceria? D. Pedro teria sido proclamado rei ou imperador e a vida política seguiria a tradição do absolutismo português. O projeto teria sido o da instauração de um Estado novo no mundo, mas tradicional. O sistema de ação política não se modificaria e a tradição forneceria todos os fundamentos de legitimidade.

Mas não foi isso o que aconteceu. Os homens que fizeram a Independência, fizeram-na com um projeto diferente do da tradição.

Esse projeto, expresso na Constituição, não tinha como finalidade alcançar a sociedade tal como ela era, mas como se queria que fosse. Era um projeto, isto é, deveria guiar as instâncias da ação política racional em direção ao horizonte que se pretendia alcançar. Não pretendiam, os autores desse projeto, manter o status quo, mas racionalmente transformar a sociedade na direção da liberdade, da igualdade e da justiça.

Pois bem, esse projeto é que é o Estado.

O projeto não é uma coisa, nem pode ser reificado. Ele estabeleceu finalidades do sistema de ação política. Criou, mesmo, pela aceitação de todos, o próprio sistema de ação, destinado a concretizar as finalidades da ação política.

Como os homens daí em diante maneiram a máquina do poder político do Estado – essa é a parte real da história, pela qual o projeto foi executado.

Como naquela imagem de Claudel: se a semente não encontrou na Terra os alimentos necessários para se desenvolver, pode morrer ou desenvolver uma planta enfraquecida, defeituosa. Ou, se o escultor não sabia usar as suas ferramentas, ou se o mármore tinha defeitos, - a estatua sairia, mas cheia de defeitos, de desfigurações... Mas de qualquer maneira, a semente era guiada no seu sistema de ação pelo projeto segundo sua espécie. E o trabalho do escultor era dirigido pelo projeto de sua concepção artística que estava em sua cabeça e não no mármore. De qualquer maneira, a semente e o escultor procuravam alcançar a forma, segundo o projeto.

A semente e o escultor modelaram a coisa com sua ação racional para a consecução da forma que pretendiam, segundo o projeto. Se conseguiram a forma ideal ou não – isso é que deve ser explicado pelo historiador.

Tempos depois, estudando a obra de Alfred Schütz, quando analisa a teoria da ação racional de Max Weber, encontrei as seguintes constatações: que “a análise da ação mostra que sempre ela é realizada de acordo com um plano mais ou menos implicitamente preconcebido. Ou, para usar um termo de Heidegger, uma ação tem sempre “a natureza de um projeto”. Mas o projeto de uma ação se realiza, em princípio, independentemente de toda a ação real. Todo o projeto de ação é antes uma “fantasia” da ação, isto é, uma fantasia da atividade espontânea, mas não é a própria atividade. É um quadro prévio de caráter intuitivo que pode incluir a crença, ou não incluir, e se a inclui, pode tratar-se de

uma crença positiva ou negativa, ou dotada de qualquer grau de certeza.

O que os fenomenologistas da linha de Alfred Schütz acrescentaram á teoria da ação de Weber, é que a ação racional é unitaria e quem lhe dá a unidade é o projeto. (Nota: as referencias a Schütz são feitas ao seu livro, “Fenomenologia do Mundo Social”, e estou usando a tradução espanhola, Editorial Paidós – Buenos Aires, sem data).

27-9-1976 – Sugestão n.º 21

Introdução de uma aula prelecionada para o curso de pós-graduação, em 1973:

O artigo do prof. Renouvin nos revela a “escola francesa” de Annales com suas preocupações fundamentais. Essas preocupações abrangem dois campos da historiografia: a temática e a metodologia. Temática e metodologia para a historia moderna e contemporânea.

Esses aspectos trazem-nos a obrigação de fazer algumas observações para esclarecer questões fundamentais:

- 1) A temática propria do mundo moderno e contemporâneo é o capitalismo.
- 2) O capitalismo é um sistema que se cumpre na historia por meio de um processo proprio. Adotemos esta explicação de um escritor: ha um conjunto de funções em vias de se manifestar e de por em evidencia a natureza ativa do processo... Processo se opõe ao fenomeno: o fenomeno é o produto do processo: processo é a função ativa cujo resultado interpretado pelas leis racionais do saber, chama-se fenomeno.

O sistema se desenvolve no nível da realidade historica, desenvolve-se e realiza-se por meio de um determinado processo, o qual, por sua vez, vai constituindo os fenomenos, os quais tendem a reforçar o sistema.

No nível da historia concreta, o sistema capitalista vai se expandindo no sentido de se chocar com formações historicas

(fenômenos) que são produtos de sistemas anteriores, diferentes, desorganizando-os. O sistema capitalista, na sua expansão no nível da realidade histórica, vai desorganizando as formações históricas pre-capitalistas”, e tende a reorganiza-las em formações capitalistas.

Ora, o artigo do prof. Renouvin acentua que a temática da “escola francesa” é a temática da história moderna e contemporânea. O quadro geral do sistema capitalista, portanto, é a tela de fundo de toda essa historiografia.

Alertemos aqui para uma questão muito importante. O capitalismo é compreendido por muitos modos. Não é obrigatoriamente o sistema, cujo processo foi traçado por Marx. Realidade histórica reificada ou simples categoria da história moderna, o capitalismo ocupa na “escola francesa” o tema não articulado, cujo processo de desenvolvimento é procurado pela pesquisa histórica, no nível da realidade histórica e não no nível da teoria abstrata.

Frédéric Mauro, um dos membros da “escola” mais conhecido entre nós no Brasil, in “Teoria Econômica e História Econômica”, coloca este problema: “O historiador se acha sempre colocado diante de um dilema: ou explica o passado em termos do presente e, neste caso, trai o passado; ou explica em termos do passado e, assim, torna-se incompreensível aos homens do presente”.

Não há esse dilema. O problema – como muito bem diz o autor – é explicar. A historiografia não explica o passado como passado. Explica (no caso) um sistema que se desenvolve no tempo, através de um processo que vai criando configurações – quer esse processo tenha se desenvolvido no passado e ainda esteja se desenvolvendo no presente. Somente quando o historiador tem como finalidade de seu trabalho o estudo da mentalidade dos homens do passado, ao compreender e definir o seu mundo, é que o passado é explicado pelo passado, mas, ainda assim, em referência às formas do pensamento presente. A historiografia não

consegue ser a fotografia de uma realidade, mas um conjunto de operações lógicas refutáveis, analisando essa realidade.

A temática da história moderna e contemporânea, que tem como embasamento o desenvolvimento e a expansão geográfica do capitalismo, traduz-se no plano da historiografia, como a verificação de uma realidade produzida na sociedade e na personalidade, por aquele desenvolvimento e aquela expansão.

É que o desenvolvimento e a expansão do capitalismo não agem no vazio, agem sobre formas já existentes estruturadas, enraizadas. Agem, em primeiro lugar, sobre aquilo que Renouvin em seu artigo, de acordo com a “escola francesa”, denomina de “as forças vitais permanentes” de um grupo social. Que é isso? Renouvin as define, vagamente, como “os fatores que afetam o estado geral das pessoas”. O que há é que a “escola” está tentando mudar o acento tônico da explicação da história. Substituir o estudo do movimento permanente da história, pela captação do permanente, do inerte. Aquelas forças vitais permanentes – na explicação do corifeu Braudel – são “as inércias da vida social, da vida econômica ... onde tantos elementos antigos pesam com um peso enorme, inconcebível à priori.”

Essas “inércias da vida social” que afetam todas as personalidades do grupo, constituindo uma rotina da base do comportamento social – é o elemento fundamental do que Braudel denominou de “longue durée”.

Como as estruturas, a “longue durée” é formada por aparelhos de coerção. O homem vive no limite de inúmeras coerções à sua ação. Diz Braudel: “O exemplo mais acessível parece ser o da coerção geográfica. O homem é prisioneiro, durante séculos, de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, dum equilíbrio lentamente construído, do qual ele não pode se livrar sem o risco de colocar tudo em dúvida” (*Annales*, n. 4, 1958). Da mesma forma, há “permanências ou sobrevivências no imenso domínio cultural”, baseadas na “ferramenta mental” de um grupo, que é um conjunto de concepções que “comanda as artes de

viver, de pensar e de crêr e que limita, por antecipação, a aventura intelectual dos espíritos mais livres” (Braudel, id-ib). Há, sobretudo, “os quadros mentais (que) são também prisões de longa duração” (id-ib).

Pensando, talvez, no conceito tradicional de “forças sociais” que desencadeiam (na historiografia anterior) o processo histórico, que é a procura de um novo equilíbrio e se cristaliza em novas estruturas e novas instituições, Braudel afirma que o processo histórico (ele nunca usou essa expressão) se desenvolve em oposição dialética às coerções da “longue durée”. Eis como soam as suas próprias palavras: É em relação a essa camada subterrânea da história lenta que “a totalidade da história pode ser repensada como a partir de uma infraestrutura. Todos os patamares, os milhares de patamares, todos os milhares de explosões do tempo da história são compreendidos a partir dessas profundidades, dessa semi-imobilidade; tudo gravita ao redor da “longue durée”.

A admissão da realidade da “longue durée” ao processo histórico – é o sentido nuclear da revolução do pensamento histórico, liderada pelo grupo de Annales.

Diz Braudel: “Entre os diferentes tempos da história, a “longue durée” se apresenta como um personagem aborrecido, complicado, e quase sempre inédito. Admiti-lo no amago de nosso “métier” não será simplesmente um jogo, o alargamento habitual de estudos e curiosidades”. Isto é, a pesquisa das profundidades da natureza humana não será apenas mais um tema acrescentado ao campo da historiografia. É dar um novo fundamento e uma nova compreensão ao próprio processo histórico: “Para o historiador, aceitar a “longue durée” é se submeter a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção social. É familiarizar-se com o tempo lento, às vezes quase nos limites do movimento”.

A “longue durée” é a própria concreteza da vida social, vivida, como diriam os fenomenologistas, ao nível do homem e do

mundo do senso comum, isto é, em oposição às abstrações conceituais do mundo do pensamento científico.

Mas como apreender a vida social na sua concreteza histórica?

A resposta de Braudel é: pela superação do indivíduo e do fato.

À primeira vista, a resposta é contraditória em relação às premissas. O que haverá de mais concreto no nível do social, do que o indivíduo e fato.

Aqui, parece que o grupo de Annales, pela voz de Braudel, para negar a concreteza do indivíduo e do fato, está ligado à metodologia de Marx, exposta em Introdução à Crítica da Economia Política, quando, dando pre-eminência às estruturas conclui que o fato é resultado de muitas determinações.

Aliás, Braudel reconhece isso quando se refere às existentes e anteriores abordagens históricas da vida social. São estas, segundo ele, as anteriores explicações:

- a) A explicação da história pelo fator dominante;
- b) A explicação da história pelo conflito de raças;
- c) A explicação da história pelos ritmos econômicos;
- d) A explicação da história pelas tensões sociais (conflitos);
- e) A explicação da história pela mudança da técnica;
- f) A explicação da história pela escalada demográfica.

Essas abordagens – diz Braudel – foram fases do pensamento histórico, que levaram à superação do indivíduo e do fato, tentando submeter o indivíduo e o fato ao comando do fator predominante.

Conclui-se, assim, que quando se formou a “escola francesa”, o indivíduo e o fato já tinham sido superados pelos endereços das explicações de fator dominante. Todos aqueles endereços de explicação histórica citados acima, já eram concepções estruturais da história. O fator dominante criava as estruturas dentro de cujo funcionamento se desenvolvia o indivíduo e sua ação, isto é, o fato.

15-11-1976 – Sugestão n.º 22

O industrialismo e o capitalismo

O meu problema de professor, no momento, é o de descobrir, não, procurar um caminho para fundamentar de maneira mais realística o processo de historia da industrialização no Brasil. Acontece que sou orientador de alguns alunos do mestrado em historia, cujas dissertações tem como objeto a historia de uma industria particular, no Paraná. São muitas dissertações, e a sua feitura consiste apenas num levantamento de dados quantitativos para organização de series. Aplicação mecânica dos canones da historial serial dos franceses.

Na literatura social do Brasil, a historia da industrialização, feita por economistas, sociologos e, mesmo, por historiadores, a abordagem, expressa ou implicitamente, consiste em seguir a linha da transformação capitalista do Brasil contemporâneo. Noutras palavras, os estudos sobre a industrialização do Brasil tem como orientação o estudo da implantação do modo de produção capitalista na economia e na sociedade brasileiras. Quer seus autores sigam uma linha de fundo materialista-historico, ou uma linha de analise economica neoclassica, o pressuposto que está na profundidade não falada do pensamento dos autores é o de que o capitalismo é a modernidade para a qual tende o desenvolvimento economico brasileiro, apoiado na evolução industrial. Assim eu também penso. Mas como historiador, tenho sentido insuficiencia nesse metodo para o estudo da industrialização no Brasil, principalmente porque o metodo é dificil de ser aplicado em temas de pesquisa, como as dos meus alunos, que se referem ao estudo de uma industria particular, num determinando tempo, tudo geralmente sobre a influencia da “escola francêsa”, tipo historia quantitativa ou historial serial.

Está no nosso subconsciente que industrialismo e capitalismo são dois componentes de uma mesma realidade e que, por isso, a unica, ou a fundamental abordagem na historia da industrialização é a do desenvolvimento capitalista da industria.

Hoje tive a ideia de que o processo histórico do desenvolvimento industrial na história não tem a categoria do capitalismo como categoria imprescindível. A sugestão me veio da leitura do verbete Industrialism da Encyclopedia of Social Sciences, assinado pelo economista G. D. H. Colle. Este professor, para explicar o sentido de industrialismo começa por mostrar como a indústria surge numa sociedade originária. Na Inglaterra, precisamente, mas isso não importa. O que estou tentando aqui não é resumir o artigo de Colle, mas fazer nele uma re-leitura que sirva aos meus interesses do momento, isto é, de orientador de trabalhos de alunos em teses de pós-graduação. Portanto, Colle não é responsável por esta re-leitura.

Podemos considerar a indústria ou, as atividades industriais, como as agrícolas e as comerciais, como modos “inatos” da luta que as sociedades desenvolvem contra a natureza, para sua sobrevivência. Aqui isto está só como um longínquo ponto de partida, sem consequências, apenas como um referencial. Afinal, esse tema pertence à antropologia, na caracterização do humano no homem e, apesar da “escola francesa”, não pertence à história. O que pertence à história, seja qual o método que se adote, é a determinação das formas de atividade industrial, num certo grupo humano, num determinado lugar e num determinado tempo. Usando linguagem hegeliana, poderíamos dizer que o mediador entre o homem e sua atividade industrial é o instrumental, isto é, a técnica que possa desenvolver. A técnica ou a tecnologia, constitui também o limite da atividade industrial. A atividade industrial, num certo nível de técnica, constitui o artesanato. A atividade artesanal é atividade industrial, considerando-se como indústria a atividade de transformação de objetos da natureza, pelo trabalho técnico em outro objeto de uso.

Pois bem, todas as sociedades humanas conhecidas por antropólogos e historiadores, no passado e no presente, desenvolvem essa atividade de transformação de objetos da

natureza. Nós podemos construir um “tipo-ideal” da primeira forma de atividade industrial que é o artesanato.

Houve um momento, também ideal, na historia em que o próprio instrumental de produção, ou de transformação, foi alterado de maneira, digamos, estrutural, com isso pondo fim á vigência do tipo artesanato. Foi, sabe-se, a introdução da máquina. Podemos, pois, construir um “tipo-ideal” do modo de produção que se seguiu, logicamente, é claro, ao tipo artesanato. É a manufatura. Fiquemos nestes dois tipos de produção industrial: o artesanato e a manufatura.

O que G.D.H. Colle procura mostrar no seu artigo, e que me impressionou, é que a manufatura e a indústria moderna não são necessariamente conseqüencias do desenvolvimento do “modo de produção capitalista”. O aparecimento originario da industria moderna surgiu numa sociedade capitalista, como a inglesa do tempo da revolução industrial, como surgiu originariamente também, numa sociedade socialista, ou anti-capitalista, como a sociedade sovietica do presente. Isso nos leva a estabelecer a autonomia da atividade industrial em relação ás estruturas políticas ou filosoficas que, na historia, a ela aderem. Isso nos leva, também, a confirmar as conclusões de Raymond Aron de que a sociedade industrial é a forma das sociedades mais modernas, independentemente do fato de que elas sejam capitalistas, socialistas, escravistas ou o que quer que sejam como ideologias.

Colle procura mostrar, atravez do tipo capitalista da Inglaterra como, na historia, surgiu o industrialismo. E procura indicar também como, na historia, surgiu o industrialismo numa sociedade socialista, como a da União Sovietica.

A conclusão que tiramos, com toda a honestidade, é que a realidade historica é o industrialismo, e que o capitalismo e socialismo são simples categorias da “substancia” real.

Podemos, assim, escoimar o conceito de industrialismo dos conceitos perturbadores de sua identidade que são os conceitos ideologicos de capitalismo, socialismo, escravismo etc.

Assim escoimado, purificado, podemos definir o industrialismo como um conjunto de técnicas e tecnologias de produção econômica.

E é esse conceito que serve basicamente ao historiador para a história do industrialismo, ou da indústria, num grupo social, num espaço, num tempo.

Suponhamos, que eu vá estudar a história da industrialização brasileira na passagem (contínua ou descontínua) do artesanato para a manufatura. Devo deixar de lado (pôr entre parêntesis) qualquer aplicação de mecanismos capitalistas, socialistas ou escravistas. Devo, sim, fazer o levantamento das técnicas e tecnologias que se aplicaram, sucessivamente no tempo, na atividade industrial de tal ou tal setor industrial.

Numa sociedade “atrazada” como a brasileira, essas técnicas e tecnologias não são provenientes da própria criatividade brasileira, mas provenientes de países já desenvolvidos. Certamente (e disso ninguém tem dúvidas) que a tecnologia importada (ou originária), de fato, não pode ser aplicada em toda a plenitude de suas potencialidades. Agora, então, vem a fase mais importante do estudo histórico: o historiador deve investigar o porque desse fato. E o porque se identifica com os limites da vigência da tecnologia. A tecnologia aplicada encontrou limites na sua aplicação. Não pôde se desenvolver conforme o modelo. Então, na explicação da forma que tomou a aplicação da tecnologia, o historiador levanta os fatos e situações que constituíram o limite. Serão fatos e situações sociais? Mentais? Questão de organizações e estruturas de mercado de mercadorias, de capitais? Questões de pressão capitalista e imperialista de outros países, de outras sociedades? Questão da estrutura do comércio internacional? Incapacidade empresarial? Conservadorismo? Rigidez conservadora da sociedade colonial? Para ter tudo isso e ainda muito mais.

Aí, não se está procurando um princípio causal. Não é isso. O que se quer, e que explicará tudo – são os limites reais da possibilidade da industrialização num momento dado. O método,

pois, consiste em partir de um modelo teórico: esse modelo puramente lógico consiste no estabelecimento do desenvolvimento de um sistema de tecnologia, sem consideração à realidade social. Em si mesmo. Em seguida, o levantamento da situação real histórica. Até que ponto a tecnologia pôde ser aplicada. Não se desenvolveu de acordo com o modelo teórico. Porque? porque encontrou barreiras que não puderam ser ultrapassadas, por exemplo, a falta de capitais, de transportes, de pessoal técnico, de nível aquisitivo da população, de concorrência com a indústria estrangeira etc.

Aqui, nós estamos no debate da “nouvelle histoire”, na reorganização do campo interno da história, como ciência moderna. A história é a ciência dos limites das teorias sociais. Metodologicamente, a teoria é transformada em modelo. A confrontação do modelo com a realidade marca a falsificabilidade da teoria. Noutro caderno vou desenvolver esse tema, comparando esse método e esse entendimento da história nova com o entendimento e o método histórico-estrutural da crítica de Marx à economia política. Quero, porém, aqui, apenas para não perder o embalo, fazer referência ao meu trabalho em curso: minha pesquisa se desenvolve no sentido de caracterizar o poder político na Primeira República. Estou trabalhando seguindo a metodologia decorrente da Teoria Geral dos Sistemas. Neste momento, estou pensando em aplicar esse princípio da nova concepção da história como ciência dos limites. Então seria assim o projeto: primeiro, um modelo, ou seja, o modelo teórico de Estado liberal-democrático, deduzido da Constituição. Depois, o levantamento dos fatos e situações que se constituíram em limites à vigência do modelo, na sua instauração e no seu desenvolvimento real.

23-11-1976 – Sugestão n.º 23

Industrialismo e Burguesia no Brasil

Noutro local, compendiando o trabalho dos clássicos historiadores sociais do Brasil, verificava eu que o objeto desses estudos era a classe agrária na história de sua dominação social da

sociedade brasileira. E julgando que esse tema já estava perempto, sugeria eu que o tema que se abria ao trabalho dos historiadores atuais era o da “revolução burguesa no Brasil”. Uma revolução burguesa, - teria havido no Brasil? Em todo o caso - pensava eu - as origens e as formas do tradicionalismo brasileiro estavam já bem resolvidos no trabalho historiográfico dos nossos clássicos. O estímulo que me fez seguir para essa orientação foi o trabalho dos sociólogos brasileiros atuais, que tem como tema “urgente”, isto é, que tem como “urgências” a análise da implantação do capitalismo no Brasil.

O capitalismo representa a modernização do Brasil. E, historicamente, socialmente e economicamente, o capitalismo, principalmente na fase de sua emergência numa sociedade, é o resultado da praxis da burguesia. O produto dessa praxis é que é o capitalismo para o historiador que se apoia na realidade social histórica.

Considerando que esta proposição acima esteja correta, ou, tomando essa proposição como uma hipótese de trabalho, nós verificamos que na Europa, a classe burguesa precede o sistema capitalista. Talvez porque o capitalismo, como pensa Weber, seja um fenômeno ocidental, europeu, e não uma etapa da evolução humana. Nas sociedades não europeias, o capitalismo não é uma forma imanente da sociedade. É imposto desde fóra. A imanência do capitalismo na Europa está no desenvolvimento da burguesia, expresso na sua ascensão ao poder político. Onde não havia burguesia, ou onde a burguesia não se apoderou do poder político, não houve capitalismo originário.

Nesse conjunto de hipóteses, eu coloco os problemas que me parecem mais urgentes (isto é, mais carregados de “urgências”) para a historiografia brasileira.

Primeiro, uma pergunta imaginativa: se a sociedade brasileira tivesse sido uma sociedade completamente isolada de outras sociedades, sua economia poderia evoluir para a organização capitalista?

Segundo: os sociólogos e historiadores que estudam as transformações capitalistas na economia e na sociedade brasileiras referem-se sempre a uma burguesia. Então a pergunta fundamental para o historiador responder: qual é o referente empírico desses conceitos de burguesia e de burguês?

Enfatiso essa pergunta, porque ela é muito importante. Pois que, às vezes, parece que o referente empírico usado inconscientemente pelo sociólogo, é a burguesia europeia de certa época.

Essa pergunta encerra um grande problema, temo que fundamental. Se o capitalismo, no plano da história, isto é, na sua forma real, é explicado pela praxis da burguesia, a forma do capitalismo brasileiro (se é que ha) deveria ser explicada pela praxis da burguesia brasileira. Houve ou ha uma burguesia brasileira?

As origens e a formação da burguesia brasileira são uma investigação básica, segundo penso, para a história social de nossa época. Os sociólogos brasileiros, interessados na análise do capitalismo brasileiro, esquecerem disso. Saltaram por cima desse tópico e se encaminharam para a história e “metamorfose” do proletariado brasileiro e do campesinato brasileiro.

Nessa investigação, o historiador poderia usar qualquer método, mas dois dos disponíveis seriam mais apropriados. Um deles é o método histórico-estrutural, cuja origem está na Introdução á Crítica da Economia Política de Marx, e que parte das estruturas abstratas para as relações entre as partes e a consequente determinação das partes, no nosso caso, a burguesia. O outro método seria a da história serial que visa, de princípio, estudar a realidade social em si mesma e por ela mesma, no nosso caso, o que se entenderia por burguesia, no Brasil.

Para terminar este registro, quero fazer um lembrete para quando eu iniciar essa investigação da revolução burguesa no Brasil. É esta: os escritores, sociólogos, economistas etc brasileiros frequentemente se referem, nos seus estudos, á burguesia, ao

burguês. Pois bem, o que eu pretendo, preliminarmente, é pesquisar isto: qual é o referente empírico da noção de burguesia e burguês que está por baixo de cada uma, ou do conjunto, das ideias usadas pelos escritores brasileiros. Pretendo fazer uma análise de conteúdo ou uma análise semântica dos textos dos escritores brasileiros, para esclarecer o que eles entendem por burguesia brasileira.

21-1-1977 – Observações esparsas (de leituras)

A história do historicismo era a compreensão da praxis humana. Onde o homem estivesse agindo, pensando ou sentindo, lá podia estar a história. A historiografia do século XIX penetrou em inumeráveis desses campos onde se exercia a praxis humana. Não tinha interesse nos campos, mas na própria praxis. Penetrou nos acontecimentos, nos modos de pensar pelas filosofias, pelas ciências. Criou uma história das ações, uma história da filosofia, uma história da ciência, uma história de religião, uma história da política, econômica, artística ... onde o homem se movesse, lá estava a história.

Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa em História (DEHIS/UEPG).

Apêndice 2

Quadro demonstrativo

Notas de leitura - fundo de arquivo de Brasil Pinheiro Machado

ANO	TÍTULO
Sem data	<i>Textos manuscritos</i> Cronicas de João-Ninguém
1929 a ...	O cachorrinho de S. Roque A herança D. Quixote Camara Ardente Agonia, maxixe O dragão e as virgens. Ao Raphael Mauro Moeda antiga La noblesse oblige. Ao Mario Rosseto O ramo que seccou A terra não quer dinheiro! Madrugada sem orvalho. Ao Oswaldo Camargo
A	<i>Caderno manuscrito</i> Jornal I <i>Registro de suas memórias de 12/12/46 a 25/01/49, totalizando 53 dias de anotações</i>
B	<i>Caderno manuscrito</i> SOCIOLOGIA/DIREITO/ECONOMIA
27/06/1947	<i>Sobre Direito Civil</i>
01/07/1947	<i>Sobre Direito Civil</i>
11/08/1947	Direito anglo-saxão
20/09/1947	A Evolução da Empresa
22/09/1947	La Gestion de l'entreprise Auto financiamento das empresas A participação dos operários na gestão
Sem data	Contribution a l'elaboration d'une Théorie de l'entreprise publique (Notas dum estudo de Michel Bazire, in "La Revue Économique et Sociale de outubro de 1945) A empresa pública no meio de dirigista
13/11/1947	Bronislaw Malinowski "A Scientific Theory of Culture
18/11/1947	Apontamentos de "A Scientific Theory of Culture and Other Essays" de Bronislaw Malinowski
18/11/1947	Au Outline of the Principles of Sociology
1947/1948	De Bertrand Nogaro "Les grands problèmes de l'économie contemporaine" O reino do bimetalismo Novo metodo de estabilização dos câmbios, pela convertibilidade direta da

	moeda nacional em moeda externa A conversibilidade dominada e a moeda dirigida Um sistema monetário racional desprovido de base metálica e autônomo O que é a moeda hoje?
28/01/1948	“Aspectos jurídicos do capitalismo moderno” (Notas e apontamentos sobre o livro de Georges Ripert)
17/06/1951	<i>Sobre a competência do Estado em lançar impostos</i>
27/06/1951	<i>Sobre o Estado não ser apenas elemento de coação, mas de produção</i>
18/08/1951	<i>Sobre o Estado moderno e a estrutura financeira e econômica</i>
23/08/1951	<i>Sobre regime político e apoio da população</i>
06/01/1961	Apontamento (para a história econômica)
23/02/1964	Para o fichário – Definição de ciclo econômico – Schumpeter
26/01/1961	Estrutura
17/03/1961	Ainda sobre estrutura
27/03/1961	Integração
01/06/1961	Apontamento
12/06/1961	Para o fichário – (ciclos - história econômica)
14/06/1961	Para o fichário (Tipos de estruturas sociais históricas atuais – classificação construída por Jacques Lambert [...])
09/07/1961	Registro
22/07/1961	Para o fichário – Dupréel (sociólogo belga)
22/07/1961	Para o fichário – Estrutura
23/07/1961	Apontamento
13/08/1961	Para o fichário (sociologia e história)
09/10/1961	Anotações Pesquisas propostas e em andamento em História
14/02/1962	Apontamentos (sobre mobilidade social, para servir como quadro conceptual para a tese de história “a sociedade campeira”)
01/04/1962	Para o fichário “Sociologia Política” Linhas de pesquisa atuais e seus métodos
C	<i>Caderno manuscrito</i> Jornal II <i>Registro de suas memórias de 02/02/1949 a 22/01/1950, totalizando 23 dias de anotações</i>
D	<i>Caderno manuscrito</i> Esboços/Apontamentos/Observações/Notas Curitiba
08/09/1959	Introdução sobre interpretação do Brasil
12/09/1959	Notas para a elaboração da teoria das “comunidades históricas”
25/01/1960	Sugestão para a História Econômica
28/01/1960	Considerações sobre a História Econômica
11/02/1960	Sobre a cultura luso-brasileira (Reflexões sobre uma sociologia brasileira)
02/03/1960	Apontamentos (sobre “comunidades”)
03/03/1960	Uma meditação [Cartas ao Barão de Tibagi]
20/07/1960	Crônica
29/07/1960	Apontamento
18/08/1960	Apontamento
16/09/1960	Um apontamento
26/01/1961	Apontamentos sobre o capitalismo

23/02/1961	Nota 2 (<i>sobre o capitalismo</i>)
25/02/1961	Nota n.º 3
28/02/1961	Nota n.º 4
02/03/1961	Nota n.º 5
06/03/1961	Nota n.º 6
08/06/1961	Nota n.º 7
15/06/1961	Nota n.º 8
01/07/1961	Nota n.º 9
06/08/1961	Nota n.º 10
23/09/1961	Nota n.º 11
09/10/1961	Nota n.º 12
16/06/1962	Nota n.º 13
17/06/1972	Nota n.º 14
20/10/1962	Nota n.º 15
25/10/1962	Nota n.º 16
02/03/1963	Nota n.º 17
16/03/1963	Nota n.º 18
25/03/1963	Nota n.º 19
20/04/1963	Nota n.º 20
28/10/1963	Nota n.º 21
	Apostila manuscrita
14/06/1959	Assuntos para pesquisas universitárias Como funciona o presidencialismo no Brasil
Sem data	Caminho do Paraguai Pero Correa Carijós Carijós 2 1535 (<i>pesquisa - outros documentos e R.I.H. G. S. Paulo</i>) Carijós 3 (Atas da Camara de São Paulo - 1606) Documento de 1609 (da Camara de S. Paulo) Carijós 4 1606 Carta da Camara de S. Paulo doontatário dando informações sobre o estado da Capitania S. Vicente (<i>pesquisa - Nobrega</i>) Catequése Religiosos – 1 Ordens religiosas (pesquisa em Magnus Mörner e R.I.H.G.B) Expansão espanhola no Sul Expansão espanhola no Sul 2 Expansão espanhola no Sul 3 Expansão espanhola no Sul 4 Expansão espanhola no Sul 5 Expansão espanhola no Sul 6 Expansão espanhola no Sul 7 Expedições espanholas ao sul do continente Expansão espanhola no Sul 8 Expansão espanhola no Sul 9 Descrição de Guayra e Vila-Rica no final da segunda década do século XVII Expansão espanhola no Sul 10 (<i>pesquisa - Antonio Vásquez de Espinosa</i>) Colonia do Sacramento (<i>pesquisa - Magnus Mörner</i>) Paraná - notícias gerais – 1 (<i>pesquisa - Varnhagen</i>)

Estrada S.Paulo - Rio Grande - 1 (<i>pesquisa - R.I.H. G. S. Paulo</i>)
Estrada S.Paulo - Rio Grande - 2
Estrada S.Paulo - Rio Grande - 3
Estrada S.Paulo - Rio Grande - 4
Estrada S.Paulo - Rio Grande - 5
Estrada S.Paulo - Rio Grande - 6
Estrada S.Paulo - Rio Grande - 7
Localidades do Paraná - 1 (<i>pesquisa - R.I.H.G.B</i>)
Campos Gerais - 1 (<i>pesquisa - Serafim Leite e R.I.H.E. do Paraná</i>)
Campos Gerais - 2 (<i>Boletim Municipal de Curitiba</i>)
Tipologia do brasileiro colonial sulista - 1 (<i>pesquisa - R.I.H.G.B e R.I.H.E. do Paraná</i>)
Gaúchos (<i>pesquisa - R.I.H.G.B</i>)
Tipologia do brasileiro colonial sulista - 2
Gaúchos (<i>pesquisa - José de Almeida</i>)
Paulistas (<i>pesquisa- José de Almeida</i>)
Tipologia do brasileiro colonial sulista - 3
Fluminenses (<i>pesquisa - Visconde de Carnaxide</i>)
Rio Grande - 1
Rio Grande - 2 (<i>pesquisa - Conde de Azambuja</i>)
Rio Grande - 3 (<i>pesquisa - R.I.H.G.B</i>)
O contrabando
Rio Grande - 4
Rio Grande - 5
Comportamento econômico no Rio Grande
Rio Grande - 6 (<i>pesquisa - Visconde de Carnaxide</i>)
Espionagem nas guerras de fronteira - 1 (<i>pesquisa - R.I.H.G.B</i>)
Iguatemi - 1
Iguatemi - 2
Economia/Impostos - 1
Comerciantes (Rio de Janeiro)
Economia/Impostos - 2 (<i>pesquisa - Visconde de Carnaxide</i>)
Aproveitamento dos vadios (1779) (<i>pesquisa - A.B.N.R.J.</i>)
Comercio/Impostos - 3
Tabaco. Negro. Comercio com a Africa
Comercio/Impostos - 4
Comercio com a Africa. Escravos, Tabaco, etc
Comercio/Impostos - 5
Comerciantes (R. de J.) (<i>pesquisa - Visconde de Carnaxide</i>)
Comercio/Impostos - 6
Dificuldades do comercio (Rio de J.)
Importancia da moeda (<i>Arquivo Municipal de Curitiba</i>)
Comercio/Impostos - 7
Comercio de Paranaguá e Curit. Com o sul
Comercio de S. Paulo
A fronteira - 1 (<i>pesquisa - R.I.H.G.B</i>)
Agraria - 1
Alimentação - 1
População do Paraná - 1
Vilas do litoral catarin. - 1
Desterro (<i>pesquisa - R.I.H.E. do Paraná</i>)

05/09/1957	Temas para projetos de estudos e pesquisas Tema n.º 1 A formação das classes sociais no Paraná
31/07/1958	Mercantilismo – 1 Apontamentos sobre o Mercantilismo Apontamentos diversos (<i>Sombart</i>)
09/07/1957	Jornal (<i>sobre a condição humana</i>)
25/05/1958	Linhas de um esboço para investigação da cultura brasileira
15/07/1958	Comunidades históricas – 1 Notas para o estudo das comunidades históricas (<i>Galpin</i>) Comunidades históricas – 1 (<i>Region - objeto da sociologia americana</i>)
Julho/1958	Fundamentos da História Econômica (<i>Bloch, Pirenne, Marcel Mauss, Gurvitch, Alexander Marchant, Simonsen, conceito de status em 22 páginas</i>)
	Apostila datilografada Cadeira de história do Brasil do Prof. Brasil Pinheiro Machado. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Curso de Geografia e História
1960	Caderno n.º 2 História da historiografia brasileira: a história sociológica A historiografia na obra de Gilberto Freyre
E	Caderno manuscrito Notas para aulas
Sem data	Ponto de vista culturalista
Sem data	O ponto de vista do materialismo histórico
Sem data	Pontos de partida do liberalismo
Agosto/1960	Apontamentos para o seminário de história Tema: “A conjuntura renascentista”
Outubro/1960	Apontamentos para o seminário de história Tema: “O mercantilismo”
30/11/1960	Projeto: Um estudo do mercantilismo, sob o ponto de vista histórico. Como o comportamento e a ideologia mercantilista criaram as economias nacionais
15/06/1963	Anotações sobre métodos de pesquisa
Sem data	Anotações do livro de Gunnar Myrdal “Asian Drama” (desemprego, subemprego, desemprego disfarçado)
	Apostila datilografada
Sem data	Notas para a problemática da história política da Primeira República
Sem data	Sem título - <i>sobre Imigração e Colonização no Brasil a partir de outros autores</i>
Sem data	Notas prévias ao estudo sobre: Pinheiro Machado – seu papel na Primeira República
31/08/1962	Revolução de 1894 Fatos paranaenses João do Mío Fatos da Revolução de 1894 no Paraná – por João do Mío
F	Caderno manuscrito Notas – Apontamentos – Anotações - 1964 a 1973
27/10/1964	Sobre “comunidades históricas” na história brasileira
17/01/1965	Intermezzo
20/03/1965	Sobre livro “Development of Latin American Private Enterprise – A Report by Frank Brandenburg – with na Introduction by Theodore Geiger”
20/11/1965	Nota (<i>sobre Sociedade e Cultura</i>)

25/01/1966	Notas de viagem
23/09/1967	Fronteiras da comunidade
26/09/1967	Notas de estudos sociais
27/09/1967	O impacto do desenvolvimento econômico sobre a sociedade
27/09/1967	O “consensus” (apontamentos)
02/09/1967	O modelo de poder da Primeira República Brasileira
08/06/1969	Problemas e rumos da História Econômica
18/12/1969	Apontamento sobre a possibilidade do conhecimento social
29/12/1969	O leitor analítico (ou análise de um artigo)
Dezembro/1970	Tradição e modernidade reconsideradas As críticas conservadoras e radicais da Indústria A Perspectiva Marxista Crítica da tradição intelectual Um approach alternativo para tradição e modernidade Tipos ideais não são generalizações Sobre a noção de “pré-requisito” Modernização, numa perspectiva comparativa
02/01/1971	Sobre a Teoria do Conflito de Ralf Dahrendorf (Trata-se de um artigo do sociólogo alemão Peter Weingart, criticando Dahrendorf. Publicado em “Social Forces”, vol 48, n. 2, december 1969) Uma análise da estrutura social A explicação do poder, por Parsons As bases da teoria de Dahrendorf Uma análise da estrutura social Autoridade como relações-de-papel
19/01/1971	História da escravidão (Notas de um artigo de Arnold A. Sió, com o título de “Interpretation of Slavery: The Slave Status in the Americas”, publicado na revista “Comparative Studies in Sociology and History” – vol. VII, n. 3, abril de 1965).
29/01/1971	Ainda a história da escravidão
31/01/1971	Uma observação sobre o estudo da história da escravidão no Brasil
01/02/1971	A escravidão no continente americano e as origens do capitalismo
05/02/1971	A escravidão e a plantation no Novo Mundo (O desenvolvimento e a difusão de uma forma social)
26/07/1971	Continuidade e Descontinuidade em História
27/07/1971	Sobre continuidade histórica
04/08/1971	Revolução, Ideologia e Ciência Histórica
30/08/1971	Sugestão metodológica
09/09/1971	Teorias do desenvolvimento e do sub-desenvolvimento (Tema de aulas)
27/01/1972	Para a análise dos métodos que estão sendo usados Na Historia Economica – trabalho que empreendi por estes dias para preparar os programas dos cursos de posgraduação da UFP
10/02/1972	Previa de uma análise da “longue durée” de Braudel
02/03/1972	Notas (Bases da “new economic history”)
23/03/1972	Do consenso e do conflito no funcionalismo
04/04/1972	Sobre a “reificação”
14/08/1972	Sobre História e sobre métodos
Agosto/1972	A Revolução de Trinta e a Historia da Primeira Republica (Notas de aula)
07/09/1972	<i>Crítica ao conceito de classe social por historiadores marxistas</i>

15/09/1972	Outro caminho
15/12/1972	Sobre grupos de interesse e grupos de pressão
11/12/1973	Oligarquias da Primeira Republica
18/12/1973	Temática e problemática que vai aparecendo nestas notas e que devem ser investigadas e elaboradas
G	Caderno manuscrito
Sem data	Notas para o examinador de concurso (<i>sobre tese de Emilia Viotti da Costa: Escravidão nas áreas cafeeiras</i>)
Sem data	Tese da Professora Nícia Villela da Luz “A política brasileira e as pretensões dos Estados Unidos na Amazonia - 1850-1855”
Sem data	Tese de E.V.C.
Sem data	Tese da Prof. Nícia Villela da Luz
03/07/1966	Notas de leitura (<i>sobre estudo histórico do desenvolvimento econômico</i>)
28/08/1966	O uso das ciências sociais na explicação histórica
01/11/1966	A historiografia na obra do sociologo Octavio Ianni
17/02/1967	Apontamentos (<i>sobre Collin Clark</i>)
30/07/1969	<i>Citação de Myrdal</i>
01/08/1969	<i>Sobre o conceito de subemprego e emprego disfarçado</i>
02/08/1969	De Myrdal
05/08/1969	<i>Sobre Myrdal e a análise da “mentalidade dos intelectuais da região”</i>
02/01/1976	Divagação (<i>sobre realidade objetiva e epistemologia</i>)
11/02/1976	<i>Sobre o conceito de história</i>
19/02/1976	<i>Sobre história da produção e troca de bens simbólicos</i>
04/03/1976	Apontamento (<i>sobre história econômica na Escola Francesa</i>)
05/03/1976	Apontamento (<i>sobre história social na Escola Francesa</i>)
H	Caderno manuscrito
	Economia
Sem data	Carlos Lessa e colaboradores “15 anos de politica economica no Brasil” (1947-1962) Lessa: “Fases características da politica economica”
Sem data	L. C. Bresser Pereira “Desenvolvimento e crise no Brasil - 1930-1967”
Sem data	Orientação geral da Política economica brasileira, no período que vai do Tratado com a Inglaterra (1810) ás tarifas Alves Branco (1844) (Da leitura do cap. 14 da “Historia Economica do Brasil”, de Caio Prado Jr)
Sem data	Evolução politica do Brasil - Celso Furtado, “Brasil da Republica Oligarquica ao Estado Militar” (in: Brasil: “Tempos Modernos”, Coletanea de ensaios coordenada por Celso Furtado - Paz e Terra (editora) - Rio - 1968.
10/05/1969	Resumo anotado da comunicação de Frederic Mauro á “Segunda Conferencia de Historia Economica”, realizada em Aix-en-Provence, em 1962.
Outubro/1970	Resumo - (Aula Historia Economica do Brasil)
24/10/1970	O desenvolvimento economico (Repensando o assunto)
I	Caderno manuscrito
	Funcionalismo
	Outros
Sem data	Apontamentos - Funcionalismo “Controle social” (Da introdução da edição de 1959 ao “Social Control and the Foundations of Sociology”, de E. A. Ross, pelos editores Edgard F. Borgatta e Henry J. Meyer)

Sem data	Mannheim (Controle social – in – “Sociologia Sistemática”)
Sem data	Robert K. Merton – “Manifest and Latent Functions” in “Social Theory and Social Structure”
04/10/1969	Notas sobre “The Sociology of Knowledge” – de Werner Stark
Sem data	Merton – (sobre Sociologia do Conhecimento)
Sem data	Merton – Paradigma para a sociologia do conhecimento
26/10/1970	O desenvolvimento econômico n.º 2 (Repensando o assunto) (Continuação do artigo de Jacob Viner do caderno de “Economia”)
27/10/1970	O desenvolvimento econômico n.º 3 (Repensando o assunto) Outro artigo do mesmo livro-coletânea é de autoria Gerald G. Meier e tem este título: “O Problema do Desenvolvimento Econômico Limitado”
24/08/1971	Ainda... Aqui, então alinho elementos para uma crítica geral às teorias do desenvolvimento
25/09/1971	Uma anotação: a história factual e a “nova” história...
09/06/1972	Anotações para a história comparada Ainda da leitura de Douglas C. North, “The Economic Growth of the United States”, que tenho explorado tanto nestes cadernos
20/04/1974	Divagações sem compromisso Numa releitura da “Fenomenologia do Espírito” de Hegel, acompanhada de releituras fragmentárias da “Genese e Estrutura ...” de Jean Hyppolite
13/06/1974	Lembretes (para a história da 1.ª República)
13/06/1974	História Econômica da América Latina
J	<i>Caderno manuscrito</i> Notas
13/04/1970	Apontamentos para o estudo do pensamento de Hegel Kant
Abril/1970	Hegel
Abril/1970	Idealismo (Schelling) Consciência Consciência de si Razão
Mai/1970	Da “Lições sobre a filosofia da história” Do livro de Jean Hyppolite “Genese et Structure de la Phénoménologie de l’Esprit de Hegel”
Mai/1970	Da “Filosofia del Idealismo Alemão” Nicolai Hartmann Tomo III (<i>sobre investigação histórica a partir da leitura da Fenomenologia</i>)
Junho/1970	Sobre Hegel e Schlegel
29/01/1974	Estudos sobre a América Latina
05/03/1976	Apontamento Ainda sobre o comportamento da “Escola Francesa”, de História.
09/08/1976	A fuga – 2 (Continuação do outro caderno com o título de A fuga – 1) (de 22-6-1976) (<i>sobre Annales</i>) (Continua noutro caderno com o título A fuga – 3)
K	<i>Caderno manuscrito</i> Notas e bibliografia de estudo
12/07/1971	“The State, The Great Depression and the Industrialization of Brazil”. A critique of the Structuralist Theory of the Industrialization of Brazil – december, 1970. By Carlos Peláez. O autor refuta a tese de Furtado Bibliografia citada nesse capítulo por Peláez

	Do autor Peláez
Sem data	O argumento de recuperação de Furtado Recuperação e formação de capital Comercio e Política comercial
Abril/1974	Minha Tematica 1.º Tema “O desenvolvimento economico” 2.º Tema “Modernização” 3.º Tema “Sociedade dual”
Junho/1974/75	4.º Tema “O capitalismo como sistema”
02/07/1976	As cinco maiores contribuições de Hegel, segundo Walter Kaufmann
L	Caderno manuscrito
10/05/1971	Tradição e Modernidade numa Perspectiva do Desenvolvimento
11/05/1971	Refazendo <i>(sobre mudança social)</i>
13/05/1971	Ainda refazendo...
Sem data	Notas rapidas <i>(sobre modernização, capitalismo, processo histórico, ideologia...)</i>
14/05/1971	Outra abordagem... <i>(sobre Bendix e Raymond Willians)</i>
16/05/1971	Abordagem histórica <i>(sobre Pierre Peganiol)</i>
19/06/1971	Afinal, se eu falasse... <i>(sobre processo histórico, em uma reunião de sociólogos)</i>
28/06/1971	Continuando...
03/01/1975	Membro de banca examinadora de concurso de professores
M	Caderno manuscrito
	Outros assuntos Tese de concurso
Sem data	Apontamentos sobre a tese de Maria Thereza Schorer Petrone “Comercio e Tributação de Gado na Provincia de São Paulo segundo Documentação Particular de Antonio da Silva Prado (1818-1830)”
15/10/1971	O quadro de referencia da historia economica do Brasil
28/10/1971	O examinador ... <i>(sobre banca de monografia)</i>
30/10/1971	Continuando...
19/05/1972	Interação, processo, estrutura, sistema
27/05/1972	Historia econômica dos USA e a historia do desenvolvimento brasileiro <i>(historiografia norte-americana)</i>
06/06/1974	Uma observação sobre os fundamentos da Segunda Republica
11/06/1974	Sobre a legitimidade do governo
12/06/1974	Sobre Teoria de Sistema e 1.ª Republica
N	Caderno manuscrito
	Sugestões ao estudo da História
Janeiro/1972	Sugestão n.º 1
23/03/1972	Sugestão n.º 2
23/03/1972	Sugestão n.º 3
25/03/1972	Sugestão n.º 4
03/04/1972	Sugestão n.º 5
13/04/1972	Sugestão n.º 6
25/11/1972	Sugestão n.º 7
15/12/1972	Sugestão n.º 8
13/06/1973	Sugestão n.º 9
13/06/1973	Sugestão n.º 10
14/07/1976	Sugestão n.º 11
28/09/1973	Sugestão n.º 12

07/10/1973	Sugestão n.º 13
07/01/1974	Sugestão n.º 14
30/03/1974	Sugestão n.º 15
04/05/1974	Sugestão n.º 16
05/05/1974	Sugestão n.º 17
03/02/1975	Sugestão n.º 18
05/03/1975	Sugestão n.º 19
22/11/1975	Sugestão n.º 20
27/09/1976	Sugestão n.º 21
15/11/1976	Sugestão n.º 22
23/11/1976	Sugestão n.º 23
28/01/1977	Observações esparsas (de leituras)
	<i>Apostila datilografada</i>
Março/1974	Caracterização histórica do poder político na Primeira República
O	<i>Caderno manuscrito</i> A VOLTA do VELHO SENHOR
Março 1974	Dificuldades para com o antigo
24/05/1975	Notas preparativas para a minha Historia da Primeira Republica
25/05/1975	Outra Nota - II (Para a pesquisa da historia da instrução publica no Est. do Paraná, na Primeira Republica - Monografia para o projeto "O Estado Liberal no Brasil"
12/06/1975	Nota III
17/06/1975	Nota IV
29/10/1986	Jornal do Solitario - é uma continuação das paginas finais Jornal..... n.º 28 (<i>memórias</i>)
07/11/1986	Continuação
12/11/1986	Continuação
18/11/1986	Continuação
25/11/1986	Jornal..... n.º 29 O que é o regional?
02/12/1986	Jornal..... n.º 30 (<i>sobre história regional</i>)
02/02/1987	Jornal..... n.º 31
02/02/1987	Jornal..... n.º 32
25/12/1987	Continuação
27/08/1976	Notas sobre um seminário (Apontamentos sobre o livro "L'historien entre l'ethnologue et le futurologue"). Atas do Seminario internacional realizado em Veneza, de 2 a 8 de abril de 1971. Monton. Ed. Paris-La Haye
23/09/1976	A coruja da Minerva
21/05/1985	O jornal do solitário - 1
30/05/1985	O Jornal - 2
14/06/1985	O Jornal - 3
18/06/1985	O Jornal - 4
21/06/1985	O Jornal ... 5
10/07/1985	O Jornal ... 6
12/07/1985	O Jornal ... 7
02/08/1985	O Jornal ... 8
11/08/1985	O Jornal ... 9
10/08/1985	O Jornal ... 10
27/08/1985	O Jornal ... 11
28/08/1985	O Jornal ... 12

20/09/1985	Jornal ... 13
24/09/1985	Jornal ... 14
04/10/1985	Jornal ... 15
08/10/1985	Jornal ... 16
21/10/1985	Jornal ... 17
16/11/1985	Jornal ... 18
17/01/1986	Jornal ... 19
30/01/1986	(continuação)
07/02/1986	(continuação)
18/02/1986	(continuação)
21/02/1986	(continuação)
25/02/1986	(continuação)
26/02/1986	(continuação)
24/04/1986	Jornal ... 20
28/04/1986	Jornal ... 21
06/05/1986	Jornal ... 22
23/05/1986	Jornal ... 23
10/06/1986	Jornal... 24
20/06/1986	(continuação)
09/07/1986	Jornal ... 25
29/08/1986	Jornal ... 26
19/09/1986	(continuação)
23/09/1986	Jornal ... 27 Este Jornal continua neste mesmo caderno, nas suas paginas atraz
P	Caderno manuscrito
28/05/1975	Nota (escolas estrangeiras)
Q	Caderno manuscrito
02/06/1975	<i>Anotações sobre ideologia liberal e instrução pública</i>
R	Caderno manuscrito
06/01/1976	Notas e apontamentos para a crítica de “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes
16/02/1984	Recordações do Velho Senhor
03/06/1974	Notas e apontamentos para a História da República - 1 O discurso de Vargas
10/04/1979	<i>Sobre o populismo no Brasil leitura de artigo de Regis de Castro Andrade</i>
10/06/1976	Notas á leitura de Alfred Schütz A possibilidade das ciências sociais
15/04/1979	Notas e meditações para uma pesquisa
29/06/1979	<i>Sem título: proposta sobre história social da sociedade provincial do Paraná</i>
15/12/1981	Ainda, meditações para uma pesquisa
08/01/1982	Ainda a mesma meditação
08/01/1982	Ainda a meditação sobre a história regional
12/01/1982	Ainda a mesma preocupação
28/01/1982	Na mesma sequencia <i>(sobre comunidades históricas)</i>
21/07/1982	Ainda, na mesma sequencia
25/09/1982	Uma auto-justificação
04/10/1982	Um registro <i>(sobre história demográfica da comunidade)</i>
05/10/1982	A história política das “comunidades”
S	Caderno manuscrito
	Notas - Apontamentos

06/10/1976	A fuga - 3
Sem data	A marcha dos trabalhos para a reconstrução interna do campo histórico
17/04/1979	Meditação
	<i>Apostila datilografada</i>
1976	Raízes do Brasil - Uma re-leitura - <i>com correções, referências como notas ao final do texto, 32 páginas</i>
Sem data	
T	<i>Caderno manuscrito</i>
19/05/1977	O meu curso de Historia do Brasil no pós-graduação - 1977
21/09/1977	A modernização é uma ideologia
29/11/1977	A imigração e as imigrações (Comecei a escrever sob este título na última parte deste caderno, de modo que esta página é continuação do fim do caderno).
12/02/1978	Dentro do mesmo tema
28/10/1970	Orientação de teses
14/12/1978	Classe social na pesquisa da historia de pequenos grupos
18/10/1972	A "Historia da Inteligencia Brasileira" (<i>sobre livro de Wilson Martins</i>) O livro e o leitor
01/02/1978	Membro da banca de concurso de magisterio universitario
10/10/1978	Continuação depois de uma longa pausa
13/06/1978	Notas para orientação N.º 1
07/04/1977	Registros rapidos Notas sem sentido (<i>sobre Max Horkheimer</i>)
08/05/1977	O conhecimento e a tecnica das coisas conhecidas
12/05/1977	O "poder" do Estado
13/05/1977	O referencial da historia economica moderna
06/09/1977	Apontamento (Historia conceitual)
13/09/1977	A imigração e as imigrações
09/11/1977	<i>Sobre viagens ao interior do Paraná</i>
21/11/1977	<i>Volta ao tema sobre "Imigrações e Migrações"</i>
U	<i>Caderno manuscrito</i>
06/11/1978	Comentários isolados do livro "O Escravidão Colonial" de Jacob Gorender
V	<i>Caderno manuscrito</i>
	Jornal do Leitor
30/06/1979	Richard Graham - Escravidão, Reforma e Imperialismo. Editora Perspectiva - S. Paulo - 1979
19/07/1979	<i>Continuação: sobre Graham enquanto historiador da modernização no Brasil... Cita Mauá, Nabuco, Ruy Barbosa</i>
03/08/1979	Francisco Weffort - O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1978.
01/10/1979	Louis Althusser - A Favor de Marx (Pour Marx) Zahar Editores - Rio de Janeiro - 1979 (<i>sobre o conceito de classe - cita Ianni</i>)
10/10/1980	Dilthey e outros ...
16/01/1981	<i>Sobre explicação para a política e memória de sua vida</i>
X	<i>Caderno manuscrito</i>
	Notas - Apontamentos
27/10/1987	Anotações (1) (<i>sobre Ciência Política</i>)
29/10/1987	Anotações (2) (<i>sobre dominados</i>)
28/01/1988	Anotações sobre outras anotações (<i>sobre Foucault</i>)

Y	<i>Caderno manuscrito</i>
Sem data	<i>Anotações de pesquisa em fontes diversas sobre Paranaguá</i> <i>Estudos setecentistas/Relatórios</i>
Sem data	<i>Textos manuscritos</i> Relatórios de pesquisas sobre o ciclo da cana do açúcar no Brasil Relatórios de pesquisas sobre o Brasil Platino A historiografia de Oliveira Viana <i>Sobre a elevação do Brasil a Reino e as revoluções liberais do XIX (Ato adicional de 1834/partidos/oligarquias)</i>

Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa em História (DEHIS/UEPG).

Notas: registros em ordem cronológica por textos/cadernos/apostilas; em itálico, registros da autora.